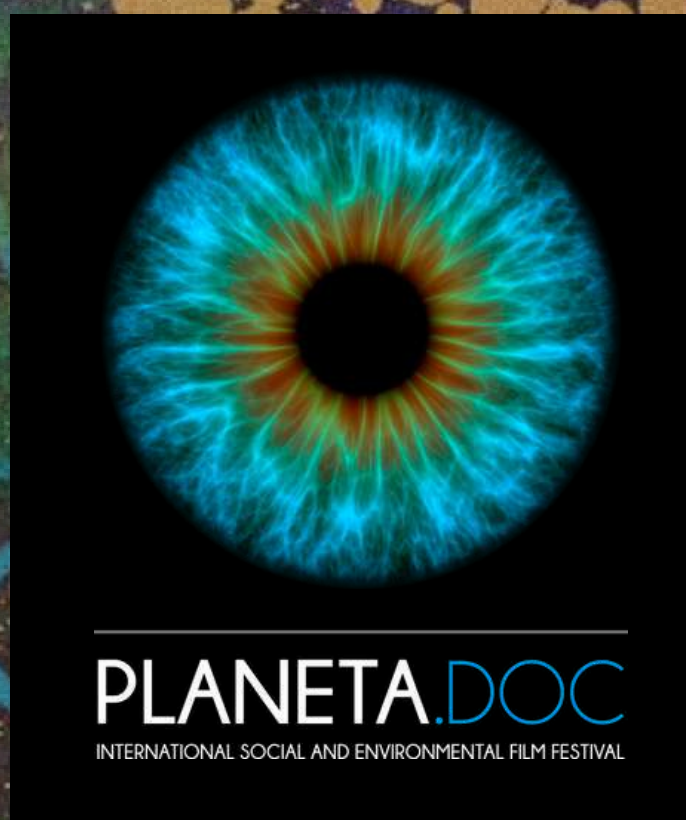




CARTA MANIFESTO À COP30

Vozes da ciência pelo futuro do planeta

Apoio Institucional

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA



Realização







URGÊNCIA HISTÓRICA

Célio Turino

É tempo de Urgência Histórica,
a Paciência da História acabou,
não há mais tempo de espera.

1. A paciência do rio secou

- Tempo esgotado!
A paciência secou,
o rio perdeu seu leito
e arde exausto
como chão de areia.

O ciclo fechou,
não é possível esperar mais,
a paciência de antes
agora é premência,
urgência e emergência.
O mundo fraturou,
não é trincado leve,
é no osso.
As veias da terra abriram
fendas profundas
e agravam o que já era infame:
"Cada um por si",
"- Todos contra todos!"

Como lobos em volta do cadáver
praticam o novo evangelho:
da mordida,
do chute.

2. Não dá para fingir que é música

Sob a prosperidade que é ganância,
competição sem limites é lei,
lucro sem fim é deus.

Fogo subindo nas ventas,
águas entrando pelos poros,
bombas explodindo sobre corpos...;
e o silêncio de pólvora se instala no ar.

Nesse nosso tempo entre escombros,
tambores não batem mais,
arrombam
gritam
irrompem.

- Não dá para fingir que é música!

Mãos não tocam mais,
nem se tocam,
olhos, desconfiados, desviam,
o ar pesa nos pulmões,
a gaita da civilização
não sopra mais.
- Explode!

É o som do colapso,
é o som da queda,
não há mais tempo para a espera,
não há mais tempo para o talvez,
não dá para fingir que é música.

URGÊNCIA HISTÓRICA

3. Para despertar o dia

Eles não podem continuar apagando o dia como sempre fizeram.

Para acordar a noite,
gritar não basta, é preciso ouvir,
marchar não basta, é preciso dançar,
resistir não basta, é preciso criar.

Para despertar o dia
é preciso vontade,
decisão, desejo,
mudar o gesto
e estender a mão contínua,
é preciso segurar
o sonho que move a esperança,
a utopia que insiste nas sementes
para uma sociedade sem classes.

4. A barbárie não pode vencer

Paciência histórica,
essa trégua dos séculos,
essa marcha lenta dos profetas,
não serve mais,
já não basta.

Em texto lido em juventude
aprendi o que Trotsky
anunciou ao final da vida:
ou socialismo ou barbárie.
Esse tempo é o nosso.

Certamente a alternativa
não será o socialismo daquele tempo,
nem do tempo em que li e sonhei;
mas a barbárie já está aqui
bem na nossa cara,

nas cercas e trilhos sangrentos,
na vida vigiada por drones,
na naturalização do genocídio.
nas filas da fome,
nas crianças arrancadas dos braços das mães,
nos corpos que boiam sem nome.

- Algo tem que surgir!
Socialismo de novo tipo,
Bem Viver, Ecosocialismo...
Algo que ainda não encontramos o nome
tem que surgir.
- Há de vir!
A barbárie não pode vencer.

5. A paciência acabou

- A paciência acabou!
Não há mais tempo,
não há mais acordo,
não há mais diplomacia
quando aos muitos não há justiça.
- A paciência acabou!

6. - Já!

- Já!
Hoje,
em nosso tempo
ou não haverá depois.
O desastre precisa ser contido.
- Já!
Amanhã será tarde,
e um mundo laranja e roxo

sob céu sem pássaros
será a herança para nossos netos.
Que espécie é essa
que condena os seus
ao fim da espécie?

17. É preciso romper o ciclo

É preciso romper o ciclo,
não mais panos quentes,
não mais meias promessas,
não mais reformas sem alicerce.

É tempo de cura coletiva,
de alma,
de raiz,
com corações abertos,
olhos limpos
e mãos unidas.
- Já!

É tempo de urgência histórica.

8. A força

A força está nas mãos que tecem redes
entre irmãos,
nas bocas que cantam ao pé das
fogueiras,
nas Artes que brotam como capim
entre os escombros.

A força resiste nos becos
em que o tambor
bate no peito dos esquecidos.
- É tempo de levantar essa força!

9. Um dia sonhei

Um dia sonhei,
muita gente sonhou.
Plantamos,
muita gente plantou.
Regamos,
muita gente regou.

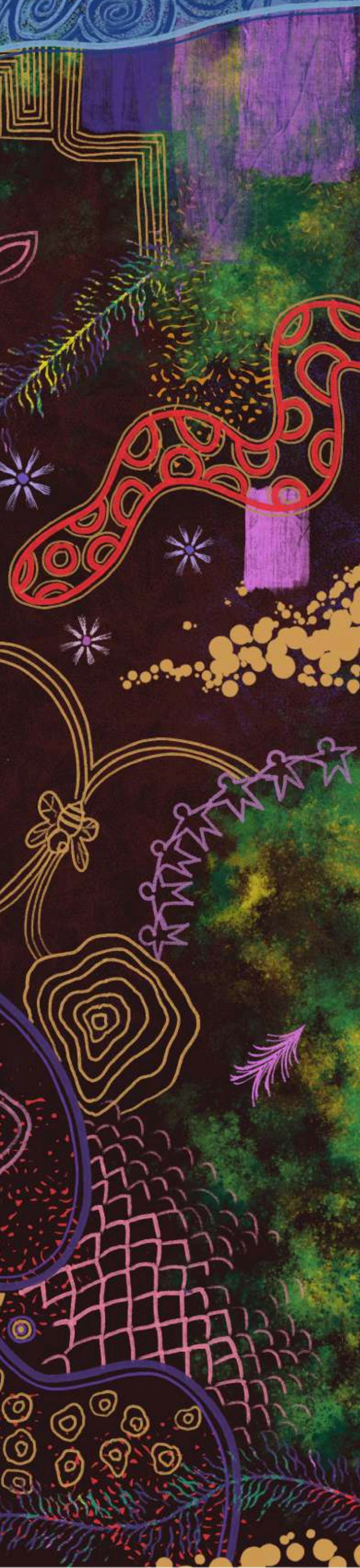
Adubamos,
muita gente adubou.
Sonhamos,
plantamos,
regamos,
adubamos
na lentidão das eras.

A paciência acabou.
Agora é o tempo de erguer-se,
fazer brotar, florescer entre
escombros.

Não resta mais tempo
a espera das Eras terminou.
- O sonho é para já!

10. Ponto de Mutação

No fundo, no fundo d'alma,
há um calor intenso,
uma febre de vida
que ferve nas veias
como água em ponto de ebulição
até se transformar em vapor,
depois em chuva,
depois em rio
que encontra o mar.
- Que venha logo esse ponto de
mutação!



URGÊNCIA HISTÓRICA

No fundo, no fundo d'alma,
a vida sabe os caminhos de volta
e toda semente sonha com o fruto,
até aquela que dorme em meio à pedra.
- As sementes hão de brotar!

11. Chegou a hora de acelerar a história

*Chegou a hora de acelerar a história,
de romper a névoa da espera e agir,
acolher a esperança
pelo sopro do Esperançar,
não a espera passiva,
a esperança em ação.*

*Do chão,
do rio,
da raiz,
da semente,
há de voltar o verbo
a fazer brotar o encontro
do tempo que mira
ao futuro comum.*

*Que brote,
que floresça
numa orquestra de sons,
numa dança de luzes
a unir os povos.*

- A história vai acelerar!

12. História é pedra

*História é pedra,
seixo rolado no rio,
superfície lisa,
interior opaco,
projétil lançado
das águas
até arrebentar
diques e muralhas.*

13. Urgência Histórica

*Urgência Histórica,
sentimento que emerge
para nascer de novo,
como semente que rasga a pedra,
como rio que encontra o mar,
como relâmpago que risca o céu.*

*Urgência Histórica,
necessidade do mundo
ante a humanidade em barbárie,
o clima em colapso.
Há de nascer esse dia
urgente e premente,
com mais força,
com mais fúria,
com mais amor.
Um dia há de nascer.*

- Que venha logo esse dia!

PLANETA.DOC CONFERÊNCIA

Bens comuns e a virada biocêntrica

Cidades sustentáveis,
florestas e água

Inovação, impacto e
economia regenerativa

Apoio Institucional

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA



Realização





PLANETA.DOC CONFERÊNCIA

Cooperar para restaurar a trama da vida

Fruto das reflexões do V PLANETADOC Conferência, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2025, o e-book *Carta-Manifesto à COP30* reúne propostas e reflexões de cientistas e pensadores do Sul Global sobre os caminhos para uma virada biocêntrica baseada na valorização dos bens comuns, da inovação e da cooperação.

Mais do que um documento, esta Carta é um convite à ação coletiva diante da emergência climática. As contribuições aqui reunidas expressam o pensamento vivo, diverso e comprometido de especialistas que participaram dos painéis, reafirmando o papel da ciência, da cultura e da educação como forças transformadoras em direção a uma nova civilização ecológica.

Para subscrever a Carta-Manifesto, acesse o seguinte link: <https://forms.gle/ZDVQT5onMQ4FFH236>

À Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) nosso reconhecimento e gratidão pelo apoio e parceria institucional.

Homenagem especial à memória de Silvio Tendler, cineasta brasileiro cuja obra ilumina as lutas sociais e ambientais do país. E à Kongjian Yu, arquiteto paisagista e urbanista chinês, criador do conceito de “cidades-esponja” e referência mundial em soluções baseadas na natureza e urbanismo ecológico.

PLANETA.DOC
— Mais que um festival.

www.planetdoc.org





APRESENTAÇÃO



Raoni Metuktire / Foto Todd Southgate

Por Enrique Leff

A crise socioambiental pela qual atravessa o planeta e a humanidade é uma crise civilizatória. É consequência de uma falha na capacidade humana de compreender e compreender-se nas condições da vida, que gerou um regime tecnoeconômico hegemônico global que conduziu o mundo à beira do colapso ecológico. É a expressão da supremacia do regime do Capital, que objetivou a natureza e reduziu o sentido da vida ao valor de mercado. Se o planeta levou 3,8 bilhões de anos para gerar as condições para a evolução criativa da vida, a civilização ocidental dilacerou o complexo tecido que sustenta a vida na Terra em duzentos anos. Os eventos meteorológicos e epidemiológicos ocorridos no primeiro quarto deste século evidenciam a incapacidade da ciência moderna de prever e prevenir tais eventos, e dos governos de agir em consequência, evitando as mortes e os danos gerados pela crise climática e o aquecimento global do planeta. As guerras e os genocídios, o crime organizado e a corrupção da democracia, o ecocídio e o etnocídio dos territórios dos Povos da Terra são sinais eloquentes de uma crise global que põe à prova a dignidade da humanidade e a sustentabilidade da vida no planeta.

Com a Conferência sobre o Meio Ambiente Humano celebrada em Estocolmo em 1972, detonou-se no mundo o alarme ecológico há mais de 50 anos, assinalando “Os Limites do Crescimento”, consequência do processo de acumulação destrutiva e por despossessão do Capital sobre os territórios biodiversos do planeta. Após mais de meio século de conscientização da humanidade e de institucionalização de políticas ambientais em nível global, o fracasso da Agenda 21 e dos Acordos de Paris em conter o avanço da crise climática e o colapso ecológico revela o erro do enfoque e os riscos da estratégia adotada pelos governos para enfrentar essa crise sistêmica.

A comunidade internacional configurou uma geopolítica do “desenvolvimento sustentável” dentro de um esquema de capitalização da natureza, promovendo as falaciosas soluções da economia verde e o mecanismo de desenvolvimento limpo, numa racionalidade econômica totalitária impulsionada por uma “mania de crescimento”, que se estendeu até reduzir os bens e serviços ambientais ao seu valor econômico, e que não consegue se ecologizar. A realidade mostra o fracasso do Protocolo de Kyoto para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, com sua absurda estratégia de ativar um mercado de “créditos de carbono”, focado na distribuição de direitos de poluição e não na contenção das emissões desses gases, provocando a elevação das temperaturas médias a mais de 1,5 graus, limiar estabelecido pelos Acordos de Paris, antes mesmo de se ter cumprido metade do caminho da Agenda 2030.

APRESENTAÇÃO

A (ir)racionalidade econômica impulsiona um processo expansivo que devora e devasta a natureza; que não apenas esgota recursos escassos, mas também desorganizou o metabolismo da biosfera, conduzindo à morte entrópica do planeta. Sob o esquema de racionalidade dessa geopolítica do “desenvolvimento sustentável”, a crise ambiental é irresolúvel — meio século de fracasso o evidencia.

A mudança climática convoca a um giro radical na compreensão dessa crise, que reoriente as decisões e prioridades dos governos para a construção de um mundo verdadeiramente sustentável.

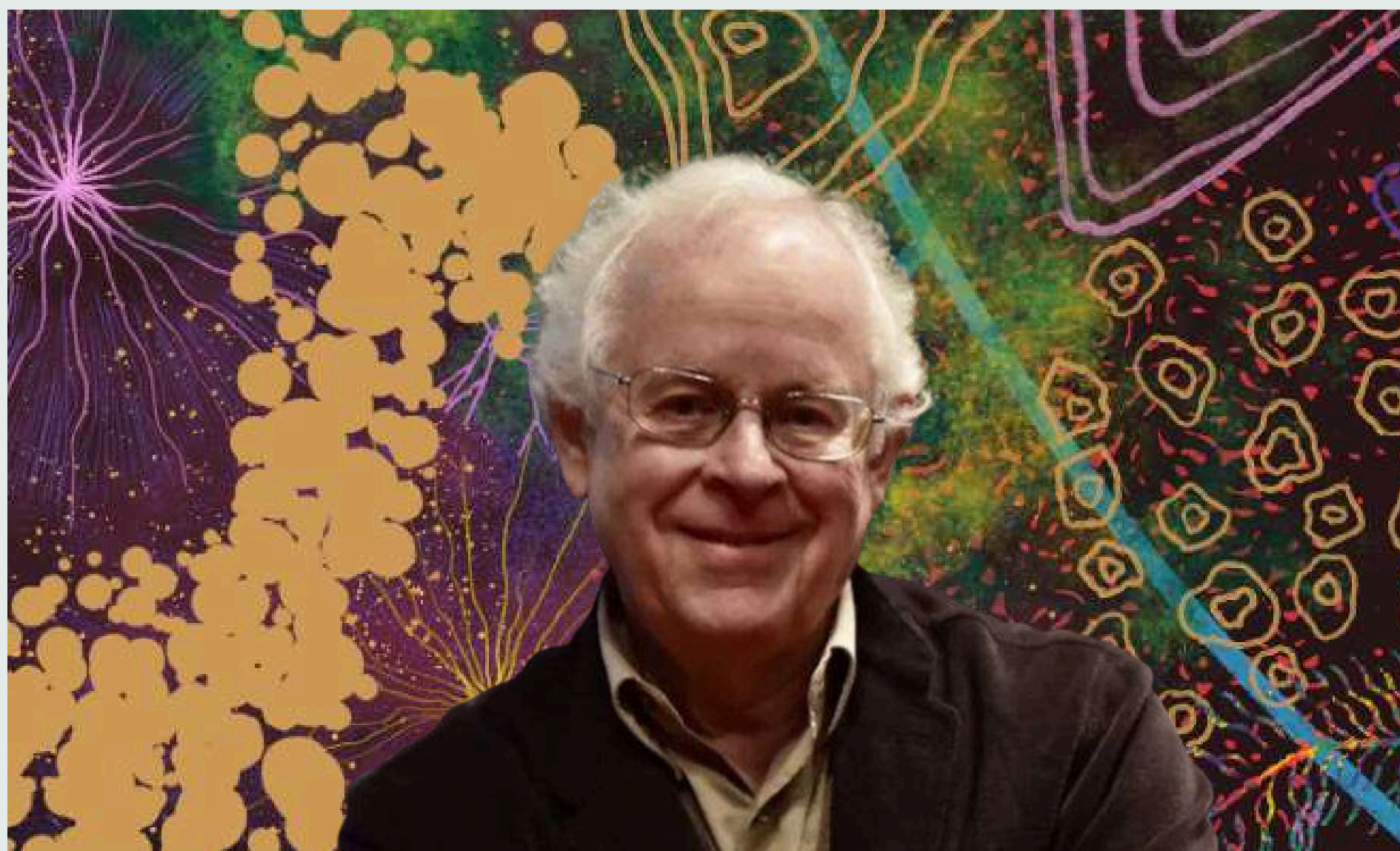
Os princípios da racionalidade ambiental, entendida como uma categoria crítica da racionalidade da modernidade, abrem os horizontes da história para uma possível transição rumo à sustentabilidade da vida na Terra, fundada em três princípios essenciais:

- a potência emergente da vida, que impulsiona o devir da complexidade criativa da diversidade biocultural;
- uma política da diferença, que reconhece e estabelece a jurisprudência do direito existencial à diversidade da vida; e
- a ética da alteridade, que amplia os horizontes para a convivência pacífica de diversos mundos de vida por meio de um diálogo de saberes.

A racionalidade ambiental não é um paradigma científico, mas um rizoma de princípios ético-políticos que constituem um modo de compreender as condições da vida, a ser internalizado como um ethos ou habitus culturalmente diferenciado e traduzido em práticas de vida que avancem na construção de novos saberes vitais — saberes que permitam pisar suavemente na Terra e habitar o planeta de forma sustentável, para que a vida continue florescendo, vivendo com graça e dignidade, e sabendo viver no devir criativo da existência.

A racionalidade ambiental fundamenta uma bioeconomia baseada na potência produtiva da vida e em uma jurisprudência dos direitos coletivos dos povos aos bens comuns da humanidade.

Assim, a racionalidade ambiental abre a jaula da racionalidade que está aniquilando a vida; rompe o círculo redundante da reflexividade da modernidade sobre seus eixos insustentáveis de racionalidade teórica e instrumental; e instaura os princípios de uma ética da vida, que a humanidade deve adotar para assegurar a convivência pacífica da diversidade de seus mundos de vida — a maior riqueza do patrimônio da humanidade.



ENRIQUE LEFF é sociólogo, economista ecológico e filósofo ambiental mexicano, considerado um dos principais pensadores latino-americanos da ecologia política e da sustentabilidade. Doutor em Economia do Desenvolvimento pela Universidade de Paris (Sorbonne), é pesquisador emérito do Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) e ex-coordenador da Rede de Formação Ambiental para a América Latina e o Caribe do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Autor de livros fundamentais como *Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza* (2004), *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder* (2001), e *La Apuesta por la Vida: imaginación sociológica e imaginarios sociales en los territorios ambientales del sur* (2014), Enrique Leff influenciou gerações de pesquisadores, educadores e ativistas em todo o mundo, consolidando-se como uma das vozes mais potentes na construção de uma nova ética planetária.



APRESENTAÇÃO



Quadro de Jaider Esbell

Por Marcos Woortmann

A crise climática e a ascensão da extrema-direita ilustram e aprofundam a crise atual das formas democráticas e comunitárias de convivência. Ultrapassando o campo institucional, revelam um esgotamento coletivo simbólico: a dissolução dos vínculos sociais, do sentimento de pertencimento e da capacidade de sonhar com um futuro comum.

Este pano de fundo é o que deve ser posto em questão pela sociedade civil na COP 30.

O enfraquecimento das relações de solidariedade e de confiança, substituídas por vínculos frágeis e mediáticos, criou um vazio existencial e político preenchido por narrativas autoritárias que oferecem identidade, pertencimento e proteção a indivíduos que se percebem isolados e desamparados, convertendo medo e ressentimento em coesão e propósito. O autoritarismo e o negacionismo climático se alimentam de ideias e disputas de poder, mas, sobretudo, de um déficit afetivo e simbólico que se enraíza na experiência cotidiana de desintegração comunitária e atomização dos indivíduos.

Superar esse quadro exige uma reconstrução social orientada pela recomposição dos vínculos de pertencimento. Reaproximar as pessoas de suas redes e vizinhanças locais constitui um passo essencial para restaurar a confiança e reanimar o exercício da cidadania. Antídotos à anomia, ao ódio e ao comportamento violento de manada, o diálogo, a escuta do outro, e o cuidar do espaço compartilhado transformam-se, assim, em atos políticos e civilizatórios de grande profundidade. É neste local, de urgência e incomparável potencial de resgate civilizatório, que a implementação democrática e participativa da adaptação climática em cidades, comunidades e regiões, se insere.

Essa reconstrução está intimamente ligada ao direito à cidade. Esta, quando reduzida a um mero cenário de consumo e circulação, perde sua dimensão política e simbólica. Resgatá-la como espaço comum de vida, convivência e deliberação é essencial para restaurar a vida democrática, que nasceu justamente nas cidades. Não haverá adaptação climática na escala e tempo necessários fora de um processo de intenso engajamento político e cidadão nas cidades e comunidades.

A apropriação dos espaços comuns — praças, calçadas, escolas, condomínios, ruas, rios e equipamentos públicos — fortalece a experiência de pertencimento e devolve aos cidadãos o poder de agir sobre o território que habitam. É nesse sentido que a luta pelo direito coletivo à adaptação às mudanças climáticas se converte em campo privilegiado de resistência ao autoritarismo: nela, o cotidiano se torna política e o cuidado se transforma em expressão concreta de democracia.

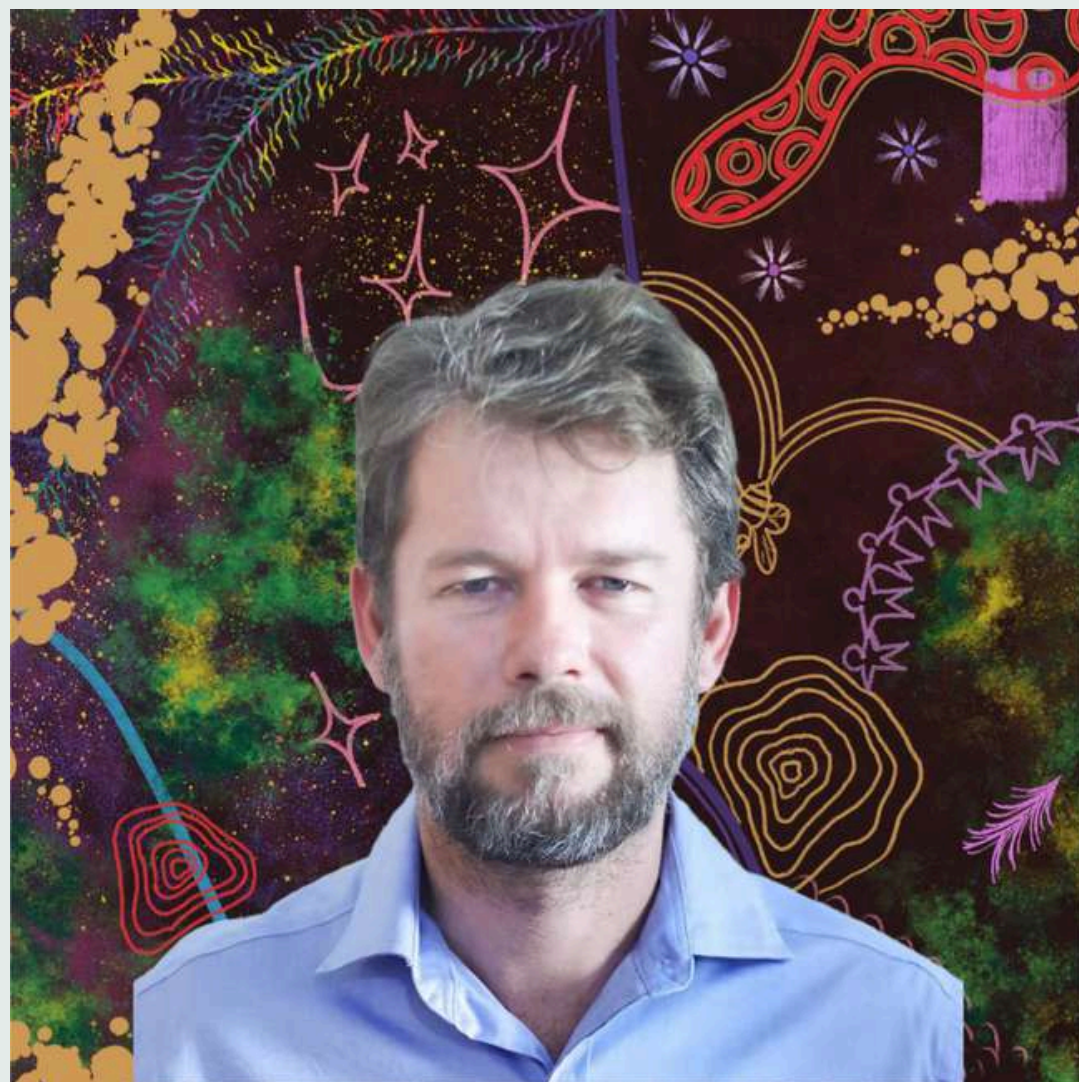


APRESENTAÇÃO

As mudanças climáticas são uma realidade, mas não uma fatalidade. Elas podem ser contidas: aquecimento global, secas, enchentes, aumento dos níveis dos mares, tempestades, incêndios e quebras de safra são os primeiros efeitos que sentimos, mas apenas realizar COPs, por melhores que sejam, não será suficiente. Hoje o mundo se encontra mais instável, militarizado, e em uma corrida armamentista tão perigosa ou mais que aquela da Guerra Fria. Para garantir o direito à vida de toda a espécie humana, e, no limite, o direito à vida do próprio planeta, é preciso desarmar o mecanismo psicológico, econômico e político que nos colocou nesse lugar de irracionalidade, em primeiro lugar.

A democracia sempre será uma utopia imperfeita, um projeto inacabado, sustentado pela tensão entre o que é e o que ainda pode e deveria ser. Sua força não está na perfeição ideológica, mas justamente em sua imperfeição, que a permite evoluir, se adaptar e transformar-se, renovando assim a capacidade de sonhar e construir sociedades mais justas, plurais e solidárias. O sonho, aqui, não é fuga da realidade, mas sua força criadora: é o que impulsiona as comunidades humanas a reimaginar seus vínculos e a recusar o cinismo que alimenta o autoritarismo. Quando uma sociedade deixa de sonhar, perde também a energia para se transformar, e esse vazio de esperança se converte em terreno fértil para discursos de ordem e salvação que legitimam a violência e a divisão, quando mais precisamos de coesão e fraternidade.

A retomada dos vínculos humanos, o resgate da capacidade de empatia, de destino compartilhado, e, no limite, de preservação da civilização, passa pelo direito de agir e transformar os lugares onde vivemos. O amplo engajamento, condição sine qua non para a adaptação climática, é a chave para reunir a ecologia de saberes e a capacidade para responder a esse que é o maior desafio coletivo já vivido pela humanidade, que apenas será vencido, também, coletivamente e pelo aprofundamento da democracia.



MARCOS WOORTMANN é Cientista político e mestre em direitos humanos pela Universidade de Brasília, é Diretor-Adjunto do Instituto Democracia e Sustentabilidade, coordenador da Virada Parlamentar Sustentável e conselheiro do Centro Internacional de Água e Transdisciplinaridade. É fellow do Weitz Center - Mashav, Theodor Heuss Akademy, IREX, Academia de Ciências de Moscou e Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos do Mercosul. É articulista do Le Monde Diplomatique Brasil, líder RAPS, palestrante, e atua com foco na convergência entre poder público e sociedade civil nas áreas de democracia, mudanças climáticas, desenvolvimento territorial e transição ecológica.

PLANETA ESPONJA JÁ!

Um Chamado para Restaurar o Ciclo da Água da Terra para a Resiliência Climática

KONGJIAN YU, foi um arquiteto paisagista e urbanista chinês, professor e decano fundador do College of Architecture and Landscape da Universidade de Pequim e fundador do escritório Turenscape. Reconhecido mundialmente por criar o conceito de “cidades-esponja” foi uma das maiores referências globais em soluções baseadas na natureza para a gestão das águas urbanas e o urbanismo ecológico. Sua pesquisa teve impacto direto na formulação de políticas públicas na China e em projetos urbanos em diversos países. Foi também Campeão Global de Soluções Baseadas na Natureza da IUCN. Entre seus reconhecimentos mais recentes estão o RAIC International Prize 2025, o Cornelia Hahn Oberlander Prize 2023, o Cooper Hewitt National Design Award 2023, e o IFLA Sir Geoffrey Jellicoe Award 2020. É membro da American Academy of Arts and Sciences.



Nosso planeta está se quebrando.

A mudança climática, o uso imprudente da terra e a destruição ecológica romperam o ciclo natural da água, intensificando enchentes, secas, ondas de calor e o aumento do nível do mar. Reduzir as emissões de carbono é vital — mas sem restaurar os ritmos naturais da água, não podemos estabilizar o clima. Drenamos 87% das áreas úmidas, represamos a maioria dos grandes rios e enterramos planícies aluviais sob concreto. A solução “cinza” — represas, diques, canais de concreto — é frágil, cara e destrutiva. A água sempre vence.

Nós conclamamos por um Planeta Esponja — uma Terra viva que retém, desacelera e acolhe a água. Esse é um caminho comprovado, enraizado tanto na sabedoria indígena quanto na ciência moderna. Isso significa:

- Reter a chuva onde ela cai — áreas úmidas, florestas, lagoas, solos permeáveis.
- Desacelerar o fluxo — restaurar rios, planícies de inundação e a rugosidade natural.
- Acolher a água — conviver com enchentes e marés, transformar o risco em renovação.

Milhares de projetos de “Água Lenta” ao redor do mundo já protegem comunidades, armazenam carbono, refrescam cidades, revitalizam a biodiversidade e garantem o abastecimento de água. Ampliados em bacias hidrográficas e países inteiros, eles podem curar nosso planeta.

Aos líderes da COP30:

- Financiem agora a restauração do ciclo da água.
- Incorporem soluções baseadas na natureza para a água em todos os planos climáticos.
- Protejam e revitalizem áreas úmidas, planícies aluviais e florestas.
- Empoderem os guardiões locais e indígenas da água.

A escolha é clara: endurecer a terra até que ela quebre — ou amaciá-la até que ela se cure. Escolhamos curar.

Planeta Esponja, agora — pelo clima, pela justiça, pela vida.

NÓS SABEMOS O CAMINHO

MAUDE BARLOW, Maude Barlow é ativista, escritora e referência global na defesa da água como direito humano. Canadense, é fundadora do Blue Planet Project e do Council of Canadians, duas das mais importantes organizações internacionais de defesa da justiça hídrica e da soberania dos povos sobre seus recursos naturais. Atuou como assessora sênior da Organização das Nações Unidas (ONU) para assuntos relacionados à água e liderou a campanha mundial que resultou no reconhecimento da água como direito humano pela Assembleia Geral da ONU em 2010. Autora de mais de 20 livros traduzidos em diversos idiomas, entre eles *Blue Future*, *Blue Covenant* e *Blue Gold*, Barlow é uma das principais vozes na denúncia da mercantilização dos bens comuns e na promoção de políticas de gestão pública e comunitária da água. Recebeu inúmeros prêmios internacionais, incluindo o Right Livelihood Award (Prêmio Nobel Alternativo), e segue como uma das lideranças mais influentes no movimento global pelo acesso universal à água e pela proteção dos ecossistemas aquáticos do planeta.



O passo mais importante que podemos dar coletivamente para salvar o planeta e a vida que ele sustenta é garantir que as decisões e ações tomadas para deter a crise climática e proteger a biodiversidade estejam enraizadas em processos democráticos, transparentes e baseados nas comunidades — e não criadas nas salas de reuniões daqueles que têm a lucrar com a ameaça crescente.

Poucos ainda negam que as crises do clima, da água e da biodiversidade são reais e ameaçam a vida no planeta Terra. No entanto, estamos coletivamente falhando em tomar as ações que precisamos — e sabemos — para deter a destruição. Em grande medida, isso se deve ao fato de que muitos governos e instituições internacionais entregaram essa responsabilidade a poderosos interesses privados, que não apenas estão estabelecendo as novas regras, mas também lucrando com elas em uma nova iteração do saque global.

As mesmas corporações de energia, produtos químicos, agronegócio e água engarrafada que nos trouxeram até este limite ecológico — financiadas por grandes gestores de ativos e fundos de investimento irresponsáveis, com o apoio do Banco Mundial — aderiram à “moda da natureza” e tomaram para si o controle da agenda climática.

A resposta? Colocar um preço na natureza e inseri-la no mercado, onde terá que competir para sobreviver e será administrada por “especialistas” em gestão de riscos. Sob a linguagem atraente de “soluções baseadas na natureza” e “serviços ecossistêmicos”, o que se vê, na verdade, é a financeirização e a mercantilização da natureza, assumindo muitas formas: mercado de carbono, trocas de dívida por natureza, comércio de poluição da água, créditos de biodiversidade, títulos de conservação verdes, azuis e da vida selvagem, compensações de plástico, futuros de água e mais.

Embora o setor privado tenha um papel importante no enfrentamento da crise climática, não devemos permitir que o movimento de proteção da natureza e da biodiversidade seja retirado das mãos dos governos eleitos e das comunidades.

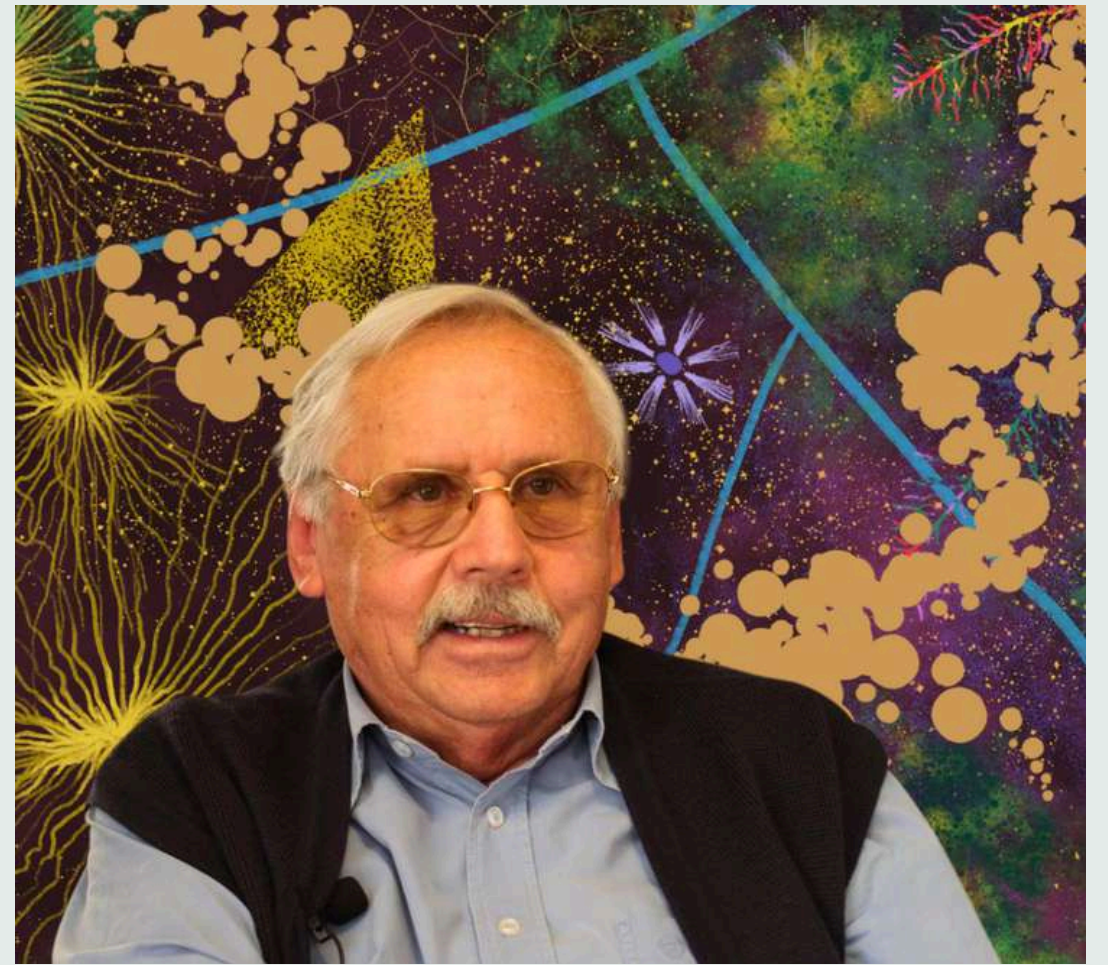
O caminho a seguir é honrar a cosmovisão indígena de que nós, seres humanos, somos parte da natureza e não estamos acima dela; promover o crescente movimento dos direitos da natureza, que defende leis que regulem os humanos de forma que outras espécies possam cumprir seu papel evolutivo no planeta; e reconhecer uma abordagem baseada em direitos para a conservação da biodiversidade, na qual os direitos da natureza e dos humanos estão entrelaçados, e a conservação deve ocorrer por meio de princípios inclusivos baseados nos direitos das comunidades.

O poeta britânico Gerard Manley Hopkins disse: “E apesar de tudo isso, a natureza nunca se esgota; vive a mais terna frescura no fundo das coisas.” O ambientalista canadense David Suzuki afirma que, se pararmos de ferir a natureza, ela será mais generosa conosco do que merecemos.

Nós sabemos o caminho.

ENFRENTANDO O ÓBVIO

LADISLAU DOWBOR é economista, professor e pesquisador brasileiro, reconhecido internacionalmente por suas contribuições nas áreas de economia política, desenvolvimento sustentável e gestão democrática. É professor titular do Programa de Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e atua como consultor de diversas agências das Nações Unidas, governos, prefeituras e organizações do sistema "S", contribuindo para políticas públicas voltadas à redução das desigualdades e à sustentabilidade socioeconômica. Autor e coautor de cerca de 45 livros e centenas de artigos, sua obra reflete uma visão crítica e propositiva sobre o sistema econômico global, abordando temas como finanças públicas, economia colaborativa, poder corporativo, desigualdade e novas formas de governança social. Entre seus títulos mais conhecidos estão *A Era do Capital Improdutivo*, *O Mosaico Partido* e *Democracia Econômica: alternativas de gestão social*. Dowbor é uma das vozes mais influentes do pensamento latino-americano contemporâneo, defendendo a reapropriação social da economia e o uso ético do conhecimento e das tecnologias para promover bem-estar coletivo.



Um ponto de partida essencial é que dispomos de todos os recursos necessários para enfrentar os desafios.

O tripé é claro: temos de alcançar uma sociedade economicamente viável, mas também socialmente justa e sustentável em termos ambientais.

Tenho 84 anos e participei ativamente na Cimeira do Rio, em 1992, e nas sucessivas reuniões. Olho para trás e não posso deixar de ter a sensação de que devemos ter uma visão mais ampla do desafio da governança. O problema central não é a desigualdade, ou o drama ambiental, mas a estagnação do nosso processo de tomada de decisão. Este é o maior desafio. Sentimo-nos impotentes diante do óbvio.

Nunca fomos tão prósperos. Nosso PIB global, US\$ 115 trilhões, trazido à terra, significa que o que produzimos em bens e serviços equivale a US\$ 4,7 mil por mês por família de quatro pessoas. Em dólares de paridade de poder de compra (PPC), que é a forma correta de apresentar os números, o PIB mundial atingiu US\$ 180 trilhões, US\$ 7,3 mil por mês. Pela primeira vez na história da humanidade, o que produzimos é amplamente suficiente para garantir que todos possam levar uma vida digna e confortável. Nosso problema não é econômico, no sentido de falta de recursos, mas de organização social e política.

Também sabemos o que deve ser feito. Os ODS deixam claro, aprovados por todas as nações (com o trágico comportamento americano de entra-sai), temos todas as estatísticas necessárias sobre as mudanças climáticas, sobre as emissões, sobre a pobreza, sobre a perda de biodiversidade e assim por diante. E temos as tecnologias necessárias, tão importantes para salvar a nós e ao nosso meio ambiente, permitindo-nos investir racionalmente nas questões críticas. Como podemos tolerar 750 milhões passando fome, 2,3 bilhões em insegurança alimentar, quando produzimos o suficiente para 12 a 14 bilhões de pessoas? Cerca de 6 milhões de crianças menores de cinco anos morrendo todos os anos?

Não há como evitar a responsabilidade corporativa fundamental pelo que estamos enfrentando. Trump foi cercado por eles em sua posse. Drill, baby, drill. Elon Musk comprou o Twitter por US\$ 44 bilhões, quando todo o orçamento das Nações Unidas para enfrentar questões globais é de US\$ 40 bilhões. Prometemos US\$ 100 bilhões para ajudar a financiar as mudanças climáticas, enquanto o dinheiro em paraísos fiscais chega a US\$ 20 trilhões, 200 vezes mais. A BlackRock administra US\$ 12 trilhões, enquanto o orçamento federal dos EUA é de US\$ 6 trilhões. As dez principais corporações de gestão de ativos, BlackRock, State Street, Vanguard, UBS e similares, administram US\$ 50 trilhões, o equivalente a praticamente metade do PIB global de 2022.

Todo esse dinheiro é destinado a maximizar o lucro para os acionistas, financiando, entre outros, as reuniões de Davos e as proclamações sobre ESG. O dreno financeiro mundial, rentismo improdutivo, chegou a um nível insustentável. O crescimento populacional está desacelerando, atualmente sabemos que vamos estabilizar em pouco mais de 9 bilhões de habitantes, é hora de nos organizarmos em um rumo estruturalmente estável e de longo prazo, trazendo o rentismo financeiro para financiar o que precisamos, construindo uma capacidade de governança global, um esforço sinérgico de governos, corporações e sociedade civil para enfrentar as questões mais críticas. Garantir que cada família tenha o básico para viver, cada criança sua refeição e escola, poderia ser um bom começo, pois nos permitiria mobilizar a sociedade para outras questões.

Não se trata de ideologia, trata-se de bom senso. Por quanto tempo toleraremos fortunas rentistas de bilionários quando as crianças passam fome? High-Tech demanda também alta responsabilidade.

VOZES DA TERRA:

Construindo um futuro biocêntrico através da justiça ecológica e do pluralismo jurídico

ANTONIO CARLOS WOLKMER é professor titular emérito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pesquisador do CNPq e uma das principais referências latino-americanas em Sociologia Jurídica, Pluralismo Jurídico e Direitos Humanos. É doutor em Direito pela UFSC e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Autor de vasta produção acadêmica, coordena redes e programas de pós-graduação no Brasil e no exterior, com forte atuação internacional voltada à integração do pensamento jurídico latino-americano e à construção de uma cultura jurídica crítica, plural e emancipatória.

Sua obra e atuação destacam-se pela defesa de uma justiça social inclusiva e de uma ciência jurídica comprometida com os povos, os territórios e os direitos coletivos, contribuindo para o fortalecimento de uma visão biocêntrica e decolonial do Direito.



A emergência climática representa uma grave manifestação da crise civilizatória, exigindo respostas radicais que transcendam o Direito Ocidental hegemônico. Este paradigma, enraizado em preceitos proprietários do Direito Romano, do racionalismo instrumental da Ilustração e da lógica produtivista da Revolução Industrial, é intrinsecamente centrado na propriedade privada e em uma visão antropocêntrica que subordina a natureza aos interesses humanos, tratando-a como um mero objeto de exploração. Em contrapartida, o pluralismo jurídico – o reconhecimento e a valorização de múltiplos sistemas normativos coexistentes, especialmente aqueles desenvolvidos pelos povos indígenas, comunidades tradicionais e outras cosmovisões marginalizadas – emerge como um instrumento essencial para construir uma justiça ecológica verdadeiramente transformadora e biocêntrica. A Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas pode e deve ser o palco onde essa descolonização do Direito ganhe força, integrando saberes ancestrais e inovações jurídicas que priorizam a vida em todas as suas formas na governança global.

O Direito Ocidental moderno, moldado por uma lógica colonial e extrativista que historicamente legitimou a apropriação de terras e recursos, frequentemente falha em proteger ecossistemas, tratando-os como "recursos" a serem modificados e explorados. Essa perspectiva linear e utilitarista contrasta profundamente com sistemas normativos indígenas e comunitários. Exemplos incluem as leis consuetudinárias dos povos Kichwa na Amazônia equatoriana, que defendem a floresta como um ser vivo com direitos, ou as práticas de gestão territorial dos quilombolas no Brasil e as leis consuetudinárias Maori na Nova Zelândia, que entendem a natureza como sujeito de direitos, não como objeto. A Constituição do Equador (2008), que consagrou pioneira e mundialmente os Direitos da Natureza, demonstrou como o pluralismo jurídico pode inovar a proteção ambiental. Sob essa influência, impactaram decisões judiciais como nos casos emblemáticos dos rios Vilcabamba, no Equador (2011), Atrato, na Colômbia (declarado sujeito de direitos pela Sentença T-622/2016, do Tribunal Constitucional Colombiano), Whanganui, Nova Zelândia (2017). A COP 30 deve amplificar essas experiências, criando um Fórum de Jurisdições Plurais para sistematizar, documentar e disseminar modelos legais biocêntricos, promovendo o intercâmbio de conhecimentos e a criação de redes de apoio.

A descolonização do Direito implica não apenas incluir vozes e perspectivas marginalizadas, mas fundamentalmente desestruturar hierarquias epistemológicas que invalidam saberes não ocidentais, perpetuando a injustiça epistêmica. O conceito andino do Buen vivir (Sumak Kawsay), por exemplo, oferece uma estrutura ética e jurídica que prioriza a harmonia entre humanos e natureza, o bem-estar coletivo e a reciprocidade, inspirando constituições como as do Equador (2008) e da Bolívia (2009) a reconhecerem os direitos da Pachamama (Mãe Terra). Da mesma forma, iniciativas como os Tribunais da Terra (a exemplo da Corte Internacional dos Direitos da Natureza), embora não vinculantes no sentido estatal, desafiam a noção de que apenas Estados e corporações têm legitimidade para legislar sobre o ambiente. Eles criam um espaço para a responsabilização por danos ecológicos e a articulação de uma jurisprudência global dos direitos da natureza, reforçando a Declaração Universal dos Direitos da Mãe Terra (2011, Cochabamba, Bolívia).

A justiça ecológica só será efetiva se for plural, holística, biocêntrica.

O pluralismo jurídico não é uma utopia distante, mas uma realidade em expansão, capaz de conectar lutas antirracistas, de gênero e ambientais, reconhecendo que a degradação ambiental muitas vezes afeta desproporcionalmente comunidades marginalizadas. Para que a próxima Conferência das Nações Unidas sobre as



Mudanças Climáticas seja um marco, é preciso financiar sistemas locais — como os Conselhos de Água em Honduras, que demonstram a eficácia da gestão comunitária e democrática de recursos hídricos — e escutar iniciativas como os Tribunais da Terra, que oferecem plataformas para que vozes marginalizadas denunciem injustiças ambientais sob a ótica dos direitos da natureza. A emergência climática não será resolvida através de abordagens convencionais: exige um direito vivo, adaptável, contextualmente sensível e que honre a pluralidade de vozes, saberes e formas de vida. Que esta conferência seja o palco onde os povos, com suas leis ancestrais e inovações contemporâneas, reescrevam o futuro, construindo uma governança ambiental verdadeiramente plural e justa.

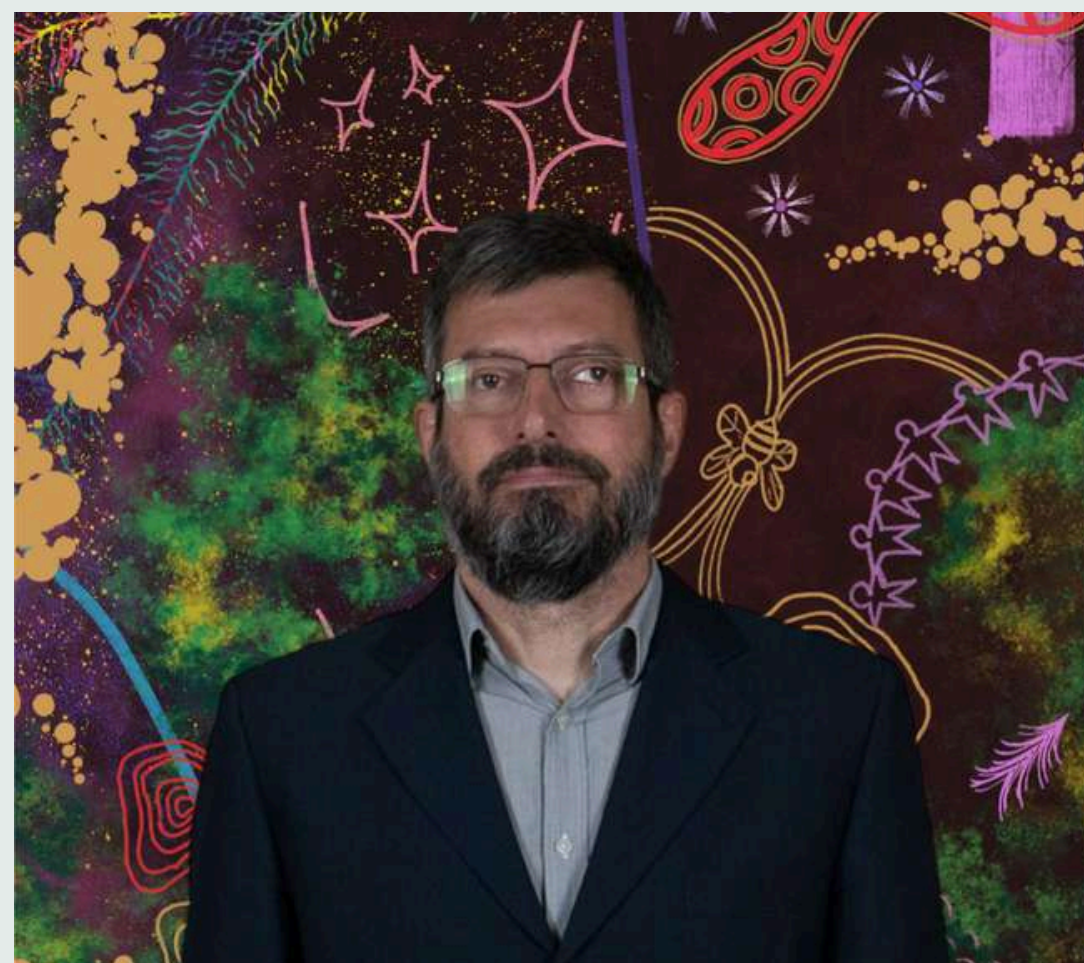
A COP 30 tem a oportunidade histórica de formalizar e institucionalizar essas abordagens, criando um **Observatório Global de Jurisdições Ecológicas Plurais**. Este observatório poderia funcionar como um centro de pesquisa, documentação, capacitação e advocacia, monitorando e expandindo iniciativas locais, facilitando a troca de melhores práticas e influenciando políticas climáticas globais. Se a crise climática é global, as soluções devem ser pluriversais – honrando a diversidade de formas de vida e sistemas de conhecimento, reconhecendo que não há uma única solução, mas um mosaico de abordagens contextualmente relevantes.

O Direito do futuro não será uniforme, mas plural e relacional; não imposto de cima para baixo, mas recriado horizontalmente a partir das experiências das bases sociais. Essa é a revolução jurídica que a Terra e suas comunidades exigem!

A IMPORTÂNCIA DA INOVAÇÃO SOCIAL

na agenda de pesquisa no Brasil

JACQUES MICK é professor titular do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atuando nos programas de pós-graduação em Jornalismo e Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Formado em Comunicação Social – Jornalismo (1992), Mick conquistou mestrado (1998) e doutorado (2004) em Sociologia Política, ambos pela UFSC, e concluiu pós-doutorado na Universidade de Lisboa em 2014–2015. Foi também professor visitante no Sciences Po Grenoble, na França, em 2014 e 2017. Atualmente ocupa o cargo de Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação da UFSC desde 2022, onde já coordenou importantes projetos institucionais na área de inovação e pesquisa.



O caminho da transição ecológica e da transição energética rumo a uma sociedade sustentável não se fará apenas com investimento em tecnologia no processo produtivo. Serão necessárias profundas transformações culturais, nas políticas públicas e nos hábitos de indivíduos e grupos sociais, para as quais as universidades podem e devem contribuir sistematicamente desde já. Destinar investimentos públicos e privados para que as instituições de pesquisa possam ampliar competências em inovação social e produzir resultados de impacto o quanto antes é uma prioridade ainda negligenciada pelos governos e pelas empresas.

O Brasil vive um momento positivo quanto aos investimentos em pesquisa e inovação tecnológica. Desde 2023 o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) tem tido seu uso garantido para as finalidades a que foi criado: para 2026, estão previstos quase R\$ 9 bilhões nas modalidades não reembolsáveis. Fundos setoriais como o Mover, que está produzindo uma revolução sustentável na indústria automobilística, e os dos setores de energia elétrica e petróleo, óleo e gás também estão injetando recursos em descarbonização, materiais eficientes, energia renovável e, não menos importante, substituição de importações, entre outros desafios. Mas não há uma agenda para as transformações sociopolíticas e culturais necessárias a uma vida sustentável.

Em um país tão desigual quanto o Brasil, é uma necessidade estratégica a valorização de estudos que, para além das dimensões econômicas, foquem as transições energética e ecológica em seus aspectos humanos. A mobilidade elétrica é um exemplo: já estamos criando zonas urbanas de classe média e alta com céu límpido e carros ligados na tomada, enquanto a pobreza continua condenada ao gás carbônico. O mundo é um só e deveria ser democrática a distribuição dos resultados produzidos pela inovação tecnológica, não mais um privilégio ou outro item de distinção para os mais ricos. Ônibus elétricos para o transporte público em vez de renovar o entupimento das vias com carros individuais agora elétricos, por exemplo.

As universidades precisam de recursos para criar e avançar numa agenda de humanidades, linguagens e artes rumo a sociedades sustentáveis. Não se trata de produzir mais diagnósticos - já sabemos o tamanho e as características detalhadas do problema. Trata-se de produzir propostas de soluções. Como avançar no multiculturalismo e no multilinguismo promovendo democracia e partilha de conhecimento? Que cadeias produtivas são mais poluentes em cada território e como priorizá-las na descarbonização (afinal, não podemos perder tempo!)? Como sensibilizar os atores privados dessas cadeias a se engajarem na agenda de sustentabilidade? Como transitar da punição para a sensibilização e para a mudança de comportamento dos agentes sociais que destroem recursos naturais? Que políticas públicas são necessárias para mobilizar recursos, definir estratégias, priorizar investimentos, executar com eficiência e produzir resultados de impacto o quanto antes?

Em todos esses casos, é de inovação social que se fala, não de inovação tecnológica. Menos de 10 das 69 instituições federais de ensino superior no Brasil têm hoje agendas de inovação social, o que basta para indicar o quanto o desafio é enorme e urgente. Que cada universidade possa em breve dispor de recursos para poder alocar competências, escolher seus temas com autonomia e avançar na invenção de soluções para os desafios sociais ligados à sustentabilidade nos diferentes territórios do Brasil. Não existirá dinheiro mais bem investido.

VOZES DA DIVERSIDADE

nas Arenas Locais, Nacionais e Internacionais

MARCOS SORRENTINO é professor, ambientalista e referência nacional em educação ambiental e políticas públicas de sustentabilidade. Possui formação em Pedagogia e Biologia, com mestrado e doutorado em Educação Ambiental pela Universidade de São Paulo (USP), onde atua como docente e pesquisador vinculado ao Laboratório de Educação e Política Ambiental (OCA/ESALQ-USP).

Ao longo de sua trajetória, tem contribuído para a construção de políticas públicas e processos participativos de formação cidadã em todo o Brasil. É atualmente Diretor do Departamento de Educação Ambiental e Cidadania do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, cargo no qual coordena iniciativas voltadas à implementação da Política Nacional de Educação Ambiental e à promoção da transição ecológica justa e democrática.



Aprofundar no chamamento aos Estados Membros, para a importância de incorporar em seus compromissos a centralidade da dimensão educadora e da responsabilidade com a promoção de políticas públicas que incentivem e apoiem a mobilização e a participação social - este é o grande desafio.

Não será possível enfrentar a “crise ambiental” da contemporaneidade, sem o envolvimento de todas as pessoas, em todos os setores da sociedade.

A COP é Aqui! Este é o mote que o *Departamento de Educação Ambiental e Cidadania do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima* está trabalhando para incentivar uma nova modalidade de COP, Conferências das Partes, nas quais cada pessoa é a Parte e, o sentido comum é o diálogo transformador e o encontro potencializador.

Em cada território relacional, convidar para o diálogo, sobre mudanças do clima, desertificação e biodiversidade (temática das três Convenções aprovadas na Rio 92 e objeto das distintas COP promovidas pelas Nações Unidas), ou sobre outros temas relacionados à complexidade da problemática socioambiental. Seja qual for a temática geradora dos diálogos, ela será “porta de entrada” para aprendizados que possibilitam transformações em direção às sociedades sustentáveis.

Repercutir as vozes da diversidade, de humanos e dos seres não humanos, visíveis e invisíveis, é tarefa primordial no redirecionamento dos caminhos trilhados e que levam à inviabilidade da vida humana neste Planeta. Inviabilidade do atual modo de ser e estar, do modo de produção e consumo hegemônico, que ainda promove guerras e genocídios, violências físicas e coações de todos os tipos, depressão e drogadição entre os da própria espécie e já levou inúmeras outras à extinção, além de degradar os sistemas naturais de suporte à vida. Como escreveu Bruno Latour, em *Políticas da Natureza*, é preciso realizar uma grande assembleia planetária, na qual todas as vozes historicamente silenciadas possam se expressar e definir um novo pacto entre humanos e com a natureza em geral.

O diálogo Eu-Tu, como sobre ele escreveu Martin Buber, o resgate do silogismo, como sobre ele escreveu Byung Chul-Han, em *Favor Fechar os Olhos*, são convites à parada reflexiva, ao diálogo atento ao outro, colocando em suspensão os próprios pressupostos e aprendendo com a observação/contemplação e análise crítica, contextualizada e histórica. Ouvir as vozes da diversidade, planejar e decidir coletivamente, exige o cultivo de processos educadores que nos preparem para isto, dialogando com a ecologia profunda e a ecologia política. Educar ambientalmente ao aprender com o conhecimento científico e com os saberes ancestrais, em diálogo que faz emergir a esperança e a potência de agir por uma vida melhor para todas as pessoas e demais seres com os quais compartilhamos o Planeta, agora e sempre.

Vamos Virar o Jogo! Educação ambiental e educomunicação socioambiental como Políticas Públicas em tempos de mudanças climáticas. Vamos, com EA e COP locais, ajudar a virar o jogo!.

PERSPECTIVA BIOCÊNTRICA

dos climas globais, regionais e urbanos

HUGO ROMERO, Hugo Romero é geógrafo, pesquisador e professor titular do Departamento de Geografia da Universidad de Chile, instituição onde atua desde 1982. É uma das principais referências latino-americanas em Geografia Ambiental, Geografia Física Crítica, Climatologia Urbana e estudos sobre meio ambiente e território.

Sua trajetória acadêmica é marcada pela contribuição ao desenvolvimento de uma geografia comprometida com a justiça ambiental e o planejamento territorial sustentável, articulando ciência, política e cidadania. Recebeu distinções importantes, como o Prêmio Nacional de Geografia do Chile (2013) e o Prêmio Latino-Americano de Geografia Milton Santos (2019), em reconhecimento à relevância de suas pesquisas e à sua influência na formação de gerações de geógrafos comprometidos com a sustentabilidade e a equidade socioambiental.



Da fisicalização e comodificação privatizadora à redefinição do clima e suas mudanças como bens vitais, humanizados e comuns.

Os climas globais, regionais e das cidades, assim como seus processos e escalas de mudança, continuam sendo considerados majoritariamente como fatos e processos físico-naturais que são apropriados, comodificados e privatizados como bens de consumo, o que impede enfrentá-los em suas transformações e variabilidades espaço-temporais como compromissos sociais, coletivos e políticos.

A redefinição dos climas como componentes fundamentais do sustento da vida de seres humanos e não humanos em cada lugar da Terra, bem como sua interpretação como objetos e processos culturais, sociais e naturais de forma conjunta, implica sua redefinição como bens comuns.

Sob os enfoques predominantes na atualidade, o clima e suas manifestações multiescalares são considerados como processos físico-naturais externos aos componentes humanos e não humanos do planeta. Sob a égide do capitalismo, os climas são isolados, fragmentados e desumanizados para serem considerados como um produto ou bem de consumo a mais, ao qual se tem acesso conforme os rendimentos econômicos dos diversos grupos sociais.

O extrativismo climático significa que os países ricos pretendem superar as mudanças climáticas que os afetam por meio de uma transição energética baseada na exploração de minerais e recursos críticos provenientes dos países do Sul global, cujas regiões e lugares acabam devastados em sua natureza e comunidades, gerando profundas injustiças socioclimáticas. Uma grande variedade de produtos alimentícios e insumos industriais, assim como paisagens naturais e culturais, tornam-se cada vez mais objeto do extrativismo climático na medida em que a água, o calor e a energia solar, os valores e conhecimentos indígenas e locais são exportados de seus lugares de origem sem qualquer retribuição por isso, empobrecendo suas paisagens e habitantes, ao mesmo tempo em que enriquecem as regiões e sociedades dos países desenvolvidos.

A gentrificação climática, por sua vez, implica que os habitantes originários dos campos e das cidades sejam deslocados de seus lugares e climas habituais por setores sociais de maior renda, decididos a se proteger das ameaças como ondas e ilhas de calor ou frio, inundações, secas, ressacas, tempestades e furacões, áreas de concentração de poluentes atmosféricos, mudando-se para locais mais seguros em busca de uma imunidade climática — em detrimento dos ocupantes anteriores, que se veem forçados a migrar para locais mais inseguros, desconfortáveis e degradados.

O clima e suas manifestações ambientais devem recuperar seu caráter de bem público a serviço da humanidade e da sociedade, resgatando-o de sua atual condição de bem de consumo a serviço do capital.

UM OLHAR CRÍTICO

sobre a métrica do carbono

CAMILA MORENO É pesquisadora sênior junto à Cátedra UNESCO/UFF sobre Desigualdades Globais e Sociais. Uma das vozes mais incisivas da ecologia política na América Latina, atua há quase duas décadas no acompanhamento crítico da governança ambiental global, no espaço das negociações internacionais sobre clima e biodiversidade. Tem articulado uma crítica à “métrica do carbono”, as imbricações entre financeirização da natureza, tecnocracia climática e o apagamento de epistemologias do Sul Global.



Na perspectiva de uma história ambiental global do capitalismo, a descarbonização faz referência a um processo de longa duração, que hoje organiza e dá sentido ao tempo presente e aos desafios de um futuro comum, para além dos combustíveis fósseis.

A referência ao carbono – e à descarbonização - ocupam um lugar central na racionalidade dos principais processos econômicos, políticos e sociais do século XXI.

A teoria científica sobre o papel central do CO2 na regulação do clima está na base de enunciação da globalidade abarcada pelas interações na atmosfera e da escala planetária do sistema climático terrestre. Por sua vez, a construção do regime multilateral para governar a mudança do clima oferece um processo privilegiado para analisar dinâmicas estruturais de transição e reconfiguração do capitalismo contemporâneo.

Em paralelo à “emergência climática”, o carbono foi transformado em ativo financeiro global - e vem se consolidando como nova fronteira da mercadoria (commodity frontier). A construção de um mercado de carbono global é central à arquitetura do Acordo de Paris.

Neste contexto, a métrica do carbono se consolidou como uma abstração global, que permite quantificar e transacionar unidades de natureza fungíveis através do globo. A valoração, apropriação privada e circulação em mercados financeiros globais destas unidades estão na base de novas dinâmicas de acumulação - um processo que depende das infraestruturas digitais associadas às novas tecnologias, como blockchain e inteligência artificial. De fato, na prática, crescentemente a ação climática vem se tornando sinônima e dependente da aplicação de inteligência artificial em escala planetária.

Desde uma perspectiva crítica, é fundamental adotar uma abordagem epistemológica e histórica ao reconstruir a convergência entre a ciência e a política para “governar o clima”, articulando o fato de que ao longo deste processo de construção do regime de governança do clima, novas formas de produção e reprodução de desigualdades podem estar imbricadas em abordagens quantificadoras e contextos tecnocráticos.

A crítica à “métrica do carbono” e sua função globalitária tem como objetivo promover a ampliação do debate epistemológico e compreender o discurso científico e seu papel na construção da racionalidade pública enquanto produto de um contexto social, complexo, multifacetado e atravessado por dinâmicas de poder. Pensar a justiça climática como horizonte efetivo de superação das desigualdades nos demanda urgentemente refletir sobre a tecnocracia e um futuro onde as decisões sobre o futuro estejam cada vez mais a cargo de algoritmos - como meio privilegiado para entender o exercício do poder no capitalismo de plataforma .

Em uma reflexão enraizada no Sul Global, se faz mister incluir a perspectiva e o processo histórico de instauração e evolução da problemática da mudança do clima - tomado como processo de longa duração - como objeto de estudo científico e objeto da política, a partir de um olhar que procura identificar continuidades imperiais e formas contemporâneas de colonialidade, assim como debruçar-se sobre as histórias emaranhadas entre clima, ciência e imperialismo Europeu.

Que a COP 30 seja uma oportunidade para reflexões e abordagens críticas, que incluam a relevância de considerar os discursos técnico-científicos na produção e reprodução de projetos políticos globais.

TECNOCIÊNCIA SOLIDÁRIA

para os bens comuns

RENATO DAGNINO, Renato Dagnino é engenheiro, professor e pesquisador brasileiro, reconhecido como um dos principais pensadores latino-americanos no campo de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). Docente titular do Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), tem dedicado sua carreira à formulação de uma ciência comprometida com o bem comum e a transformação social.

Criador dos conceitos de *Tecnociência Solidária* e *Adequação Sociotécnica*, Dagnino propõe uma crítica profunda à lógica excludente da inovação tradicional, defendendo uma produção científica e tecnológica orientada às necessidades sociais, à equidade e à sustentabilidade.

Autor de dezenas de livros e artigos de referência, atua como uma das vozes mais influentes no debate sobre democratização da ciência e política tecnológica na América Latina.



São cada vez mais frequentes em todo mundo as declarações de que o fortalecimento de alternativas às redes privadas de produção, consumo e finança, aquilo que na América Latina chamamos de economia social ou solidária, é a melhor maneira (senão a única) de mitigar os danos ambientais do capitaloceno. Em decorrência, cresce a consciência de que as redes solidárias precisam de uma plataforma cognitiva de lançamento a ser construída mediante o reprojeto e a Adequação Sociotécnica da tecnociência capitalista produzida pela e para as redes privadas.

Construir um arcabouço tecnocientífico capaz de organizar a relação entre nós e com a natureza, tendo por base a prerrogativa humanista da autogestão e a propriedade coletiva dos meios de produção que a possibilita, demanda uma radical alteração da política cognitiva que condiciona nossas instituições públicas de ensino e pesquisa. Esclarecer seus integrantes sobre a importância de sua ação para reorientar suas agendas de ensino, pesquisa e extensão, até agora dedicadas a reproduzir a tecnociência capitalista, seduzindo-os para a proposta da Tecnociência Solidária é tarefa imprescindível e urgente para, como diz Krenak, prolongar nossa vida no planeta.

SAÚDE PLANETÁRIA:

O Tempo é Agora

ANTONIO MAURO SARAIVA é professor titular sênior do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP) e referência na interface entre ciência, tecnologia e sustentabilidade. Engenheiro elétrico e agrônomo, dedica-se à pesquisa em computação aplicada à agricultura, biodiversidade, meio ambiente e saúde, com ênfase na integração de dados e modelagem de sistemas complexos. Sua trajetória combina excelência acadêmica e compromisso com a inovação voltada ao bem comum, tendo contribuído para o avanço das ciências da sustentabilidade e da saúde planetária no Brasil e na América Latina. É coordenador da Rede Saúde Planetária Brasil, iniciativa que articula universidades, centros de pesquisa e organizações da sociedade civil para promover uma abordagem integrada entre saúde humana, ambiental e dos ecossistemas.



Nós, cidadãos e cidadãos da Terra, reunidos em torno do Planeta.doc, reconhecemos que vivemos uma encruzilhada histórica. A degradação ambiental, a emergência climática e as desigualdades sociais não são crises separadas: são expressões de uma mesma ruptura entre a humanidade e os sistemas naturais que sustentam a vida. A Saúde Planetária nos lembra que não existe saúde humana em um planeta doente. Que não podemos proteger o bem-estar das pessoas sem proteger as florestas, os rios, os solos, os oceanos e a atmosfera. Que todas as atividades humanas impactam os sistemas naturais. Inspirados pela Declaração de São Paulo sobre Saúde Planetária, que convoca a todos para a ação — uma mudança profunda, urgente e com mensagens claras dirigidas a diferentes grupos e setores da sociedade — reafirmamos que justiça social, diversidade cultural, participação juvenil e inclusão das vozes historicamente silenciadas são inseparáveis da construção de um futuro habitável. Assim, manifestamos:

- Por uma nova ética do cuidado: que reconheça a interdependência de todas as formas de vida e o dever de regenerar o que foi destruído.
- Por políticas que integrem saúde e meio ambiente: garantindo que decisões sobre energia, alimentação, transporte, urbanismo e economia coloquem o bem-estar das pessoas e do planeta acima de interesses imediatos.
- Pela transversalidade da Saúde Planetária: que seja incorporada em todas as atividades e ações — pessoais, empresariais e governamentais — como forma de salvaguardar o futuro.
- Pela juventude como protagonista: não apenas como herdeira de um futuro em risco, mas como força criadora de soluções, narrativas e práticas que já transformam o presente.
- Por uma educação transformadora: que forme consciências críticas, compassivas e preparadas para viver em harmonia com os limites do planeta.
- Por uma nova economia a serviço da vida: que priorize o bem comum e a regeneração dos ecossistemas, em vez de perpetuar a concentração de riqueza e a exploração ilimitada.
- Por uma ciência que dialogue com comunidades: aberta, acessível e comprometida com a justiça, ampliando vozes e saberes plurais.
- Por cultura e arte como agentes de mudança: capazes de tocar corações, mobilizar consciências e reencantar nossa relação com a Terra.

Este manifesto é um chamado à ação, à esperança e à coragem coletiva. Que o Planeta.doc seja um marco de convergência entre ciência, cultura e sociedade. Que daqui floresçam redes capazes de inspirar mudanças concretas, do local ao global.

Que a COP30, em solo brasileiro, seja um divisor de águas: um compromisso inequívoco dos governos e instituições com a integração entre saúde humana, justiça social e sustentabilidade ambiental. Não há mais tempo para promessas vazias; é hora de decisões corajosas.

Porque proteger a saúde do planeta é proteger a nossa própria saúde.

Porque o futuro começa agora, e ele nos convoca.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA:

Para quê? Para quem?

CÉLIO BERMANN é professor, pesquisador e referência nacional em políticas energéticas e transição energética justa. Docente do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE-USP), foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Energia (PPGE/USP) e tem contribuído de forma decisiva para o debate sobre planejamento energético, sustentabilidade e justiça socioambiental. Sua trajetória acadêmica integra Arquitetura, Planejamento e Engenharia, abordando a energia como um direito social e elemento estratégico para a construção de modelos de desenvolvimento mais equitativos e sustentáveis. Autor de diversas obras de referência sobre política energética no Brasil e na América Latina, Bermann é um dos principais críticos dos modelos tradicionais de expansão elétrica e um defensor de matrizes energéticas descentralizadas, democráticas e baseadas em fontes renováveis.



Embora a transição energética seja um assunto global pois está diretamente relacionada com as mudanças climáticas, nos países do Sul Global o termo deve ser tratado como uma expressão neo-colonialista que procura transferir o problema dos países do Norte Global, extremamente dependentes dos combustíveis fósseis, para os países do Sul Global, cuja responsabilidade pelas emissões de GEEs não está no consumo de fontes energéticas, mas pela queima de suas florestas e alteração do uso do solo.

O mundo consome hoje mais de 80% da energia baseada nos combustíveis fósseis - petróleo, carvão mineral e gás natural. Cerca de um milhão de barris de petróleo são consumidos diariamente. O setor de transporte rodoviário, marítimo, fluvial e aéreo, de mercadorias e de pessoas, é responsável por 65% deste consumo.

Neste quadro, as emissões de gases de efeito estufa não param de crescer. A concentração média global de dióxido de carbono atingiu em maio de 2025 430,5 ppm (dados do Laboratório Mauna Loa da National Oceanic and Atmospheric Administration) enquanto a previsão é de que teremos apenas 50% de chance de estabilizar a temperatura média global com um aumento de 2°C em relação ao período pré-industrial se mantivermos as concentrações de CO₂ abaixo de 450 ppm. Lembremos que o objetivo central do Acordo de Paris de 2015 era fortalecer a resposta global à ameaça das mudanças climáticas, mantendo o aumento da temperatura global neste século bem abaixo de 2°C acima dos níveis pré-industriais. O limite de 450 ppm é preconizado pois sua superação aumenta a probabilidade de aquecimento global catastrófico. Se considerarmos que a concentração de dióxido de carbono está crescendo cerca de 2,66 ppm por ano, não é difícil compreender a maior frequência e intensidade de eventos climáticos extremos verificada nos tempos atuais em diversas partes do planeta.

Sob o ponto de vista energético, o que pode ser feito? Seria a assim chamada transição energética uma saída?

A escala com que o mundo consome petróleo e as alternativas que estão sendo hoje buscadas para a substituição da gasolina automotiva pelo etanol e do óleo diesel mineral pelo biodiesel são fisicamente impossíveis. A taxa de substituição da gasolina pelo etanol, seja ele da cana-de-açúcar (Brasil), ou do milho (EUA), ou ainda da beterraba (UE) não alcança 10%, levando-se em consideração que o poder calorífico do etanol é cerca de 70% do da gasolina. Já quanto ao biodiesel, sua taxa de substituição ao diesel mineral mal alcança 4%, mesmo considerando uma relativa equivalência do poder calorífico de ambos combustíveis. Aumentar a área plantada para a produção do etanol, de forma a alcançar a escala do consumo da gasolina seria amplificar a fome humana planetária com o conflito com a produção de alimento. O mesmo raciocínio vale para o biodiesel com relação à escala de consumo do óleo diesel mineral.



Para a produção de energia elétrica, a solução majoritariamente apontada pelas empresas, sociedade civil, políticos e academia foca-se na expansão de parques de energia renovável para o combate das mudanças climáticas. A primazia que se dá no debate ambiental atualmente, às emissões decorrentes da utilização dos combustíveis fósseis, embora necessária, é insuficiente, e oculta as consequências sociais e ambientais do uso das energias renováveis. Em adição, ocorre que, novas fontes de energia, como a energia eólica e solar, simplesmente se tornam parte de um portfólio energético mais amplo, ao invés de substituir completamente os combustíveis fósseis. Isso sugere que não está ocorrendo uma verdadeira “transição”, pois as fontes de energia anteriores permanecem em uso, levando a um aumento na demanda total de energia, em vez de uma mudança para fontes renováveis. As evidências das tendências contemporâneas na produção de energia também sugerem que, como as fontes de energia renováveis compõem uma parcela relativamente maior da produção geral de energia, elas não estão substituindo os combustíveis fósseis, mas sim expandindo a quantidade total de energia produzida.

Atualmente, o acréscimo de energia renovável tem ocorrido em maiores proporções do que antigamente. Com efeito, a adição de novas fontes de energia simplesmente permitiu um maior crescimento no consumo geral de energia, em vez de servir como um substituto para fontes mais antigas e poluidoras. No entanto, nem mesmo esse aumento do consumo global de energia foi acompanhado por nenhum declínio das impressionantes disparidades entre as sociedades ricas e pobres.

Ainda, desenvolvemos uma indústria da energia ramificada, influente e intensiva em técnicas e conhecimento, o que acabou transformando em mercadoria as fontes renováveis de energia. Foi um processo longo, sendo temperado e gestado desde a primeira Revolução Industrial, tendo seu coroamento nos processos de privatização, sacramentados no final do século passado.

Hoje em dia pouco se fala da oferta de energia como Serviço Público essencial para os modos de vida contemporâneos estabelecidos. Contraposto ao caráter público, o cidadão contribuinte se torna consumidor, ou cliente, e a ele se associa um código de consumidor e uma tarifa. A energia se precificou e se comercializa.

A forma “mercadoria”, que tem sua abstração ampliada pela utilização de termos como o kWh, ou litro, ou botijão, precisa ser produzida. Um painel solar fotovoltaico precisa do silício e de um complexo processo de beneficiamento mineral até transformá-lo para um grau ótico ou eletrônico. Precisa do alumínio e do vidro, e conexões utilizando cobre. Equipamentos auxiliares que necessitam de plástico.

Não há como, caso desejemos ter uma visão de conjunto, sequer aludir à ideia de que a conversão solar fotovoltaica é “limpa”. Uma coisa é não produzir fumaça pela conversão solar, outra coisa é chamá-la de limpa. O mesmo raciocínio se estabelece para qualquer outra modalidade de conversão de energia à partir de fontes energéticas renováveis utilizadas para a produção de eletricidade - hidroeleticidade, eólica, solar, biogás, e mesmo a nuclear como sendo “fontes de energias limpas”.

Uma coisa é certa! Não existe energia limpa! Ou melhor, a única energia que podemos chamar de limpa é aquela em que não precisamos consumir, seja pelo aumento de eficiência nos processos de conversão, seja pela mudança nos hábitos de consumo.

Como consequência, para voltarmos à assimetria entre os países do Norte e do Sul Global, cabe então aos países periféricos a produção de Hidrogênio e sua exportação para atender à demanda dos países centrais. Dessa forma, permanece o quadro da inserção destes países no mercado internacional como meros produtores de produtos primários com baixo valor agregado. E a isso dá-se o nome de transição energética!

AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

não são mais uma tragédia distante

TODD SOUTHGATE é diretor e cinegrafista canadense especializado em documentários ambientais, com mestrado em Estudos Ambientais pela York University (Toronto), formação em Cinematografia Criativa pelo Humber College e em Radiodifusão pela Mohawk College.

Com uma trajetória que abrange mais de 50 documentários, séries e produções televisivas sobre temas como superpesca, desmatamento ilegal, mudanças climáticas e energia nuclear, Southgate atuou como diretor, produtor, câmera, editor e jornalista para veículos como a CityTV e a Canadian Broadcasting Corporation (CBC).

Nos últimos vinte anos, tem concentrado sua atuação na Amazônia, documentando conflitos socioambientais e colaborando com organizações globais como Greenpeace, International Rivers e Conservation International, além de comunidades indígenas e movimentos locais.

Seu trabalho é amplamente reconhecido pela profundidade narrativa, consistência ética e compromisso com a defesa da floresta e dos povos da Amazônia, tornando-o uma das vozes mais relevantes do documentarismo ambiental contemporâneo.



Peço desculpas se minha contribuição soa dura. Ela vem de um lugar de profunda preocupação. Estou preocupado. Estou assustado. E estou profundamente frustrado porque, após três décadas de COPs, o mundo ainda está muito aquém do necessário para enfrentar a emergência climática. Esses encontros deveriam traçar um caminho de ação. Porém, muitas vezes, acabam entregando promessas de “próximos passos” e “nos vemos no próximo ano”, em vez da ação decisiva que a ciência exige e a humanidade precisa.

Como jornalista, cobri a COP3 em Kyoto, em 1997. Naquela época, havia uma sensação genuína de esperança. O Protocolo de Kyoto estabeleceu a meta de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em média 5% abaixo dos níveis de 1990 para os países industrializados. Não era perfeito, mas representava algum avanço. No entanto, à exceção da União Europeia, poucos países cumpriram seus compromissos, enquanto mais de 150 nações sequer foram chamadas a contribuir. As emissões globais continuaram a crescer, e as temperaturas também.

Desde então, de Paris a Glasgow, vimos marcos importantes, mas nunca o avanço decisivo necessário para evitar a catástrofe. A concentração atmosférica de CO₂ já ultrapassou 400 ppm, um nível sobre o qual fomos alertados em Kyoto. Em 2024, a temperatura média global foi a mais alta já registrada, ultrapassando 1,5°C pela primeira vez. Exatamente o limite que essas conferências deveriam ter evitado há uma geração.

As consequências são inegáveis. Só no Brasil, os desastres relacionados ao clima somam hoje em média 4.077 por ano, contra apenas 725 por ano nos anos 1990. Um aumento impressionante de 460%. Em todo o mundo, enfrentamos incêndios, enchentes, secas e deslocamentos. Ainda assim, essas conferências estão cada vez mais dominadas por lobistas de combustíveis fósseis, enquanto as vozes daqueles mais afetados lutam para ser ouvidas. Não estamos apenas perdendo a luta climática; estamos perdendo a luta pela justiça, pela inclusão social e pela própria democracia.

Ao longo da minha carreira, cobri desastres climáticos demais. No papel, estatísticas sobre deslocados, mortos ou desabrigados podem parecer frias e clínicas. Apenas números. Mas, quando estamos no local, ouvindo os soluços de quem perdeu tudo, ou vendo famílias tentando reconstruir suas vidas entre cinzas e lama, a dor brutal desses desastres se torna impossível de ignorar. Não são números. São vidas.

E as mudanças climáticas não são mais uma tragédia distante. Elas vão afetar todos, de uma forma ou de outra. Já nos impactam aqui na ilha de Florianópolis, e continuarão a fazê-lo. Não preciso mais viajar para relatar os efeitos da mudança climática. Eles estão acontecendo aqui. Agora.

Minha mensagem é simples: façam tudo o que estiver ao seu alcance para que a COP30 seja diferente.

Lutem pelo que é certo, pelo planeta e pelas futuras gerações. Em 1997, o então presidente do IPCC, Robert Watson, nos lembrou que “o tempo é essencial”. Vinte e sete anos depois, essa verdade é ainda mais aguda. Já não temos tempo para mais atrasos.

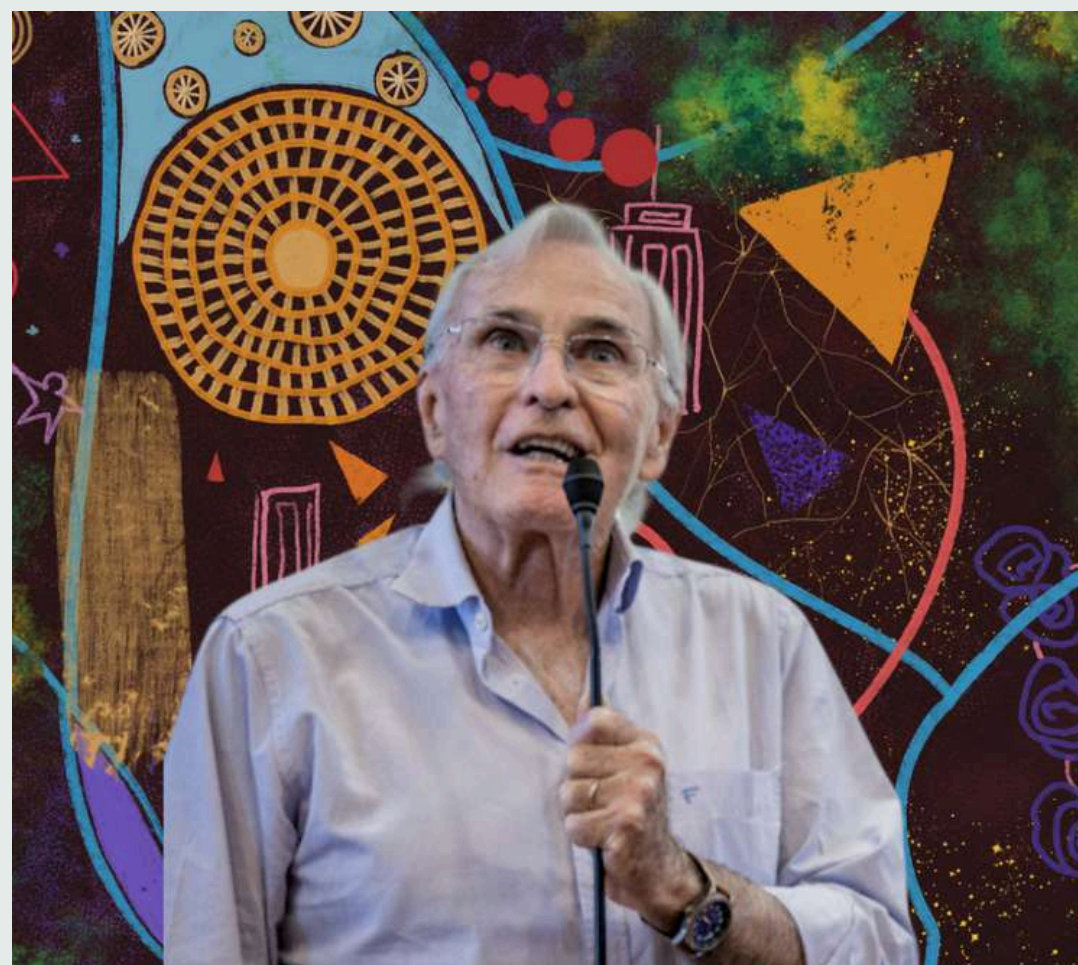
ÁGUA E VIDA

Direitos Fundamentais

LUIZ FERNANDO SCHEIBE é Professor Titular Emérito e voluntário da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Geólogo formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP), atua nas áreas de Geoecologia, Hidrogeologia e Gestão Integrada de Recursos Hídricos.

Participa dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, onde formou dezenas de mestres e doutores, contribuindo para o fortalecimento da pesquisa ambiental e interdisciplinar. É coordenador em Santa Catarina da Rede Guarani/Serra Geral (RGSG), iniciativa voltada ao estudo e à gestão sustentável dos aquíferos subterrâneos que abastecem grande parte do território brasileiro e sul-americano.

Reconhecido por sua trajetória científica e compromisso com a educação ambiental, Scheibe é referência nacional na defesa dos bens comuns hídricos e na promoção de uma ciência voltada à sustentabilidade e ao bem-estar coletivo.



Em sua aparente simplicidade, formada apenas pelo Oxigênio e o Hidrogênio, a molécula da ÁGUA esconde propriedades que a tornam indispensável e insubstituível para todas as formas de VIDA em nosso planeta, que tem também as características de uma “improbabilidade estatística” no universo. Pois são essas características, a sua força de gravidade, a rotação a cada 24 horas, a translação anual ao redor do sol, o relevo e até as fases da lua, que possibilitam a coexistência, junto à superfície terrestre, de um ciclo entre a água líquida, o vapor d’água e o gelo.

A partir das formas mais primordiais dos seres vivos, como as registradas nos fósseis em rochas com mais de 3,8 bilhões de anos, os oceanos foram povoados por incontáveis espécies de seres marinhos, muitos deles com carapaças formadas por carbonatos de cálcio. Nos períodos Carbonífero e Permiano, nas margens dos continentes, e graças à fotossíntese, imensas florestas foram inundadas e sepultadas em ambiente redutor, favorável à ação de bactérias anaeróbicas, responsáveis por sua transformação nas camadas de carvão que serviram de combustível, junto com a lenha, para as primeiras máquinas a vapor da Revolução Industrial. Processo semelhante é o que resulta, também, na formação do petróleo, composto por hidrocarbonetos de baixa até alta complexidade.

A captação e o isolamento desta formidável quantidade de carbono, até então presente na atmosfera, permitiu a proliferação de novas espécies e a progressiva invasão dos continentes, sucessivamente, pelos animais anfíbios, os répteis e, finalmente, os mamíferos e as aves, cujo sangue quente garante formidável capacidade de adaptação, mas exige uma proporção adequada de oxigênio livre no ar que respiramos, e de energia – do Sol - acumulada por outros seres vivos, nos alimentos que utilizamos.

A ÁGUA, além de ser indispensável à VIDA, constitui graças a sua polaridade o veículo das constantes mudanças que fazem com que a Terra, ao contrário dos demais planetas até agora conhecidos, possa ser considerada, conforme a Hipótese Gaia, de James Lovelock (1979), como um superorganismo, composto por uma rede vivente que, através de sua interação, configura o delicado equilíbrio da biosfera; um ser vivente, um sistema que se autorregula com base na cooperação ou na colaboração entre todos os seres, dos mais simples (incluindo minerais e rochas) aos mais complexos organismos.

A vida seria, então, não o resultado da competição, como querem os divulgadores de um suposto “Darwinismo Social”, muito mal interpretado, mas um triunfo da cooperação e da criatividade – e é, ela mesma, parte essencial dos mecanismos da regulação do próprio Planeta Terra.

Da hipótese, hoje assumida como Teoria de Gaia (Lovelock, 1979) derivaria uma ética, que implica em reconhecer os direitos de todos os outros seres com quem compartilhamos a Terra, e reconhecer seu direito à ÁGUA, à existência e ao pacífico usufruto de sua VIDA. Para Leonardo Boff, a Gaia de Lovelock (1979) é a Pachamama dos indígenas latino-americanos, e se a ética da cooperação é indispensável à sobrevivência, o maior obstáculo para a salvação da humanidade sobre a Terra seria o Capitalismo, cuja essência é, dele sim, a competição – e, no caso do neoliberalismo, o predomínio dos “direitos” do indivíduo - em especial os lucros - sobre os do conjunto da sociedade.

Assim, essa teoria não pode deixar de voltar-se contra o Capitalismo e o Des(-)envolvimento, quanto aos seus nefastos efeitos de depredação do planeta, multiplicados desde a Revolução Industrial – custeada com o ouro e a prata roubados da América e potencializados pelo orgiaco consumo da sociedade técnica, industrial e informática de nossos dias, que chegam a ser chamados de “Antropoceno” – ou “Capitaloceno” - por muitos estudiosos. Isto fica ainda mais claro se consideramos que o desenvolvimento e a modernidade global dependem materialmente do



o subdesenvolvimento, do extrativismo, do saqueio, do despojo e da desterritorialização das comunidades do Sul global: a racionalidade do mercado.

Ao separar as comunidades de seu entorno imediato, ao cortar sua relação imediata com a natureza, o des(-)envolvimento abre o caminho para a mediação do capital, com todas as suas nefastas consequências. A solução para a crise ambiental atual não seria, então, apenas De-Crescer, como sugerem alguns, mas sim, Re(-)Envolver: ou seja: viver em nova comunhão com a Natureza, ou em acordo com uma Racionalidade Ambiental, como preconizado por Enrique Leff (2021).

Ao interferir no ambiente natural, de tantas formas e cada vez mais intensamente, movida pelo consumo exacerbado e pela cobiça sem limites, nossa sociedade vem colocando em risco a sua eficiência, e pode provocar um verdadeiro colapso do mesmo, com o conjunto das transformações genericamente chamadas de Mudanças Climáticas, ou Caos Sistêmico, que vem sendo apresentado por Enrique Leff, desde os anos 1980, como a Crise do Capital: modo de produção que avança destruindo a Natureza.

Desta forma, segundo o mesmo autor, se quisermos chegar a uma criação verdadeiramente evolutiva (sustentável?), não será pela racionalidade do mercado, que criou a crise atual. Queremos outros mundos possíveis, mas para isso teremos que mudar o curso da História, via “Neguentropia”, o que envolveria, através da fotossíntese, a transformação da energia em biomassa permanente, como as florestas. Para isso, conforme aponta Carlos Walter Porto- Gonçalves e Enrique Leff em seu capítulo denominado “Ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza, reinvenção de territórios e construção de uma racionalidade ambiental”, republicado no mesmo livro, devemos olhar para outros povos, que estão mostrando caminhos para superar o Caos e retomar o triunfo da “Trama da Vida” (Porto-Gonçalves; Leff, 2021).

Já Debora Danowsky e Eduardo Viveiros de Castro (2014), estudando principalmente as culturas indígenas sul-americanas, nos sugerem a possibilidade de acreditar no mundo, dizendo: “Há muitos mundos no Mundo” (p. 155) Ou ainda: “Crer no mundo é o que mais nos falta; crer no mundo e também suscitar no mundo acontecimentos, mesmo pequenos, que escapam ao controle, ou fazer emergir novos espaços-tempos, mesmo reduzidos”. E concluem dizendo: “É em cada tentativa que se julga a capacidade de resistência, ou, ao contrário, de submissão a um controle. É preciso criação e povo ao mesmo tempo.” (p. 159).

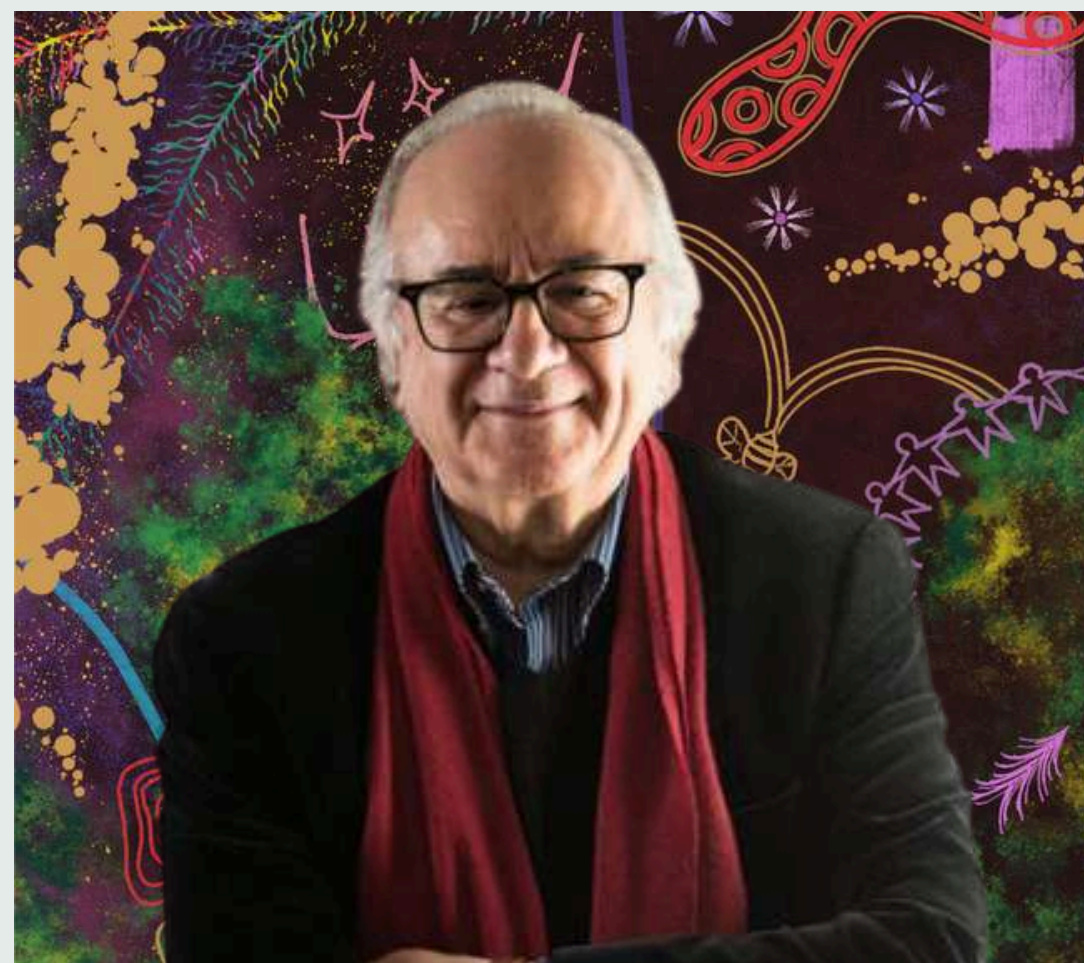
Como “Crer no Mundo”, como falar em “Bens Comuns numa Virada Biocêntrica”, ou seja, colocar a VIDA como centro, contudo, se ficarmos calados enquanto testemunhamos dia após dia, através de todos os meios de comunicação, a negação dos direitos fundamentais à ÁGUA e à VIDA, das crianças, das mulheres, dos idosos, dos pais de família, dos enfermeiros e médicos, dos jornalistas, dos professores, enfim, de mais um povo inteiro cuja sentença de morte foi decretada e vem sendo reafirmada, com o firme propósito de apropriação total por um estado colonialista, do território da província de Gaza.

PAREM O GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO!

A NATUREZA NÃO NOS PERTENCE;

nós é que pertencemos à natureza

BOAVENTURA DE SOUZA SANTOS é sociólogo português e um dos principais pensadores contemporâneos sobre epistemologias do Sul, justiça social e pluralismo cognitivo. É professor catedrático jubilado e fundador do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, instituição de referência internacional em pesquisas interdisciplinares sobre democracia, direitos humanos e sustentabilidade. Reconhecido por desenvolver conceitos fundamentais como a Sociologia das Ausências, a Ecologia de Saberes, a Linha Abissal e as Epistemologias do Sul, Boaventura propõe uma crítica profunda à hegemonia do conhecimento eurocêntrico e defende a construção de uma justiça cognitiva global, baseada no diálogo entre diferentes sistemas de saber e modos de vida.. Sua obra influenciou fortemente o pensamento crítico latino-americano e os debates sobre democracia, decolonialidade e direitos dos povos.



O que estará em causa na COP 30, como esteve nas anteriores e estará nas futuras, é a falta de vontade política para enfrentar esta verdade simples de formular, mas muito difícil de pôr em prática: a natureza não nos pertence; nós é que pertencemos à natureza. A dificuldade também é simples de identificar, mas muito difícil de enfrentar: o capitalismo e o colonialismo, que dominam a economia e a sociedade mundial desde o século XVI, tornaram-se incompatíveis com a sobrevivência da vida humana e da vida em geral no planeta Terra. A incompatibilidade também é simples de formular: para a modernidade eurocêntrica, constituída prioritariamente pelo capitalismo e pelo colonialismo, a natureza pertence-nos e como tal podemos dispor dela livremente. Dispor dela implica o poder de a poder destruir.

Para o capitalismo e o colonialismo existe uma separação radical entre a sociedade humana/humanidade e a natureza. A filosofia cartesiana que preside a esta dualidade estabelece uma separação e uma hierarquia absolutas entre o ser humano e a natureza, tal como separa a mente do corpo. Enquanto o ser humano é uma *res cogitans*, uma substância pensante, a natureza é uma *res extensa*, uma substância extensa e impenetrável. Como Deus é pensamento humano sobre o infinito, o ser humano está imensamente mais próximo de Deus do que a natureza. O ser humano é verdadeiramente digno da dignidade que Deus lhe concedeu na medida em que se desnaturaliza. Aqui reside a raiz da linha abissal que caracteriza a dominação moderna, a possibilidade de dualismos absolutos e, com isso, a impossibilidade de um pensamento holístico.

A natureza é submetida a uma exclusão abissal da sociedade e o mesmo ocorre, logicamente, com todas as entidades consideradas mais próximas da natureza. Historicamente, as mulheres, os indígenas, os negros e, em geral, todas as raças consideradas inferiores foram exemplos dessas entidades. Todos os principais mecanismos de exclusão e discriminação existentes nas sociedades modernas, quer se trate de classe, raça ou género, estão, em última instância, fundados no dualismo radical entre sociedade/humanidade e natureza, entre mente e corpo, entre espiritualidade e materialidade. As formas como a sociedade moderna lida com a inferioridade têm como modelo as formas como lida com a natureza. Se a exclusão abissal significa dominação por apropriação/violência, a natureza - incluindo a terra, os rios e as florestas, bem como as pessoas e as formas de ser e de viver cuja humanidade foi negada precisamente por fazerem parte da natureza - tem sido o alvo preferido desta dominação, e, portanto, de apropriação e de violência, desde o século XVII.

A destruição do ambiente e a crise ecológica são a outra face das crises sociais e políticas que estamos a enfrentar e que as políticas convencionais são cada vez menos capazes de resolver. Diferentes correntes de pensamento têm tentado dar conta do duplo vínculo entre a crise ecológica e a crise social. A maioria aponta para a necessidade urgente de uma mudança de paradigma, o que, por si só, indica tanto a gravidade da crise que estamos a atravessar como a magnitude do que está em jogo. Concordam com a ideia de que a mudança de paradigma consiste em substituir o dualismo humanidade/natureza por uma concepção holística centrada numa nova compreensão da natureza e da sociedade e das relações entre elas.



Um paradigma é um tipo específico de metabolismo social, um conjunto de fluxos materiais e energéticos controlados pelo ser humano que ocorrem entre a sociedade e a natureza e que, de forma conjunta e integrada, sustentam a auto-reprodução e a evolução das estruturas biofísicas da sociedade humana. A partir do século XVI - na sequência da expansão colonial europeia e, em particular, após a primeira revolução industrial do mundo ocidental (década de 1830) -, o metabolismo social característico do paradigma capitalista e colonialista gerou um desequilíbrio crescente nos fluxos entre a sociedade e a natureza, produzindo uma ruptura metabólica. É hoje aceite que essa ruptura, ao criar um desequilíbrio sistémico entre a actividade humana e a natureza, marcou o início de uma nova idade na vida do planeta terra, o Antropoceno. Este desequilíbrio foi-se agravando de tal forma que nos encontramos actualmente perante uma catástrofe ecológica iminente, uma situação que, quando se tornar irreversível, colocará em grande risco a vida humana na terra. É imperativo pôr em marcha, o mais rapidamente possível, um processo de transição para um tipo diferente de metabolismo social, baseado num tipo diferente de relação entre a sociedade e a natureza. É disto que trata a necessária transição paradigmática.

A transição paradigmática pressupõe a necessidade de uma filosofia que a sustente e de uma forte mobilização social que a ponha em prática. A transição é um processo histórico, isto é, é urgente iniciá-la, mas é impossível prever o seu ritmo e o seu tempo. Temos mais razões para ser optimistas no que respeita à filosofia do que no que respeita à mobilização social.

É que a filosofia está há muito disponível, é o conjunto das filosofias dos povos que foram mais sacrificados pelo capitalismo e pelo colonialismo, os povos que muitas vezes foram exterminados, cujos territórios foram invadidos, cujos recursos ditos naturais foram roubados, um processo histórico que começou no século XVI e que continua no nosso tempo. Refiro-me às filosofias dos povos indígenas ou originários. Felizmente estas filosofias chegaram até nós graças à resistência e lutas destes povos contra a opressão, a exploração e aniquilação.

Embora tais filosofias sejam muito diversas, convergem num ponto. O que designamos como natureza é concebida por tais filosofias como Pachamama, ou Terra- Mãe. Se a natureza é mãe, é fonte da vida, é cuidado, merecedora do mesmo respeito que merecem as nossas mães que nos deram a vida. Em suma, a natureza não nos pertence; nós é que pertencemos à natureza. Esta pertença radical contradiz qualquer ideia de dualismo entre o ser humano e a natureza. A entidade divina, independentemente da forma como é concebida, é uma entidade deste mundo e pode manifestar-se num rio, numa montanha ou num determinado território. O divino é a dimensão espiritual do material e ambos pertencem ao mesmo mundo imanente.

Entre muitos outros exemplos desta filosofia, refiro pensamento do povo originário Nasa, da Colombia:

Na perspectiva da lei de origem, falar de princípios de vida e garantia de vida significa falar de mandatos ou leis espirituais e naturais que justificam a diferença entre a prática da vida dos Nasa e a das culturas não-indígenas. Para os Nasa, tudo o que existe é um ser vivo: minerais, astros, ar, água, plantas, etc. Portanto, todos os seres (nasa) têm o direito de procriar, de cuidar de si e da Mãe Terra. A Mãe Terra é um ser vivo, é Uma Kiwe, um membro da comunidade, e por isso tem direitos. Os nasa vêm da Mãe Terra e fazem parte dela antes de nascerem e depois de morrerem. Na Mãe Terra estão registados todos os conhecimentos, os antepassados, a sabedoria e os sonhos. E, acima de tudo, faz parte da comunidade. (Plan de Salvaguarda de la Nación Nasa).

Para o Povo Nasa, como, em geral, para os povos indígenas ou originários, o território, longe de ser apenas um espaço físico, abriga uma multiplicidade de entidades ou seres espirituais. A comunidade dos humanos é apenas uma das comunidades de vida que constituem esse território. Longe de ser um objecto, o que designamos por natureza é um sujeito, inclusivamente um sujeito de direitos, os direitos da natureza. Para o capitalismo e colonialismo, conceber a natureza como um sujeito de direitos constitui uma ameaça de morte. Os direitos da natureza são incompatíveis com o direito do capitalismo e do colonialismo a perpetuar-se. No reconhecimento desta incompatibilidade está o começo da transição paradigmática.

Dispomos da filosofia, mas dispomos da mobilização social que leve por diante a transição paradigmática? A resposta é: por agora, não. Aliás, o período actual parece muito mais hostil à ideia da transição paradigmática que os períodos anteriores. A máxima hostilidade decorre da ameaça de guerra global que paira sobre o mundo e da crescente polarização entre “nós” e “eles” que alimenta a política do ódio. Uma nova guerra mundial será certamente mais destrutiva que as anteriores e a destruição não será apenas de vida humana, será também a destruição do que ainda resta de eco-sistemas de sustentação da vida em geral. Por sua vez, a polarização social e o tribalismo que cresce no seu bojo alimentado pelos promotores do ódio tornam impossível que a humanidade converse entre si e com todos os seres não humanos com os quais partilham o planeta terra. A luta pela transição paradigmática começa hoje pela luta contra a guerra e contra a polarização social alimentada pelo tribalismo e a política do ódio.

DEFESA DOS BENS COMUNS,

da justiça climática e da virada biocêntrica

SÉRGIO SAUER, Sérgio Sauer é professor da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador reconhecido por sua atuação nos campos da sociologia, filosofia, teologia e política agrária. Com formação multidisciplinar, possui doutorado em Sociologia pela UnB e pós-doutorado em Estudos Latino-Americanos pela Universidade de Kassel, na Alemanha.

Sua trajetória combina produção acadêmica e engajamento político, mantendo diálogo permanente com movimentos sociais, comunidades tradicionais e agricultores familiares. Atua em projetos e redes voltadas à justiça socioambiental, soberania alimentar e defesa dos territórios no Brasil e na América Latina. Autor e organizador de diversos livros e artigos, Sauer é referência no debate sobre reforma agrária, conflitos fundiários e políticas públicas rurais, defendendo a construção de uma sociedade mais justa, plural e sustentável.



A defesa da terra como bem comum é fundamental para a justiça climática. Desde os processos de cercamento na Inglaterra, a terra é considerada, alienada, comercializada como um bem privado, individual e não comum. A privatização, real e simbólica, e a concentração fundiária são as bases para a destruição da terra, pois possibilitam práticas extrativas e destrutivas de produção agropecuária.

A privatização é essencial para investimentos (privados) e abertura de novas áreas de monocultivos e pecuária extensivos, que são feitos com desmatamento, destruição da paisagem nativa, contaminação e erosão do solo, contaminação e esgotamento da água, poluição do ar (uso excessivo de venenos, queimadas).

Considerando que mais de 80% das emissões de gases do efeito estufa no Brasil são causadas por desmatamento, queimadas, monocultivos e pecuária extensiva, a concentração da terra é a principal causa da injustiça socioambiental, pois priva milhões de famílias (sem terras) de acesso à terra e viola direitos territoriais de povos e comunidades do campo. Consequentemente, a defesa da terra como um bem comum e a realização da reforma agrária são chaves para alcançar direitos territoriais, condições de vida digna, soberania alimentar e justiça climática no Brasil.

A defesa da reforma agrária, além de um instrumento de desconcentração fundiária, redistribuição da terra, fortalecimento e ampliação da agricultura familiar, deve ser realizada com o objetivo de dismantelar o poder político da elite agrária e reorganizar o campo por meio de pactos sociais (relações de trabalho), econômicos (jeitos agroecológicos de produzir), políticos (relações de poder e convivência) e ambientais (relações sustentáveis e agroecológicas com a natureza), promovendo o Bem Viver.

ABANDONAR O MODELO AGROINDUSTRIAL

*Abraçar a agroecologia para combater a mudança climática:
o papel dos povos indígenas na defesa dos bens comuns*

LEON ENRIQUE AVILA é professor e pesquisador em Desenvolvimento Sustentável na Universidade Intercultural de Chiapas (UNICH), México, e doutor em Ciências Agrárias. É líder do Grupo de Pesquisa sobre Patrimônio e Território na Fronteira Sul do México, dedicado ao estudo das relações entre sustentabilidade, culturas locais e justiça territorial. Sua trajetória acadêmica combina pesquisa, docência e atuação comunitária em defesa dos direitos dos povos indígenas, da agroecologia e da gestão sustentável dos territórios. Foi professor visitante em diversas universidades da América Latina, Europa e Estados Unidos, contribuindo para o diálogo internacional sobre desenvolvimento territorial, decolonialidade e ecologia política. Reconhecido por sua abordagem crítica e interdisciplinar, Ávila integra redes latino-americanas de pesquisa e mobilização que buscam alternativas ao modelo de desenvolvimento hegemônico, promovendo uma ciência comprometida com a diversidade biocultural e a sustentabilidade da vida.



O aquecimento global é um dos problemas ambientais mais graves da humanidade, gerado pela emissão de gases de efeito estufa (GEE), sendo que o setor agrícola contribui com um quinto dessas emissões. Nesse sentido, é necessário mudar o atual modelo agroindustrial que contamina a água e o solo. É aí que a agroecologia surgiu como uma alternativa que protege o meio ambiente e favorece a proteção dos bens comuns dos povos indígenas, promovendo a diversidade biocultural, revitalizando os conhecimentos ancestrais e a relação harmônica com a natureza. A produção agroecológica baseia-se em técnicas como a rotação de culturas e o uso de adubos orgânicos, o que permite conservar o solo e fomentar a resiliência climática dos sistemas agrícolas.

Nessa transição para a agroecologia, os povos indígenas desempenham um papel fundamental. Sua cosmovisão e saberes milenares estão profundamente ligados à terra, à água e às florestas, entendidos não como bens privados, mas como bens comuns que garantem a vida coletiva. A defesa desses bens comuns é também uma resistência ao extrativismo e à degradação ambiental imposta pelos modelos industriais. Os territórios indígenas, em muitos casos, concentram altos índices de biodiversidade e armazenam grandes quantidades de carbono, sendo essenciais para a mitigação da mudança climática.

Em conclusão, a agroecologia e a defesa dos bens comuns impulsionada pelos povos indígenas oferecem uma esperança real para conter os efeitos devastadores da mudança climática. Abandonar o modelo agroindustrial é um passo necessário para construir sistemas agrícolas social e ambientalmente sustentáveis, que respeitem a diversidade cultural e natural, e assegurem um futuro digno para as próximas gerações.

A SOCIOBIODIVERSIDADE COMO PROTAGONISTA

na restauração dos *ecossistemas*
Biodiversidade não é “coadjuvante do carbono”

ANDRÉ GILES é biólogo e pesquisador em Ecologia e Restauração Ecológica, com doutorado em Ecologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Sua atuação concentra-se na interface entre ciência, políticas públicas e gestão da biodiversidade, contribuindo para o fortalecimento de estratégias de conservação e regeneração de ecossistemas.

Desenvolve pesquisas sobre efeitos de distúrbios em florestas e savanas, integridade ecológica e processos de restauração em diferentes biomas brasileiros, com ênfase na Amazônia e no Cerrado. Sua trajetória combina investigação científica, trabalho de campo e articulação institucional, buscando aproximar o conhecimento ecológico das práticas de manejo sustentável e das políticas de adaptação às mudanças climáticas.



A restauração ecológica ocupa papel central na mitigação das mudanças climáticas e no cumprimento dos acordos globais de restauração de ecossistemas, que estabelecem a meta ambiciosa de restaurar 12 milhões de hectares de áreas degradadas no Brasil até 2030, em consonância com a Década das Nações Unidas da Restauração de Ecossistemas (2021–2030). No país, essa agenda é conduzida pelo Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG), que define diretrizes para integrar conservação, uso sustentável e recuperação da vegetação nativa em escala de paisagem, conciliando metas ambientais com desenvolvimento socioeconômico.

Restaurar não significa simplesmente plantar árvores. Uma restauração bem-sucedida deve priorizar a integridade ecológica, garantindo a estrutura, composição e funcionalidade dos ecossistemas ao longo do tempo. Isso implica reconhecer a diversidade de formações naturais brasileiras, florestais, savânicas e campestres, e respeitar as dinâmicas ecológicas próprias de cada uma. Em ecossistemas campestres, por exemplo, o plantio indiscriminado de árvores pode representar um distúrbio e um dano à vegetação nativa, alterando processos ecológicos essenciais e reduzindo a biodiversidade característica desses ambientes abertos. Em termos práticos, a restauração ecológica começa quando criamos as condições iniciais para que a sucessão natural possa se desenvolver. A partir desse ponto, o sucesso e a permanência da restauração não dependem apenas da aplicação de técnicas adequadas, mas, sobretudo, da capacidade de manter a vegetação de alta integridade ecológica em pé.

Essas áreas remanescentes são essenciais como fonte de propágulos, abrigo para a fauna e referência estrutural e funcional para os processos sucessionais. São elas que orientam o restabelecimento das interações ecológicas e ampliam a resiliência da paisagem frente a distúrbios e mudanças ambientais.

Assim, a restauração ecológica deve ser compreendida não como uma meta numérica de hectares recuperados, mas como um processo contínuo de reconstrução da integridade dos ecossistemas, da sua capacidade de autorregulação e de sustentar a vida em toda a sua diversidade.

Abaixo, destacam-se diretrizes fundamentais para orientar práticas de restauração eficazes e socialmente justas:

Biodiversidade no centro

A agenda climática é crucial, mas carbono não pode ditar sozinho a restauração. Quando políticas e finanças se orientam só por carbono, ecossistemas e espécies ficam desprotegidos, e comunidades perdem serviços e modos de vida. Pesquisadores e jornalistas ambientais têm alertado: estratégias focadas exclusivamente no carbono arriscam comprometer a biodiversidade e a resiliência, justamente os pilares que estabilizam o clima no longo prazo.

Restauração biocultural: florestas vivas, povos vivos

O Brasil tem exemplos inspiradores de restauração biocultural, iniciativas que unem conhecimentos tradicionais e ciência, manejam a regeneração natural, enriquecem com espécies úteis às comunidades e fortalecem economias locais. Essa abordagem devolve às pessoas o protagonismo sobre seus territórios e multiplica os “valores da floresta” para além do carbono.

Justiça como princípio fundamental

A pesquisadora Ima Vieira lembra que “a conta da recuperação deve ser paga por quem destruiu a floresta” ou seja, restaurar não pode ser fardo exclusivo das populações tradicionais ou das comunidades que menos contribuíram para a degradação. Com isso, a restauração se torna não só uma ação ambiental, mas uma reparação democrática: quem degradou paga; quem sofreu, participa da reconstrução; quem restaurou, recebe reconhecimento e benefício.

PERTENCER AO PLANETA TERRA

Manifesto para Gaia

EDA TEREZINHA TASSARA é professora emérita da Universidade de São Paulo (USP), Professora Titular de Psicologia Ambiental do Instituto de Psicologia e pesquisadora sênior em Política Ambiental do Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP).

Física de formação, construiu uma trajetória acadêmico-científica marcada pela interdisciplinaridade e pelo diálogo entre ciências naturais, humanas e sociais. Atuou como professora visitante no Departamento de Física da Universidade de Pisa e no Centro de Pesquisa Histórica da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), em Paris, além de colaborar com diversas instituições no Brasil e no exterior.

Suas publicações abordam temas como Epistemologia, Psicologia Política, Política Ambiental, Educação Científica e Ambiental, Crítica da Ciência e da Cultura, contribuindo para a consolidação de uma visão integrada entre conhecimento, subjetividade e sustentabilidade.



“O futuro lançou raízes no presente” *(da lenda de Excalibur)*

No dia 20 de setembro de 2019, milhões de jovens e crianças de todo o mundo saíram às ruas para bradar palavras de ordem em defesa do planeta Terra. Naquele momento, estavam invertendo-se os papéis no comando político entre as gerações: os jovens apregoavam seus direitos e cobravam deveres dos adultos. Na mesma data, a Organização das Nações Unidas (ONU) propunha uma nova ordem civilizacional de respeito mútuo entre os habitantes da Terra: direitos e deveres de adultos e de jovens se misturavam na formulação de um Novo Pacto, nele incorporando:

1. O envolvimento de todas as gerações do planeta, presentes e futuras;
2. A aceitação de que existem limites intransponíveis para a exploração dos recursos materiais da terra, do ar e da água;
3. A constatação da impossibilidade de prever, com precisão, as respostas da natureza às nossas ações, exigindo prudência e estratégias de proteção;
4. E a definição de metas de ação, baseadas no conhecimento científico-tecnológico, a serem aplicadas ao sistema-mundo planetário.

Apesar da ampliação do número de atores decisórios no planejamento do presente e do futuro, ainda cabe às gerações maduras a responsabilidade pela transmissão dos elos sociais constitutivos da cultura, do conhecimento e da técnica armazenados na História. Contudo, as exigências do Novo Pacto implicam uma profunda revolução nas práticas educativas a serem propostas desde a mais tenra idade.

A anunciada precipitação de fatos prognosticados como ameaçadores das formas estabelecidas de convívio e usufruto planetário está a exigir urgência, inteligência, poesia e coragem no enfrentamento da crise anunciada por esta revolução. A inclusão desses atributos nas práticas inovadoras, por sua vez, exige humildade e mente aberta na aceitação de diferentes visões e abordagens frente à busca de satisfação desses requisitos nos processos socializadores.

O que pode significar, para indivíduos, grupos, sociedades e até humanidades conviventes no sistema-mundo, pertencer ao planeta Terra?

Em uma sociedade inscrita em um sistema de interpretação mitopoética do mundo, a criança se torna adulta por meio de um processo tranquilo e contínuo no qual o brincar, o lúdico infantil, convive com a aprendizagem dos papéis sociais mediante o exercício espontâneo de imitação dos adultos. A leitura do mundo vai ao encontro da narrativa mitopoética. Para tal, não há necessidade de uma iniciação.



Esse encontro é ilustrado pelo mito dos indígenas Yanomami para explicar a chegada do homem branco, introduzindo-o à sua narrativa mítica sem uma ruptura em sua leitura do mundo. Diz o mito:

Uma vez, no tempo dos nossos ancestrais, uma jovem ficou menstruada pela primeira vez e foi para a reclusão. Mas, o seu marido quebrou o tabu e entrou no lugar onde ela estava. Então, as águas do mundo subterrâneo cresceram muito e arrasaram a maloca. As arariranhas e jacarés-açu comeram seus moradores. As águas ficaram cobertas por uma espuma ensangüentada que foi recolhida em uma folha pela Abelha Ancestral. A Abelha ensinou a cada pedacinho de espuma a sua fala e, depois, os depositou na praia onde eles se transformaram nos primeiros brancos. Os brancos se multiplicaram e ganharam da Abelha panelas, machados, rádios e fuzís. Os Yanomami, que viviam nos confins da Terra, ficaram só com os rios e a floresta. Antes de ir embora, a Abelha pediu aos brancos que vivessem em paz e ajudassem os indígenas, porque os indígenas eram os seus irmãos de origem. Assim falou a Abelha Ancestral...

Neste universo natural, em que cultura, técnica e ambiente não se dissociam, as crianças vivem e crescem, sentindo que pertencem aos confins da Terra, nadando nos rios e caminhando pela floresta entre ariranhas, jacarés-açu e abelhas. Elas pertencem ao mundo no qual existem; vivem na maloca, brincam e aprendem ao se tornarem adultos. Existência, sentido e destino do Homem estão inscritos na sua interpretação do mundo, na sua origem e finitude.

A par disso, a cultura científica se originou no mundo mediterrâneo e, dele, expandiu-se contemporaneamente ao planeta Terra, carreando ideias difusas e transformando-as em conceitos precisos – os conceitos científicos. Logo, desde a antiguidade clássica, a socialização ao mundo erudito requeria iniciação. Contudo, a ciência conjuga razão e experiência para a construção do conhecimento. Assim sendo, a iniciação no campo erudito requer o desenvolvimento dessas capacidades.

O Novo Pacto vem universalizar essa exigência, ampliando-a para outras bases culturais, historicizando-a e tornando-a imprescindível. Disso decorre a necessidade de direcionar o olhar distraído das pessoas – crianças e adultos – para uma leitura do mundo, que, mesmo quando lúdica, é derivada do exercício de abstrações, tais como as requeridas pela cultura científico-tecnológica. Uma Nova Ordem.

Como, então, passar do pequeno mundo cotidiano para o grande sistema-mundo, inscrito na história e na geografia planetária?

Em todas as épocas e lugares, crianças carecem de tutela para se tornarem adultos em sua própria ordem social. Sua natureza, porém, é sempre a mesma. E a do planeta, também.

Mas de onde vem o conhecimento científico? Qual é sua gênese remota? Olhar para o alto, olhar o céu, o mesmo céu que, desde o despertar da inteligência, provoca curiosidade e temor. Não há quem não tenha provado tais sentimentos ao olhar para o alto. Os cosmos: o cosmo. E, dessa forma, transformam-se estrelas e planetas em deuses, em mitos, em instrumentos de medida para interpretar existências.

Contudo, o céu de outrora é exatamente o mesmo de hoje, o mesmo que insiste em esconder mistérios dos mentores da cosmologia científica moderna. Galáxias, buracos negros e energia escura são apenas alguns espécimes desse carrossel espacial, incitando novas curiosidades e novos temores, novas buscas de respostas.

Se o macrocosmo é cenário compartilhado por todos, o microcosmo é contingência de cada um. Casa, caminhos, sentimentos e paisagens se interpenetram, integrando valores e juízos – bem e mal, bom e ruim, bonito e feio passam a constituir um arcabouço de moralidades. Tal amálgama macromicrocósmico contemporâneo expande o paradigma da existência humana para o planeta mundializado do Ocidente.

Mas não há como conversar sobre pertencimento à Terra sem partir da experiência humana sensível e concreta. Para tal, há que se estimular crianças e adultos a conversarem com formigas e abelhas e maravilharem-se diante da beleza das enormes geleiras polares, com a consciência de que a água no estado líquido é escassa e imprescindível para a vida.

Como integrar diferentes interpretações do mundo em um metassistema com elas compatível? Como alargar a inclusão cultural sem comprometer a precisão conceitual? Passado, presente e futuro articulando-se como uma metáfora de recuperação sintética do uso, do papel e do lugar dos contos de fada na História. Um paradigma para suscitar reflexões – fábulas, mitos e contos que alimentaram as gerações anteriores para alcançar o que almeja o Novo Pacto. A construção do futuro.

Como imagem desse trânsito, a transposição atemporal da fábula do Mágico de Oz pode oferecer inspiração modelar. Narrada em filme, conta a história de Dorothy, entre realidade e sonho, entre fatos, temores e seu enfrentamento. A história de Dorothy pode ser lida como um conjunto de metáforas-guia para orientar caminhos de aprendizagem e descobertas sobre o próprio pertencimento.

A menina Dorothy, em sonho, é acidentalmente levada por um ciclone à Terra de Oz, onde vai parar em um belo jardim. Mas ela deseja voltar para casa, seu habitat, seu lugar de aconchego, na fazenda onde mora com seus familiares e brinca com os seus pertences. Para tal, ela precisa evocar o auxílio dos poderes manipulados pelo Mágico de Oz, que reina na Cidade das Esmeraldas. Com seus truques e artimanhas, o mágico precisaria dizer a Dorothy o que fazer para realizar o seu desejo de retorno ao lar. No jardim, duendes e gnomos, pequenos habitantes da Terra de Oz, orientam Dorothy, indicando-lhe um caminho (método?) que começa em uma espiral traçada no chão e se expande, conduzindo-a em uma direção desconhecida – o caminho dos ladrilhos amarelos (the yellow brick road). Seu destino é o encontro com o Mágico de Oz, que lhe irá permitir a realização do sonho de alcançar a felicidade, a utopia, o próprio lar. Ao longo do caminho, duas entidades imateriais se manifestam

(teorias? ideologias?): uma é a bruxa maligna, que representa o Mal e que procura impedir Dorothy de realizar o seu desejo; outra, representando o Bem, é a fada que vai desfazendo os malfeitos da bruxa. Outros três personagens se juntam à menina durante sua caminhada ao longo dos ladrilhos amarelos, apontando carências a serem superadas: o Espantalho, em busca de um cérebro (pensamento? raciocínio?); o Homem de Lata, em busca de um coração pulsante (amor? solidariedade?); e o Leão Covarde, em busca da coragem (medo? superação?). No final da aventura, cheia de mais outros lances, Dorothy acorda do sonho causado pelo ciclone. Agora, ela está em seu locus social, cultural e ambiental. Em seu cantinho da terra, situado em paisagem da Terra, no qual enraiza o seu pertencimento.

Porém, para alcançar o que almeja o Novo Pacto – a construção do futuro – tem-se que aprender a construir intencionalmente o presente. Eis a verdadeira revolução implícita no êxito de sua realização. Se, em um passado não tão remoto, educar significava socializar apenas as gerações em formação, agora, passa a constituir um processo dialético aberto, abrangendo a totalidade das gerações, presentes e futuras, dos recém-nascidos aos anciãos. Todos são mestres e aprendizes ao mesmo tempo.

A par disso, a diversidade cultural dos grupos humanos exige que tal construção ocorra em articulação e respeito à pluralidade de visões do mundo, pré-requisito ético da compreensão científica do humano, em que ser, conviver e participar são considerados direitos universais inalienáveis.

A amplitude das condições impostas pelo Novo Pacto, para implementá-lo, reitera-se, exige um complexo de qualidades atitudinais a fim de corresponder às suas exigências. Sabedoria, solidariedade, humildade, inteligência e coragem para viabilizar a metamorfose requerida – uma educação ambiental eficaz estruturada sobre o pertencimento, a entronização de uma Política Ambiental.



Ilustração: Alice Tessara

Fazer da Terra uma morada. Uma ética da natureza.

Para fazer da Terra uma morada, sem fronteiras, margens e periferias excludentes.

Para configurar paisagens políticas iluminadas por buscas de uma Ética da Natureza.

Para propiciar o esclarecimento reflexivo de obstáculos que impedem o convívio pacífico com a alteridade, condição para uma cultura de paz no Planeta.

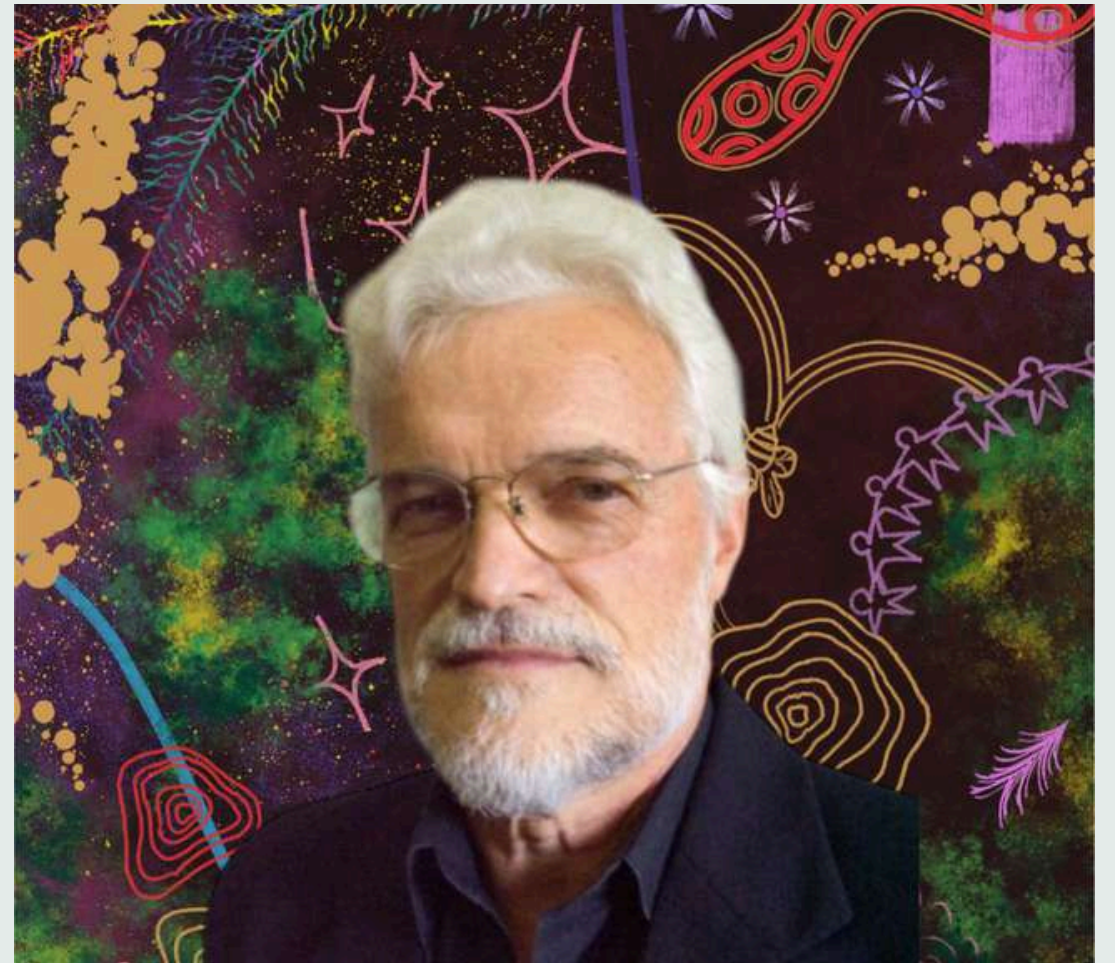
Para projetar, na crítica do presente, a Política Ambiental como futuro compartilhado.

PROPOSTAS PARA A COP 30

IVO POLETTO é filósofo, teólogo e cientista social, com ampla trajetória dedicada à justiça socioambiental, direitos humanos e mobilização popular. Foi o primeiro Secretário Executivo Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), função que exerceu por mais de 18 anos (1975–1992), contribuindo para a articulação de movimentos camponeses e na defesa dos direitos das comunidades rurais.

Atuou também como assessor nacional da Cáritas Brasileira por mais de 10 anos (1992–2003), e integrou a equipe de mobilização social do programa Fome Zero do Governo Federal (2003–2004), participando de importantes processos de formulação e implementação de políticas públicas voltadas ao combate à pobreza e à promoção da segurança alimentar.

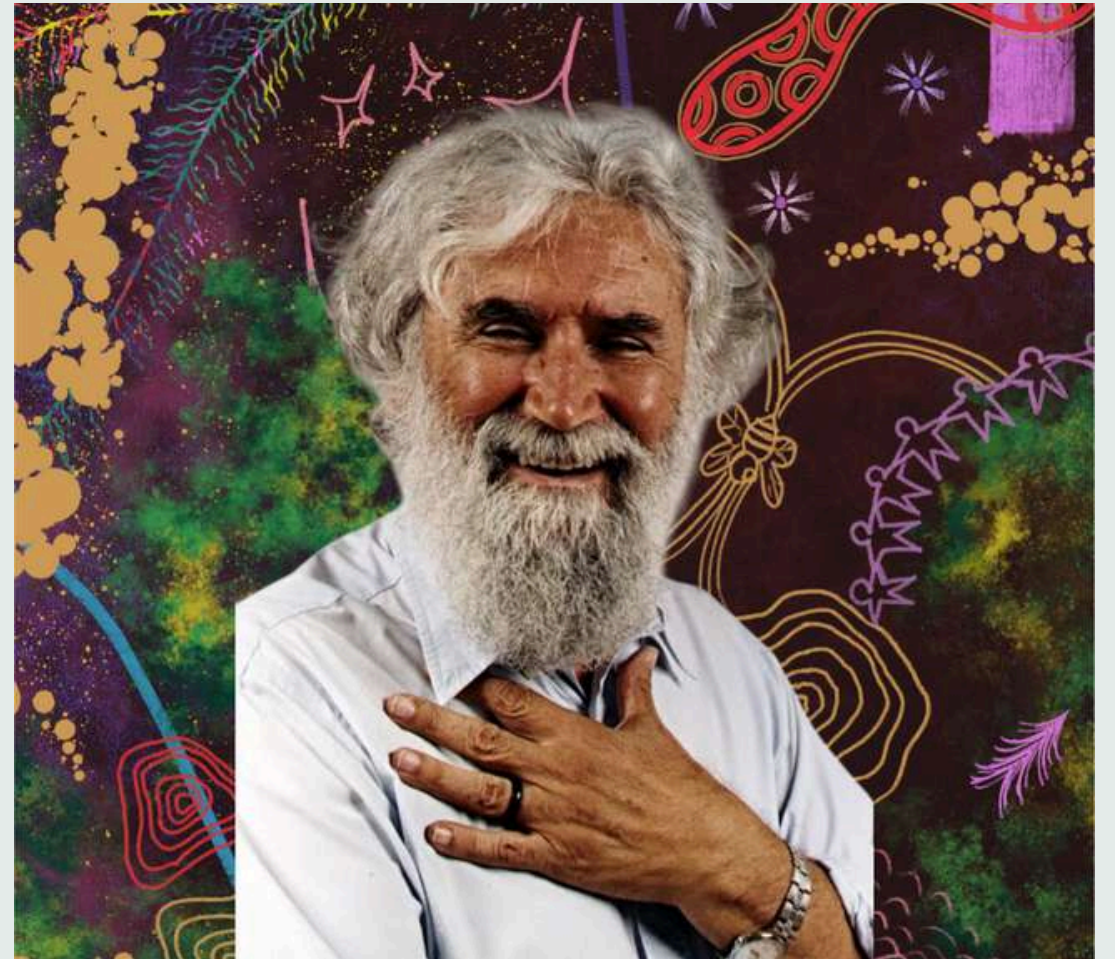
Atualmente é assessor nacional de mobilização do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental (FMCJS), onde atua na articulação entre movimentos sociais, igrejas e organizações da sociedade civil em defesa do direito à vida, da justiça climática e da sustentabilidade planetária.



1. O colapso climático afeta de forma diferente os diferentes biomas criados pela Terra, todos eles afetados por iniciativas de crescimento econômico sem fim capitalista. Por isso, a recuperação do equilíbrio climático demanda a promoção de políticas adequadas a cada bioma.
2. Os povos indígenas e quilombolas, bem como as comunidades tradicionais são as que estabeleceram melhores relações com as condições ecológicas de cada bioma, e devem ter, por isso, seus territórios garantidos, e serem incorporados como agentes ativos na formulação e na implementação das políticas de recuperação das características de cada bioma.
3. Quem foi e continua sendo destruidor das características de cada bioma através da política da apropriação de grandes extensões de terra e de iniciativas econômicas baseadas na retirada da cobertura florestal e implantação de diferentes tipos de monoculturas extensivas, mantidas com uso e abuso de produtos químicos e venenos, contaminadores da água, dos solos e subsolos, não pode ser agente confiável na definição das políticas adequadas à recuperação da natureza de cada bioma.
4. Movimentos sociais que já comprovaram que a produção agroecológica e agroflorestal é possível, mais produtiva, recuperadora de nascentes e de solos, produtora de alimentos saudáveis, devem igualmente serem agentes na definição das políticas de enfrentamento das causas do colapso socioambiental.
5. É prioritário um acordo vinculante entre todos os países do mundo em favor de um processo, com metas e prazos definidos, de abandono do uso das fontes fósseis de energia, de proibição radical da destruição de florestas, de diminuição significativa da criação de animais de grande porte, de abandono e substituição das diversas versões de agronegócio e mineração empresariais...
6. Não basta, contudo, abandonar essas práticas emissoras de gases de efeito estufa. É absolutamente necessário reduzir a extração e consumo de bens naturais, já que a Terra só consegue repor o que a humanidade gasta em seis meses do ano, acumulando um estresse desafiador. E isso só será alcançado com a redução do consumismo da minoria que enriqueceu através da exploração de bens naturais e de pessoas através da dominação colonial e dos mercados capitalistas.
7. É indispensável um acordo mundial em favor da implementação de processos de reeducação baseados na tomada de consciência dos limites do Planeta e da imperiosa necessidade da solidariedade entre pessoas e povos, bem como na difusão de valores que garantam convivência democrática e vigência dos direitos de todas as pessoas, dos demais seres vivos e da própria Terra.
8. Nessa perspectiva, uma medida necessária é a superação da produção e uso de automóveis para a mobilidade, em favor de meios de transporte de massa eficientes e movidos a eletricidade, a ser produzida com fontes que agredam o mínimo possível a atmosfera e todo o ambiente da vida em todos os biomas, de forma descentralizada – o mais próxima possível do seu consumo – e implementada com participação popular e comunitária, com gestão pública.
9. É urgente o reconhecimento dos direitos da Natureza, anteriores e condição para a vigência dos direitos humanos e fundamento da gestão pública participativa dos Bens Comuns necessários a todas as formas de vida.
10. Para garantir o direito à cidade de todos os seus habitantes é necessário seu replanejamento, colocando em prática, entre outras, propostas como “cidade 15 minutos”, “cidades esponja”, cidades produtoras da energia que precisam em seus telhados e construções, cidades coletoras de águas das chuvas em cisternas caseiras e de prédios...
11. Os recursos necessários para a implantação dessas e outras iniciativas de salvação da vida do e no planeta Terra devem ser gerados através de um mutirão universal, com esses destaques: contribuições dos países colonizadores e que enriqueceram provocando o colapso climático; redução de gastos bélicos; destinação social da riqueza e renda absurdamente concentradas nas mãos e contas de poucas pessoas e empresas...

DESCARBONIZAR, REFLORESTAR, *respeitar saberes*

LEONARDO BOFF, teólogo, filósofo e escritor, autor de cerca de 60 livros. Foi um dos fundadores da Teologia da Libertação e enfrentou sanções do Vaticano por suas ideias. Após deixar o sacerdócio, tornou-se professor na UERJ, atuando nas áreas de ética, religião e ecologia.



Na Conferência das Partes (COP30) representantes de quase todos os povos se encontrarão em Belém (PA) para discutir e tomar decisões sobre o futuro da vida e da humanidade. Um dos temas principais é como enfrentar efetivamente a elevação do aquecimento global. Este, já ultrapassou a meta proposta de até 2030 não ir além de 1,5°C no Acordo de Paris durante a COP 21(2015). Ocorre que neste ano 2025 este número já foi ultrapassado chegando a 1,7°C. Como diminuir a emissão de gases de efeito estufa? Isso exige descarbonizar ao máximo o processo produtivo, abolir ou ao menos controlar rigorosamente o uso de carvão, de petróleo e de gás, principais causadores do efeito estufa.

Ademais, importa reflorestar as áreas devastadas e manter as florestas em pé. São elas que nos garantem o oxigênio, asseguram o nível freático das águas e regulam os climas da Terra. Face à carência crescente de energia, como criar formas alternativas de energia que não agriam a natureza e preservem as reservas dos povos originários. Eles estarão em grande número em Belém. Poderão com sua sabedoria ancestral nos oferecer soluções viáveis. É importante que o maior número possível de diferentes grupos organizados participem na parte não oficial da COP30. Lá acontecem as trocas de saberes, se estabelecem alianças e surgem sugestões viáveis. O tempo do relógio corre contra nós. Temos que cuidar de nossa Mãe Terra para que ela seja habitável para nós e para toda a comunidade de vida.

COABITAR A DIFERENÇA

RAFAEL DEVOS, antropólogo, professor associado no Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisador do Coletivo de Estudos em Ambientes, Percepções e Práticas (CANOA/UFSC) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Brasil Plural (INCT-IBP), Tem experiência na área de antropologia, com ênfase em documentário etnográfico, percepção ambiental, antropologia da paisagem, antropologia da técnica e relações multiespécies.



A emergência climática que vivemos não é uma crise. Não vai passar. Às vésperas da trigésima COP do clima, este pode ser o primeiro consenso de signatários: os objetivos dos acordos globais do clima não foram alcançados, as metas não foram cumpridas. Pelo contrário, corremos o risco de uma aceleração da emergência climática em 2025. A temperatura média da Terra segue aumentando, os mares se aquecem e se elevam. Tempestades e ondas de calor são mais frequentes e devastadoras. Como isto aconteceu?

Um segundo consenso: a aceleração da emergência climática está relacionada ao aumento da desigualdade social. As consequências da emergência são visíveis, sobretudo na vida dos mais vulneráveis, e são acompanhadas de maior concentração de renda e privilégios para poucos. É a continuidade de um processo histórico que está na raiz do Antropoceno, o que chamamos no Brasil de racismo

ambiental, também chamado de dupla fratura: a destruição da trama da vida pela monocultura, pelo capitalismo extrativista é aliada da expropriação e da desintegração das condições de vida digna para a grande maioria dos coletivos humanos.

Trata-se do mesmo processo histórico, de redução de pessoas, florestas, montanhas, mares e seus viventes à condição de objeto a ser dominado e esgotado. Mais do que reduzir, economizar, otimizar a produção e o consumo, é preciso encontrar outra saída, outras esperanças. Terceiro consenso: a 30ª COP do clima na Amazônia é a oportunidade para fortalecer modos de promover a ressurgência da vida. Para escutar os povos das florestas, dos mares e sertões que resistiram, que ressurgiram, embora tenham visto seus mundos acabarem, serem destruídos pelas infraestruturas que fazem o Antropoceno. É a oportunidade de apoiar modos de vida que estendem sua reivindicação por igualdade de direitos universais a todos os coletivos humanos, assim como a muitos entes outros que humanos que coabitam seus ambientes.

Uma última sugestão: para muitos povos originários no Brasil, não se trata de administrar, controlar, fazer a gestão das forças que produzem a vida de seus ambientes. Se trata de fazer diplomacia, de respeitar e mesmo de temer a resposta imprevisível destas forças aos modos como os coletivos humanos se relacionam com os demais seres que coabitam seus ambientes. De encontrar alternativas para a vida entre as cheias e a estiagem severas, entre as dádivas ou as recusas das águas, das plantas, dos animais, em retornarem aos territórios sazonalmente.

A COP da Amazônia é uma oportunidade para os signatários dos acordos climáticos praticarem possibilidades de ressocialização e coabitação com modos de existir na diferença, com iguais condições de existência, para criar novas tramas da vida.

RACIONALIDADE AMBIENTAL

e Crise Climática

BELINDA CUNHA, é professora Titular UFSC. Pós-doutora PPGD/UFSC. Estágio pós-doutoral CAPES IISUNAM. Doutorado sanduíche CAPES na Università La Sapienza di Roma, Itália. Palestrante, parecerista, autora organizadora de livros e artigos científicos.



O pensamento crítico e propositivo da comunidade acadêmica diante dos desafios da crise climática, da sexta extinção em massa e da perda acelerada da biodiversidade assombram a vida na Terra. O grande desafio no enfrentamento da crise climática é a necessidade de mudança na estrutura social que sustenta o agravamento dos impactos ambientais e impossibilitam a possibilidade regenerativa do planeta.

A manutenção da mesma racionalidade moderna que orienta as ações humanas condena a perpetuação de seus efeitos. Não existe confronto quando as soluções são fundamentadas pela mesma lógica que dão origem aos impactos sofridos. Qualquer expectativa de mudança somente será possível através da transformação da racionalidade responsável pelo resultado indesejável. Assim, a base de qualquer alternativa de enfrentamento necessariamente deve começar com a mudança do paradigma existente nas (rel)ações que se revelaram ser a força propulsora da crise atual.

Dessa forma, a mudança da racionalidade moderna para ambiental nas tomadas de decisão é fator decisivo para se chegar em um diferente

resultado, o que não é possível ou racional sem a necessária valorização e inclusão dos povos tradicionais e sociedade civil na elaboração de estratégias e acordos em igualdade de importância dos setores econômicos.

Teria dito Einstein a fala de que “Insanidade é continuar fazendo sempre a mesma coisa e esperar resultados diferentes”, o que leva a pensar na racionalidade ambiental que grita para se fazer diferente. A racionalidade ambiental e planetária representa a superação da lógica tradicional, em favor de uma racionalidade possível e sensível à complexidade da vida, da natureza e das culturas. Assim, o centro da razão passa para um campo mais plural, no qual os saberes ecológicos e culturais e são reconhecidos como fontes legítimas, alcançando a regulação do uso dos recursos naturais para ser um instrumento de reconexão da sociedade com a natureza, para se orientar pela sustentabilidade ecológica e pela justiça ambiental como fundamentos de um novo paradigma civilizatório.

Belinda Pereira da Cunha – prof titular UFSC

Tania Kowarick

Laura de Otero

GRUPO DE PESQUISA CNPq – RACIONALIDADE JURÍDICA E AMBIENTAL – ESCUELA DE DERECHO COM PENSAMIENTO DE ENRIQUE LEFF

ECOLOGIA INDÍGENA

Conhecimentos, práticas e visões de mundo sobre a natureza e o meio ambiente

JOÃO RIVELINO REZENDE BARRETO, da etnia Tukano, da aldeia São Domingos Sávio, município: São Gabriel da Cachoeira – AM. É Doutor em Antropologia Social pela UFSC, mestre pela UFAM e licenciado em Filosofia. Professor do Departamento de Antropologia da UFSC, atua nas áreas de etnologia indígena, etnografia em casa e antropologia do direito. Integra grupo de pesquisa em ecologia indígena pelo Instituto Serrapilheira.



A ciência indígena, há milênios de anos, tem proporcionado aos povos originários em diferentes contextos do hoje chamado Brasil e outros espaços territoriais das terras baixas e terras altas do continente sul americano, cunhos epistemológicos de uma tecnologia de sustentabilidade humano e sustentabilidade do meio ambiente, da biodiversidade.

Essa compreensão das epistemologias indígenas e prática educativa de sustentabilidade têm sido fundamentais para a vida das florestas, da biodiversidade, da fauna e flora, da água, dos rios, do ar entre outros tantos elementos da vida humana e da vida da natureza. Assim, questões como preservação do meio ambiente, preservação das florestas, mudanças climáticas, aquecimento global é o reflexo da perda de consciência ecológica, é o reflexo da perda da consciência da vida humana, da vida da natureza.

Nesses termos, para a ecologia indígena o fundamento da preservação do meio ambiente, da biodiversidade está na compreensão da epistemologia ambiental, da epistemologia ecológica, da epistemologia do tempo, da epistemologia dos elementos da natureza, dos rios, das águas, das florestas, dos animais, dos pássaros, dos peixes, das caças, das frutas silvestres, das árvores, do verão, do inverno, da chuva, dos ventos, do ar, da terra, das montanhas, dos lagos, das serras, das mulheres, dos homens, das crianças.

É necessário entender que a força da natureza é independente da força da natureza humana. De modo que a qualidade da vida do meio ambiente é o reflexo da qualidade da vida da natureza. Logo, entende-se que para a ciência indígena, para as epistemologias indígenas, compreender as forças distintas da natureza dos seres humanos e das naturezas do meio ambiente tem sido a melhor estratégia de vivência, equilíbrio e cuidado.

Mais do que isso, a educação do olhar ecológico indígena têm sido um elemento indispensável. Em outras palavras, aprender a contemplar o meio ambiente, aprender a contemplar a natureza, aprender a lidar com impulsos e instintos de superioridade da razão sobre a natureza é a forma educativa da ecologia indígena muito pertinente.

Esse legado, da ecologia indígena, pouco tem sido valorizado pelas culturas ou sociedades indígenas, pois, não bastam expressões teóricas, é preciso aprender com a ecologia indígena.

A ÁGUA É PARA A ADAPTAÇÃO

o que a energia é para a mitigação

SAULO AIRES é engenheiro civil e doutor em Recursos Hídricos pela Universidade de Brasília (UnB). Atua como especialista em recursos hídricos e saneamento básico na Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), onde coordena a área de mudanças climáticas.

Sua trajetória combina pesquisa aplicada, formulação de políticas públicas e inovação tecnológica, desenvolvendo estudos, projetos e ferramentas computacionais voltadas à análise dos impactos das mudanças climáticas sobre os recursos hídricos e à gestão sustentável da água no Brasil.

Reconhecido por sua atuação técnica e científica, contribui para o fortalecimento da governança hídrica e para a integração entre ciência, planejamento e adaptação climática, em um contexto de crescente complexidade ambiental e social.



A crise climática é, antes de tudo, uma crise da água. Mais de 80% dos impactos projetados das mudanças climáticas se manifestam por meio dela: secas prolongadas, cheias mais intensas, derretimento de geleiras, elevação do nível do mar e comprometimento da qualidade e quantidade disponíveis para populações, ecossistemas e economias. Se a energia renovável é o pilar das ações de mitigação, a água é o elemento vital da adaptação. Ela conecta setores e territórios: da agricultura que alimenta o planeta, à energia que move sociedades, ao abastecimento humano que garante dignidade e saúde. A forma como gerimos a água definirá a capacidade de resistir e de se adaptar aos novos cenários climáticos. No Brasil, país que abriga grande parte da água doce superficial do planeta, a desigualdade de distribuição e a intensificação de extremos revelam a vulnerabilidade do território. As secas históricas na Amazônia e as enchentes devastadoras no Sul mostram que a emergência climática já é realidade, impactando populações urbanas e rurais, infraestrutura crítica e modos de vida tradicionais. Enfrentar esses desafios exige governança robusta e inclusiva. A gestão da água precisa ser pensada de forma coletiva, envolvendo governos, comunidades, cientistas e cidadãos. É fundamental planejar com visão de futuro, levando em conta os cenários de mudança do clima e os riscos que podem afetar a vida das pessoas. As soluções de adaptação devem ir além da infraestrutura cinza convencional, combinando-a a soluções baseadas na natureza que ampliam a resiliência ecológica e social. Sistemas de alerta que avisem a população com antecedência, políticas públicas que reduzam desigualdades e ações que reforcem a segurança da água são exemplos de caminhos que precisam ser ampliados e priorizados. Adaptar-se à mudança do clima é agir agora, com medidas de baixo arrependimento que gerem benefícios imediatos e fortaleçam territórios frente a incertezas profundas. A água deve ser reconhecida não apenas como recurso, mas como vetor estratégico de segurança, equidade e sustentabilidade. Assim como a energia renovável é o símbolo da mitigação global, a gestão sustentável e adaptativa da água deve ser o símbolo da adaptação. Esse é o chamado que levamos à COP30: sem água, não há vida; sem adaptação, não haverá futuro.

DESMATAMENTO NO CERRADO

Mudanças climáticas e outros limites planetários

ANDREI CECHIN é economista, professor e pesquisador na área socioambiental da Universidade de Brasília (UnB), onde leciona no Departamento de Economia e no curso de Ciências Ambientais. Formado em Economia pela Universidade de São Paulo (USP), é mestre em Ciências Ambientais pela USP e doutor em Administração pela Universidade de Wageningen (Holanda)



Vivemos um momento crítico: a agricultura responde por até 30% das emissões globais de gases de efeito estufa, é a principal causa da perda de biodiversidade e do uso insustentável da água. Essa forma de produção tem levado à transgressão de vários limites planetários, como o ciclo da água, a fertilidade dos solos e a diversidade biológica. Para piorar a pressão ecossistêmica da produção agroalimentar, um terço da produção mundial de alimentos desperdiçada ao longo da cadeia. No entanto, a agricultura também é parte da solução: sistemas agroalimentares regenerativos e inteligentes podem simultaneamente aumentar a produtividade, fortalecer a resiliência climática e reduzir as emissões.

O Cerrado como centro estratégico

O Cerrado, coração hídrico do Brasil e berço das águas da América do Sul, é um bioma invisibilizado nas agendas internacionais, mas absolutamente estratégico.

- Ocupa 25% do território nacional, abriga 5% da biodiversidade do planeta e sustenta culturas e modos de vida de povos indígenas, quilombolas, geraizeiros, ribeirinhos e vazanteiros.
 - Alimenta o Brasil e o mundo: concentra 97% do algodão, 66% do milho, 44% do gado brasileiros, além de 25% da soja mundial.
 - Regula o ciclo hídrico: abastece 8 das 12 bacias hidrográficas brasileiras
- Sem o Cerrado, o Brasil não cumprirá suas metas climáticas. Proteger o Cerrado é proteger o Pantanal, a Amazônia, as cidades e as águas de milhões de brasileiros.

Riscos e futuros possíveis

O bioma está no limite: mais de 50% da vegetação nativa já foi destruída, e em 2023 o Cerrado perdeu 1 milhão de hectares — mais que a Amazônia. Desde 1970, já perdeu 27% da água de seus rios, o que equivale a 30 piscinas olímpicas por minuto. Se o atual modelo predatório persistir, poderemos enfrentar um colapso do Cerrado, com até 63 milhões de hectares de desmatamento adicional até 2050, aumento da temperatura e perda irreversível de recursos hídricos.

Recomendações para acordos e compromissos na COP 30:

- Reorientar subsídios agrícolas: reduzir o apoio à intensificação insustentável (uso excessivo de fertilizantes e agrotóxicos) e canalizar recursos para práticas regenerativas (ILPF, agroflorestas, manejo de pastagens, adubação verde, plantio direto), atrelando o tamanho do subsídio (por exemplo, a diferença entre a taxa de juros do crédito agrícola subsidiado e a de mercado) a serviços ecossistêmicos como conservação de água, solo e biodiversidade, além de metas de redução de emissões, em que o maior subsídio seja alocado para quem conserva excedentes de Reserva Legal

- **Ampliar a proteção legal de biomas como o Cerrado**, ampliando a Reserva Legal mínima de 20% para, por exemplo, 35% nas propriedades do bioma.

- **Redirecionar a expansão agrícola para áreas já degradadas**, evitando novos desmatamentos e estimulando programas nacionais de recuperação de pastagens.

- **Fortalecer a assistência técnica e extensão rural de base climática**, apoiando especialmente pequenos agricultores com práticas e sistemas de produção que, além de mitigar emissões, sejam mais adaptados às mudanças climáticas.

- **Um chamado à comunidade internacional**

O Cerrado não é um vazio a ser ocupado: é um bem comum vivo. Sua destruição compromete a segurança hídrica, climática e alimentar do Brasil e do mundo. A COP30 precisa reconhecer o Cerrado como prioridade estratégica, tanto quanto a Amazônia.

USO DO SOLO COM SABEDORIA ANCESTRAL

ANA CLÁUDIA DUARTE CARDOSO é professora titular da Universidade Federal do Pará (UFPA) e pesquisadora nas áreas de urbanização na Amazônia, planejamento urbano e direito à etnosociobiodiversidade. Atua nos Programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e em Economia da UFPA, desenvolvendo estudos sobre cidades amazônicas, territorialidades tradicionais e sustentabilidade socioambiental.

Foi diretora da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) e da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (ANPARQ), além de professora visitante em instituições francesas, contribuindo para o diálogo internacional sobre urbanismo, diversidade cultural e justiça territorial.



São necessárias metas de adaptação, e o reconhecimento de que a gestão de uso e ocupação do solo nos municípios e cidades deve ser comprometida com esta nova demanda de adaptação. Isso significa evitar a destruição dos ecossistemas, dentro e fora das cidades, e respeitar soluções ancestrais que foram consideradas obsoletas pelas dinâmicas econômicas difundidas no século XX.

No contexto acadêmico destaca-se a "desadaptação" que sofremos sempre que tipologias típicas do setor imobiliário são introduzidas eliminando quintais, aumentando impermeabilidade do solo, reduzindo massas vegetais que controlam microclima, nas cidades, ou quando atividades justificadas pelo interesse econômico provocam a conversão de floresta (produção de commodities) em um espaço rural que não existia.

A dicotomia urbano rural tem sido imposta na Amazônia, eliminando práticas ancestrais de coexistência entre comunidades e floresta manjeada, onde o trabalho acontece na mata, na roça e no rio, e não dentro de escritórios ou fábricas. No século XXI isso significa a eliminação de uma biodiversidade que poderia ser o combustível para uma revolução tecnológica.

FLORESTAS MARINHAS PARA SEMPRE

agenda azul regenerativa

PAULO HORTA, é professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pesquisador nas áreas de Ficologia e Biologia Marinha, com ampla atuação em ecologia descritiva, ecofisiologia, taxonomia, filogenia e biogeografia de algas. Coordena projetos dedicados ao estudo da sistemática, macroecologia e dos impactos ambientais sobre ecossistemas marinhos, contribuindo para o avanço do conhecimento sobre a biodiversidade e o funcionamento dos oceanos. Sua trajetória combina pesquisa científica, formação de recursos humanos e atuação em redes de cooperação nacional e internacional, com foco na conservação da vida marinha e no manejo sustentável dos ambientes costeiros e oceânicos.



Há pelo menos uma década existe consenso da academia com relação às causas e alvos claros para que nossas nações contribuam para evitarmos os piores cenários relacionados às mudanças climáticas. Apesar da abundância dados científicos diagnosticando a gravidade dos momentos, as maiores economias do mundo continuam aumentando a emissão de gases estufa, seja pela queima de combustíveis fósseis, como pelo desmatamento e diferentes vícios no uso de nossos territórios.

É importante destacarmos que o aquecimento crescente do planeta, que atingiu recordes em 2024, tem muitos desdobramentos, como os impactos na circulação oceânica e atmosférica global, com derretimento de áreas permanentemente congeladas, elevação do nível médio do mar, representando um risco potencial para o meio ambiente, a humanidade e o pacto civilizatório. Apesar de afetarem nossa sociedade em todo o território, comunidades costeiras, como pescadores e maricultores, são especialmente mais vulneráveis, por dependerem da estabilidade de ecossistemas fortemente impactados pelos eventos extremos relacionados ao aquecimento e acidificação do oceano. Nesse cenário, e apesar dos avanços científicos da última década, as políticas públicas dedicadas às florestas marinhas são insuficientes para se adaptar e mitigar os impactos de mares mais quentes e acidificados sobre os países e comunidades costeiras.

Para enfrentar esses desafios, devemos reforçar a proposta de programa multilateral *Florestas Marinhas para Sempre*. Esta política pública multilateral busca criar um fundo internacional que garanta financiamento para a atuação de equipes multidisciplinares para diagnóstico, monitoramento, conservação, remediação e restauração de diferentes ecossistemas marinho-costeiros. Estas ações específicas devem proporcionar espaços e ambientes ara educação ambiental emancipadora, fundamento indispensável para uma economia azul regenerativa e distributiva. Este fundo, assim como o **Tropical Forests Forever**, busca arrecadar até US\$ 250 bilhões anualmente para financiar economias regenerativas em ambientes costeiros que representem adaptação e mitigação resilientes para enfrentar crises futuras. Para a implementação desse financiamento sugerimos a criação de um braço executivo para o SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente), que podemos chamar de Sistema Único de Saúde Ambiental (SUSA).

Esse sistema pode articular ações de órgãos de meio ambiente dos municípios, estados e federais, em conjuntos com instituições de ensino, pesquisa e extensão, garantido ações concatenadas que possam promover sinergias para potencializar os investimentos, priorizados por robusto conhecimento científico e demandas das frações mais frágeis de nossa sociedade.

Portanto, é fundamental a convocação de autoridades, tomadores de decisão, todas as organizações nacionais e internacionais relevantes a avaliarem e debaterem a proposta do programa antes e durante a COP30, em Belém, Brasil, em novembro de 2025. A implementação da proposta deve garantir ao sul global recursos substanciais para implementar ações de longo prazo sobre florestas marinhas e biodiversidade relacionada. Todo o diagnóstico do sistema costeiro, remediação e restauração de áreas degradadas, alimentando economias regenerativas que contribuam para resolver os problemas ambientais e climáticos que nós produzimos, ao mesmo tempo que gera empregos e remuneração justa que contribuam para conquistarmos ambientes costeiros justos e saudáveis que necessitamos.



Nesse contexto, áreas como a biotecnologia de algas podem dar uma contribuição importante para garantir a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento estratégico, abordando deficiências e sugerindo caminhos inovadores para a emancipação socioeconômica do Sul Global.

O sucesso desse programa dependerá da cooperação nacional e internacional, do fortalecimento de uma ciência multidisciplinar e colaborativa, do capital humano e da implementação de um programa integrado de educação ambiental e de cultura oceânica. Por fim, as mudanças climáticas representam uma ameaça à integridade dos ecossistemas do planeta de maneira indiscriminada, alimentando o que já é reconhecido como sexta evento de extinção em massa.

Portanto, considerando que ainda temos tempo para profundas mudanças em nossas políticas de gestão de nossos territórios para evitarmos cenários de holocausto climático, temos uma oportunidade de sanarmos a relação da humanidade com o oceano que nos une, expondo nossas interdependências e vulnerabilidades, garantindo a legitimidade de encararmos nossos filhos e filhas, daqui a duas décadas, para afirmarmos que escolhemos fazer o que era certo.

GERAÇÃO FOTOVOLTAICA

com armazenamento

HELENA FLÁVIA NASPOLINI, é professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com doutorado em Engenharia Civil e formação em Engenharia Elétrica. Atua nas áreas de energias renováveis, com ênfase em energia solar, armazenamento de energia em baterias, eficiência energética e gestão da energia elétrica. Integra o Grupo de Pesquisa Estratégica em Energia Solar da UFSC (Fotovoltaica/INE-UFSC), referência nacional em inovação tecnológica e desenvolvimento de soluções sustentáveis para a transição energética. Sua trajetória combina pesquisa aplicada, formação de engenheiros e colaboração com instituições públicas e privadas, contribuindo para o avanço das energias limpas e para o fortalecimento da transição energética justa e sustentável no Brasil.



A inserção da geração fotovoltaica com armazenamento de energia na rede elétrica, proporciona relevantes benefícios ao consumidor, ao setor energético e ao meio ambiente.

Para o consumidor: Permite que o consumidor gere e armazene sua própria energia, reduz despesas com energia elétrica e aumenta a resiliência energética.

Para o setor energético: Impulsiona o desenvolvimento de novas tecnologias, tais como, painéis solares de alta eficiência, células solares orgânicas, tecnologias de bifacialidade, gera inovações em baterias e tecnologias de armazenamento e viabiliza o uso da energia solar em horários não solares.

A energia solar está frequentemente integrada em redes elétricas inteligentes, que utilizam tecnologia digital para monitorar e gerenciar o consumo e a distribuição de eletricidade, promovendo uma gestão mais eficiente da energia.

A energia solar favorece a descentralização da geração de energia, levando à criação de modelos de negócios inovadores, tais como, a geração compartilhada e o uso de micro-redes.

A indústria solar está explorando formas de tornar a produção e o descarte de painéis solares e de baterias mais sustentáveis, incentivando a reciclagem e o uso de materiais ecológicos, o que estimula inovações em processos e materiais.

A energia solar tem incentivado a criação de novos modelos financeiros, como aluguel de painéis e financiamento coletivo, facilitando o acesso à tecnologia para mais pessoas e empresas.

Para o meio ambiente: A geração de eletricidade a partir de fontes solares não emite dióxido de carbono (CO₂) nem outros poluentes atmosféricos, ajudando a combater as mudanças climáticas e o aquecimento global.

A energia solar utiliza a luz do sol, que é uma fonte renovável inesgotável e abundante, diferente dos combustíveis fósseis, que são finitos e poluentes. Ao substituir fontes de energia fósseis, a energia solar contribui para a melhoria da qualidade do ar, reduzindo problemas de saúde associados à poluição.

A geração de energia solar requer significativamente menos água em comparação com a produção de energia a partir de usinas termelétricas ou nucleares, que necessitam de grandes quantidades de água para resfriamento.

Sistemas solares podem ser instalados em locais próximos ao ponto de consumo, reduzindo as perdas de energia associadas ao transporte em longas distâncias.

A indústria solar está cada vez mais focada em práticas sustentáveis, incluindo a reciclagem de painéis solares e a reutilização de materiais.



Para promover a utilização da geração fotovoltaica com armazenamento na rede elétrica, sugere-se que as ações abaixo relacionadas sejam intensificadas:

Políticas públicas e regulação: Incentivos fiscais, linhas de financiamento acessíveis, remuneração atrativa da energia excedente injetada na rede, definição de normas técnicas para a inserção de sistemas de armazenamento de energia na rede elétrica.

Apoio econômico: Programas de subsídio direto para reduzir o custo inicial das baterias, leilões de energia com armazenamento para atrair investimentos em larga escala.

Educação e conscientização: Campanhas de informação mostrando as vantagens (autonomia, redução de custos, resiliência energética) de sistemas fotovoltaicos com armazenamento, capacitação técnica de instaladores, engenheiros e eletricitas, projetos demonstrativos em prédios públicos (escolas, hospitais, repartições) para mostrar viabilidade.

Inovação e pesquisa: Investimento em P&D para melhorar a eficiência e reduzir custos das baterias, integração com redes inteligentes para otimizar o uso da energia armazenada, projetos-piloto em comunidades isoladas ou com baixa confiabilidade de rede.

Sustentabilidade economia circular: Programas de reciclagem de baterias para reduzir impacto ambiental, fomento à indústria nacional de painéis solares e baterias com geração de empregos e redução da dependência de importações.

A energia solar com armazenamento não é apenas uma alternativa viável, mas também desempenha um papel crucial na promoção de um futuro ambientalmente sustentável.

DO PLANETA.DOC À COP... E ALÉM¹

ALESSANDRA LARISSA FONSECA é professora associada da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutora em Oceanografia Química e Geológica. Atua como pesquisadora nas áreas de educação ambiental marinho-costeira, cultura oceânica, poluição marinha e biogeoquímica dos ambientes costeiros.

Sua trajetória combina pesquisa científica, extensão universitária e ações de sensibilização ambiental, com foco na integração entre ciência, educação e sociedade para a conservação dos ecossistemas marinhos e a promoção de uma relação sustentável entre comunidades humanas e o oceano.

Integra redes de pesquisa e iniciativas voltadas à alfabetização oceânica e à gestão ambiental participativa, contribuindo para a construção de uma cultura oceânica voltada à sustentabilidade e à cidadania planetária.



Como transformar uma sociedade de consumo diante da banalização da destruição? Há genocídios em curso para fomentar a “Riviera do Oriente Médio” no mar Mediterrâneo e o agronegócio no Cerrado Brasileiro. Os países do Sul Global seguem colonizados, sofrendo saque de seus bens comuns, de suas vidas humanas e não humanas. A poluição, a perda da biodiversidade e os extremos climáticos batem recorde a cada ano, gerando doenças e mortes. Condições que tem por objetivo o acúmulo do capital, o benefício de quase ninguém. Os espaços internacionais de negociações e decisões estão cada vez mais fragilizados diante deste sistema capitalista - colonial, patriarcal e branco - apropriados pela extrema direita e seu discurso de ódio. Esquecemos as lições da última guerra mundial? O que nos anestesia diante de tamanha destruição?

Como somos capazes de desenvolver tecnologias para estudar o nanoplástico, que hoje corre em nosso sangue, mas não somos capazes de exigir o fim da produção de plástico que nos contamina? Há alguma coisa errada (desconectada) quando um presidente de um país discursa lindamente contra o genocídio em Gaza, mas segue promovendo o comércio de petróleo e de armas com o exterminador. O que nos anestesia diante de tamanha incoerência?

A estratégia da máquina capitalista é cruel e mata! Descarta cada corpo que não convém...e os corpos mais afetados são os das mulheres, mães...das “periféricas”, negras, indígenas... E esta estratégia de destruição reverbera nas diversas escalas e dimensões. Do global ao local. Do coletivo ao indivíduo. Somos uma sociedade entorpecida, desde a infância, por remédios tarja preta. No cotidiano de uma sociedade em que o consumo é adestramento, desde a infância, em que o ter (finito) domina o ser (infinito). Nessa inversão de lógica, vem a perda da saúde, do estado de completo bem-estar físico, mental e social; a perda da dignidade, das diversidades (culturais, ambientais...). Tudo isso acelerado, por insistirmos em viver em duas realidades, a tangível (física) e a virtual.

Estamos em colapso! É urgente mudar o caminho!

Como mudar essa lógica? Como recriar um futuro próspero e regenerativo? O futuro é ancestral, é contracolonial! É tempo de restaurar a nós mesmos, em nossas coletividades e sistema de cooperação. É olhar para a natureza que nos forjou em seres humanos, em seu processo de evolução e adaptação. As vidas são triunfos da cooperação e da criatividade da natureza! Somos coletivos antes de sermos consumidores. E essa virada biocêntrica só acontecerá mediante justiça social e econômica, centrada na ética e no bem comum, na aliança global pelo cuidado.

Pela ética, mobilizamos multidões no movimento Palestina Livre e contra o PL da Bandidagem. O futuro lançou sementes no presente! Precisamos de solos férteis e sementes saudáveis para enraizar. É tempo de dar novo sentido ao nosso modo de ser e agir, fundamentados pela compreensão do que queremos buscar, conectados em nossa coletividade e ancestralidade. (Re)Envolver e cooperar para recuperar o triunfo da trama da vida.

A coletividade e o espaço comum iniciam pelo local e pelo presente, no mundo tangível e real. A utopia nos exige “voar fora da asa” - do local ao global:



- Promover a Educação Ambiental Crítica e Política: transformando o espaço de educação formal para a perspectiva transversal, conectada com a realidade local. Que a escola seja dinâmica, de encontro dos saberes, das comunidades, para agir frente às demandas urgentes de adaptação e de transformação. Ações que exigem mudanças na valorização das profissionais e na estrutura da educação;

- Planejar a partir do limite ecossistêmico, compreendendo quais adaptações urgentes são necessárias frente à emergência climática, para salvar vidas humanas e não humanas e a complexa trama da natureza. Recompôr o ciclo da água, a saúde ambiental, a biodiversidade; salvar e recuperar as áreas de preservação permanente, fomentar as unidades de conservação, demarcar as terras indígenas, quilombolas, e dos demais povos tradicionais; promover o saneamento ecológico conectado a produção de energia e de alimento. Promover a coletividade, o transporte público, os espaços de lazer e de cultura. Promover o alimento saudável, a justiça no campo e a reforma agrária, dar incentivo à agroecologia.

Garantir o tempo livre e de qualidade, trabalhar menos (não a escala 6 x 1), trabalhar todos, produzir o básico, redistribuir tudo.

Para a COP30: Banir qualquer nova área para a exploração do petróleo, não a exploração de petróleo na margem equatorial amazônica! seja brasileira ou francesa. Findar o incentivo fiscal ao petróleo e seus produtos (incluindo o plástico e o agrotóxico). Desacelerar a produção e o consumo. Dar direito à natureza.

1 *Poesia é voar fora da asa. Manoel de Barros. Poesia Completa. São Paulo: Leya, 2011.*

REDES COLABORATIVAS

em Defesa dos Bens Comuns, da Justiça Climática e da Virada Biocêntrica

FERNANDO ZATT, é doutor em Administração e professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Desenvolve pesquisas nas áreas de redes colaborativas, análise de redes sociais (SNA), maturidade organizacional e governança urbana, com foco na gestão integrada de territórios e na inovação institucional.

Sua trajetória combina pesquisa aplicada, docência e articulação interinstitucional, contribuindo para o fortalecimento de processos colaborativos e políticas públicas participativas. Atua em projetos que exploram o papel das redes e da governança como instrumentos para a transformação social, sustentabilidade e desenvolvimento regional.



Em um cenário global marcado por crises ambientais, desigualdades sociais e pressões econômicas crescentes, o desenvolvimento de redes colaborativas entre instituições e organizações, sejam elas públicas, privadas ou da sociedade civil, torna-se uma estratégia essencial para promover transformações estruturais. Essas redes não se limitam a parcerias pontuais, mas configuram espaços de diálogo, cooperação e ação conjunta, capazes de articular saberes, recursos e capacidades em torno de objetivos comuns.

A defesa dos bens comuns, como patrimônio coletivo (água, florestas, biodiversidade, ar limpo, conhecimento e cultura), exige uma governança participativa, na qual múltiplos atores se corresponsabilizam por sua preservação e uso sustentável. As redes colaborativas possibilitam o alinhamento de agendas e o fortalecimento de práticas que superem interesses imediatistas, priorizando a continuidade e a qualidade da vida no planeta.

A justiça climática surge como eixo central, reconhecendo que os impactos da crise climática não se distribuem de forma equitativa, afetando de modo desproporcional comunidades vulnerabilizadas. A atuação em rede amplia a capacidade de incidência política e técnica, influenciando políticas públicas, promovendo a inovação socioambiental e criando mecanismos de adaptação e mitigação mais justos e eficazes.

A virada biocêntrica, por sua vez, propõe uma mudança paradigmática: colocar a vida, em todas as suas formas, no centro das decisões políticas e econômicas. Essa transição exige diálogo interdisciplinar, pactos intersetoriais e compromisso ético, elementos que só se consolidam em ecossistemas colaborativos.

Portanto, a articulação de redes colaborativas é mais do que uma opção estratégica: é uma condição para a construção de uma agenda crítica e propositiva capaz de enfrentar os desafios contemporâneos e apontar caminhos para um futuro justo, resiliente e ecologicamente equilibrado.

VOZES GLOBAIS PELA CURA DA TERRA

INGRID SATERÉ MAWÉ é bióloga, professora e ativista socioambiental, reconhecida por ser a primeira mulher indígena eleita vereadora em Florianópolis (SC). Atua na defesa dos direitos dos povos originários, das mulheres e da natureza, integrando o movimento nacional ANMIGA – Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade.

Com trajetória marcada pelo protagonismo político e ambiental, é sindicalista e defensora dos direitos humanos, articulando pautas de justiça social, igualdade de gênero e preservação dos territórios indígenas.

Mãe, educadora e feminista antiproibicionista, Ingrid representa uma nova geração de lideranças indígenas comprometidas com a sustentabilidade, a democracia e a reconstrução das relações entre humanidade e natureza.



Nós, mulheres indígenas do mundo inteiro, pertencentes a diferentes nações (Brasil, Venezuela, Bolívia, Colômbia, Equador, Panamá, Peru, México, Costa Rica, Filipinas, Honduras, Suriname, Guiana, Zimbábue, Quênia), territórios, biomas, línguas e culturas, reunidas para a IV Marcha das Mulheres Indígenas, no Brasil, dirigimo-nos aos Estados, agências internacionais e nacionais, financiadores e à sociedade civil global para reivindicar os nossos direitos e a nossa participação plena, igualitária e substantiva nos processos de tomada de decisão da governança global da justiça climática, bem como nos benefícios e resultados oriundos desses processos.

O movimento com o lema de “Nosso corpo, nosso território, somos as guardiãs do planeta pela cura da Terra” aconteceu no período de 02 a 08 de agosto de 2025, em Brasília (DF), capital do Brasil. Reunindo 5 mil mulheres indígenas do Brasil e do mundo, este encontro teve por principais eixos o acolhimento, a escuta profunda, o aprofundamento da reflexão coletiva e o fortalecimento do nosso compromisso ancestral com a vida.

Desde sempre, as mulheres e meninas indígenas foram parte dos processos que deram origem aos acordos globais do clima e do meio ambiente, do desenvolvimento sustentável, dos direitos humanos e da igualdade de gênero e raça, alimentando com os nossos conhecimentos, nossa luta e nosso sangue a construção de consensos entre os Estados que visam resguardar a possibilidade de um futuro comum e compartilhado no planeta Terra.

No Rio de Janeiro, em 1992, nós participamos da elaboração da Agenda 21 de Ação das Mulheres e das atividades do Planeta Fêmea, reivindicando a nossa participação, o acesso à informação e o nosso direito à terra. Fomos parte integral do momento em que o mundo acordou as Convenções-Quadro das Nações Unidas sobre o Clima, Biodiversidade e Desertificação e deu os primeiros passos para consolidar uma agenda conjunta em torno da noção de “desenvolvimento sustentável”, atualmente incorporada sob a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Ao longo dos anos de 1990, nossa atuação se manteve firme, contribuindo para a construção dos consensos básicos que deram origem à arquitetura do sistema internacional dos direitos humanos e da igualdade de gênero e raça, a partir das Conferências de Viena de 1993, do Cairo de 1994, de Pequim de 1995 e de Durban, em 2001.

Em Pequim, em 1995, pela primeira vez nos posicionamos como um movimento internacional de mulheres indígenas, ecoando as nossas vozes na Carta de Pequim das Mulheres Indígenas, denunciando a insuficiência dos acordos então estabelecidos para atender às necessidades e demandas específicas das mulheres indígenas. Denunciamos então os impactos do militarismo, da colonização, do capitalismo, da atuação das empresas, do racismo e do patriarcado, da degradação do meio ambiente e das mudanças climáticas sobre os nossos corpos-territórios, entendendo que essas questões seguiam negligenciadas pelos Estados.



Apesar desses esforços, nós, mulheres e meninas indígenas, nem sempre pudemos contar com a devida visibilidade, reconhecimento e memória das nossas contribuições nesses processos; e nem sempre tivemos os nossos pontos de vista e demandas refletidas nesses resultados, apesar de seguirmos sendo as principais afetadas pelos flagelos associados ao racismo, ao patriarcado, à colonização, ao capitalismo e à degradação do meio ambiente e às mudanças climáticas. Neste movimento global durante a Marcha das Mulheres Indígenas no Brasil, reivindicamos a nossa memória coletiva e urgimos, uma vez mais, pelo reconhecimento urgente das nossas vozes nos espaços internacionais: vozes dos povos tradicionais que resistem nas florestas, trabalham nos biomas, desertos, montanhas e ilhas, e atualmente se unem às vozes urbanas para denunciar que o agravamento da crise climática é produto de um capitalismo perverso encarnado no agronegócio e no neocolonialismo que destroem comunidades tradicionais e formas de produção que são responsáveis por manter nossas florestas e nossos biomas em equilíbrio.

Nosso movimento por justiça climática denúncia e se posiciona contra o seguinte:

- Nossos territórios seguem sendo violados pelos impactos das mudanças climáticas, por falsas “soluções verdes” e por projetos de transição energética sem sustentabilidade e sem nosso consentimento livre, prévio e informado;
- As restrições e violações aos direitos territoriais dos Povos Indígenas são uma causa estrutural de discriminação e violência contra os corpos territoriais das meninas e mulheres indígenas;
- A crise climática e do meio ambiente exacerbam a discriminação de gênero e raça contra as Mulheres e Meninas Indígenas, inclusive a violência de gênero, a violência sexual e o feminicídio, e destroem os meios de vida, a cultura e a espiritualidade das mulheres indígenas;
- Nossos corpos seguem sendo alvos de violência institucional, racismo estrutural, discriminação múltipla e violência com base em gênero;
- Nossas vozes ainda são silenciadas ou instrumentalizadas sem nossa participação real;
- As mulheres e meninas indígenas defensoras dos direitos humanos, da terra e do meio ambiente seguem sujeitas a intimidação, ameaças e todas as formas de violência, por reivindicarem os direitos de suas comunidades e territórios e das demais mulheres e meninas indígenas;
- Nosso patrimônio genético e de biodiversidade, nossas sementes, raízes e plantas têm sido explorados indevidamente sem o nosso consentimento e desaparecido em meio à degradação do meio ambiente e à predação de empresas e grandes conglomerados globais;
- Nossas soluções, conhecimentos, ciência e práticas são invisibilizadas ou apropriadas por políticas públicas e científicas sem respeito às nossas epistemologias. Por isso, recordando a Carta de Pequim das Mulheres Indígenas e respaldadas na Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, suas revisões e conclusões acordadas da Comissão sobre o Status da Mulher (CSW), na Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e nas recomendações feitas aos Estados parte nos processos de revisão, na Recomendação Geral n. 39 do Comitê CEDAW, na Declaração e Programa de Ação de Durban e na Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (CERD), na Convenção sobre os Direitos da Criança (CRC), na Declaração Final da Cúpula dos Povos (Rio+20), no Acordo de Escazú, na Convenção 169 da OIT, na Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas e na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas Defensoras de Direitos Humanos, reafirmamos:
- Que nossas existências dentro dos territórios são soluções vivas para a crise climática;
- Que reconhecimento sem participação, poder e consulta adequada não é suficiente;
- Que o financiamento direto e sem intermediários às organizações de mulheres e meninas indígenas é urgente;
- Que a justiça climática e ambiental está associada à justiça social, de gênero e raça, à justiça reprodutiva e à proteção de nossos corpos-territórios;
- Que os Estados devem reconhecer e garantir nossos direitos à terra, à água, às sementes, à saúde, à cultura e ao meio ambiente saudável e sustentável;
- Que nossas meninas indígenas também devem ser protegidas em seus direitos e ter garantidos espaços seguros para seu crescimento, participação política e proteção contra todas as formas de violência;
- Que a autodeterminação e o direito a construir nossos planos de vida precisam ser assegurados como política de Estado;
- Que os sistemas de justiça, estatais e indígenas, devem garantir acesso efetivo e seguro às mulheres e meninas indígenas, inclusive com medidas culturais e linguísticas adequadas, garantindo reparação integral e combate à impunidade;
- Que as mulheres indígenas lideranças espirituais devem ter garantido o direito a exercer livremente suas crenças, práticas e tradições, livres de violência e intimidação por agentes públicos ou privados.
- Que as defensoras indígenas e nossas lideranças tenham direito à proteção diante da criminalização, do assédio e da violência promovida por agentes públicos e privados.

Convocamos todos os Estados, agências internacionais e nacionais, financiadores e a sociedade civil global para:

- Garantir assentos permanentes e com direito a voz e voto para mulheres indígenas nas negociações climáticas, ambientais e sociais;
- Fortalecer uma agenda internacional liderada por mulheres indígenas para incidência, monitoramento e participação efetiva nos processos de tomada de decisão em temas climáticos, de biodiversidade e direitos humanos;
- Apoiar e financiar os planos de vida, estratégias comunitárias e alianças territoriais construídas com base no Bem Viver, nos conhecimentos tradicionais e no protagonismo das mulheres indígenas;
- Incorporar medidas específicas que eliminem a violência com base em gênero contra mulheres indígenas, incluindo violência política, ambiental e espiritual;
- Revogar leis e práticas que discriminem direta ou indiretamente mulheres indígenas, inclusive nas questões de herança, acesso à terra e capacidade jurídica plena;



CIDADES INOVADORAS

para um Planeta Vivo

CLARISSA STEFANI TEIXEIRA é doutora em Engenharia de Produção e Diretora de Inovação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Lidera o VIA Estação Conhecimento, laboratório de pesquisa e extensão dedicado à inovação aberta, ecossistemas e habitats de inovação, atuando na conexão entre universidade, governo, empresas e sociedade. Reconhecida por sua contribuição à construção de ambientes colaborativos e políticas de inovação sustentável, tem orientado pesquisas e projetos voltados ao desenvolvimento de cidades inteligentes, economia criativa e empreendedorismo de impacto. Desde 2021, figura entre as cientistas mais influentes da América Latina, segundo o AD Scientific Index, consolidando-se como uma das principais referências em gestão da inovação e desenvolvimento territorial sustentável.



As cidades são hoje o palco dos maiores desafios e também das maiores oportunidades para a humanidade. Nelas se concentram problemas estruturais como desigualdades sociais, segregação, falta de acessibilidade, violência e degradação ambiental. Mas é igualmente nelas que podemos semear soluções transformadoras, capazes de reconciliar desenvolvimento, inovação e sustentabilidade.

Acreditamos que não há transição justa e climática possível sem cidades inclusivas, inovadoras e resilientes. Por isso, este manifesto é um chamado para que gestores públicos, iniciativa privada, sociedade civil, universidades, habitats de inovação e cidadãos unam esforços em torno de uma agenda comum: cidades para um planeta vivo.

Uma cidade inovadora é aquela que, por meio de políticas públicas, organização espacial e articulação entre atores do ecossistema, promove o desenvolvimento de soluções novas ou significativamente melhoradas que geram valor para a sociedade. Esse tipo de cidade se orienta pela resolução de problemas reais das pessoas, aproveitando suas realidades locais, recursos disponíveis e potencialidades específicas.

Sob a perspectiva dos habitats de inovação, que são espaços propícios para que as inovações ocorram, nosso compromisso é:

- Reconhecer os atores do ecossistema, fortalecendo conexões entre poder público, iniciativa privada, sociedade civil, universidades, habitats de inovação, atores institucionais e de fomento.
- Construir objetivos coletivos e orquestrados, que tragam benefícios compartilhados e resultados de impacto.
- Consolidar relações de confiança, transparentes e baseadas no respeito mútuo.
- Alinhar expectativas, valores e interesses, buscando convergência e clareza de compromissos.
- Promover esforços conjuntos, estimulando engajamento, colaboração e geração de externalidades positivas.
- Fortalecer habitats de inovação, como espaços de experimentação, risco e resultados coletivos.
- Transformar territórios em espaços criativos, inteligentes e sustentáveis, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- Desenvolver talentos e garantir a participação cidadã, reconhecendo o cidadão como vetor central de transformação.
- Atuar localmente com visão global, criando condições para mudanças efetivas e pactos pela inovação.
- Valorizar competências regionais, agregando valor às potencialidades locais e projetando iniciativas de alcance global.
- Difundir uma cultura de inovação e empreendedorismo transversal, inclusiva e geradora de oportunidades, presente em todos os setores da sociedade.
- Romper padrões que não respondem mais às necessidades atuais, estimulando novas formas de pensar e agir.
-

Reiteramos que mudar a cidade requer mudar também a mentalidade do cidadão e de gestores. Por isso, convocamos cada ator do ecossistema a assumir seu papel na construção de soluções que conciliem bem-estar humano, justiça social e preservação ambiental.

A COP30 é o espaço para reafirmarmos que as cidades são protagonistas no enfrentamento da crise climática. É nelas que podemos acelerar a transformação necessária para garantir um planeta vivo, justo e inovador.

- 
- Garantir a formação de grupos paralegais nas comunidades indígenas;
 - Garantir a transparência dos créditos de carbono nas comunidades indígenas;
 - Apoiar medidas que fortaleçam o direito à autoidentificação, à autonomia dos corpos e à justiça reprodutiva, à diversidade sexual e de gênero dentro dos povos indígenas, com atenção especial às mulheres indígenas LGBTI+ e com deficiência;
 - Estabelecer mecanismos transparentes e acessíveis de monitoramento, denúncia e reparação de violações aos direitos das mulheres indígenas, respeitando seus idiomas, culturas e formas próprias de justiça;
 - Apoiar a integração das perspectivas específicas de mulheres e meninas indígenas no processo de revisão e ampliação do novo Plano de Ação de Gênero da UNFCCC, garantindo atividades e financiamentos direcionados para mulheres e meninas indígenas.

Além disso, reafirmamos a urgência de medidas estruturais e operacionais para garantir a efetividade de nossas reivindicações:

- Que os direitos das mulheres indígenas sejam garantidos, o que implica, principalmente, garantir a segurança jurídica dos territórios indígenas — incluindo os dos Povos em Isolamento e Contato Inicial (PIACI) — promovendo essa garantia como uma política fundamental de mitigação climática;
- Que a participação das mulheres indígenas na governança territorial seja decisiva, e não meramente simbólica ou numérica, garantindo poder real sobre a direção dos territórios;
- Que as organizações indígenas incluam a participação obrigatória das mulheres indígenas em seus estatutos e estruturas institucionais;
- Que seja criada uma comissão internacional para monitorar os compromissos, acordos e projetos gerados em relação aos direitos das mulheres indígenas em espaços como as COPs, com a participação ativa das mulheres e organizações indígenas, para monitorar os progressos e impactos e garantir a transparência;
- Que os processos de financiamento sejam flexibilizados e adaptados à realidade dos povos e mulheres indígenas, respeitando suas especificidades culturais, linguísticas e administrativas em todos os níveis (nacional, regional, local e municipal);
- Que o financiamento seja fornecido diretamente aos programas, lideranças e organizações de mulheres indígenas, acompanhado de assistência técnica e capacitação administrativa, respeitando sua autonomia e garantindo que a implementação seja liderada por mulheres;
- Que o financiamento direto para mulheres indígenas priorize ações lideradas por mulheres, como: planos de mitigação ambiental elaborados para e por mulheres; iniciativas de soberania alimentar; fortalecimento das economias indígenas com foco nas mulheres; e estratégias voltadas à prevenção e redução da violência de gênero, especialmente contra meninas e jovens mulheres;
- Que sejam criados fundos específicos para mulheres indígenas defensoras, viúvas e familiares de vítimas de violência armada, com apoio jurídico, psicológico e comunitário;
- Que sejam estabelecidos mecanismos de proteção para as mulheres indígenas líderes, com visibilidade em relação à violência sofrida e garantias de segurança física, espiritual e política;
- Que o papel fundamental das mulheres indígenas na construção do Bem Viver seja reconhecido, como doadoras da vida, guardiãs de territórios e transmissoras de culturas, valorizando sua liderança de acordo com seus sistemas de conhecimento, espiritualidade e visões de mundo singulares;
- Que as agendas da biodiversidade sejam plenamente integradas às agendas das mudanças climáticas, reconhecendo que a proteção e a restauração da biodiversidade estão intrinsecamente ligadas à mitigação e adaptação às mudanças climáticas, e que sua integração permite uma abordagem mais eficaz às causas e consequências da crise climática. Estamos aqui. Estamos vivas. Somos guardiãs, somos líderes, somos o presente e o futuro.

Sem os corpos das mulheres indígenas, não há território; sem território, não há justiça climática; não há justiça climática sem a participação das mulheres indígenas. NÓS SOMOS RESPOSTA.

Organizações presentes:

Associação de Líderes de Aldeias Indígenas do Suriname - VIDS
Associação dos Povos Ameríndios - APA
Associação Interétnica para o Desenvolvimento da Floresta Tropical Peruana - AIDSESP
Aliança Global de Comunidades Territoriais - GATC
Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade - Anmiga
Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB
Comissão Nacional de Mulheres Indígenas da Colômbia - CNMI
Confederação das Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana - CONFENIAE
Confederação Nacional de Mulheres Indígenas da Bolívia - CNAMIB
Coordenadora das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB
Coordenadora Nacional dos Povos Indígenas do Panamá - COONAPIP
Federação Nativa do Rio Madre de Dios e Afluentes - FENAMAD
Organização Nacional dos Povos Indígenas da Amazônia Colombiana - OPIAC

JUSTIÇA CLIMÁTICA

e redução das desigualdades

THAÍSA LEAL DA SILVA é doutora em Engenharia Eletrotécnica e Computadores pela Universidade de Coimbra. É docente no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Atitus Educação, e Membro da Comissão Municipal de Mudanças Climáticas de Passo Fundo. Atua nos temas de Cidades Inteligentes e Sustentáveis, com foco em mobilidade urbana, eficiência energética e arquitetura inclusiva.



A humanidade sempre se moveu em busca de adaptação diante das transformações ambientais, sociais e econômicas. No entanto, jamais enfrentamos desafios tão complexos quanto os impostos pela atual expansão urbana em escala global. Hoje, das mais de 8 bilhões de pessoas no planeta, cerca de 4 bilhões vivem em áreas urbanas. À medida que as cidades crescem, intensifica-se a pressão sobre sistemas urbanos já sobrecarregados, comprometendo sua capacidade de garantir condições dignas e resilientes de vida para todos.

A urbanização, embora seja vetor de desenvolvimento, também exerce forte influência sobre as mudanças climáticas. Os centros urbanos concentram mais de 70% das emissões globais de gases de efeito estufa, resultantes principalmente da geração de energia, do transporte motorizado e do setor da construção civil. Por isso, cidades não são apenas vítimas da crise climática, mas são também protagonistas no seu agravamento.

Os impactos da crise climática, no entanto, não são distribuídos de forma igualitária. As populações mais pobres enfrentam de maneira desproporcional os efeitos dos desastres climáticos, agravados por condições precárias de moradia e infraestrutura. Segundo a Organização das Nações Unidas (2022), cerca de 1,6 bilhão de pessoas — aproximadamente 20% da população mundial — vivem em habitações inadequadas e inseguras. Nessas condições, eventos extremos como enchentes, deslizamentos e ondas de calor tornam-se ainda mais devastadores.

Diante desse cenário, é urgente repensar os modelos de desenvolvimento urbano, incorporando o conceito de cidades sustentáveis como instrumento para a mitigação e adaptação climática. A mensuração e o monitoramento de indicadores urbanos permitem diagnósticos capazes de orientar políticas públicas voltadas a um desenvolvimento urbano mais sustentável e resiliente. Contudo, não há desenvolvimento sustentável possível sem enfrentar, de forma direta e estrutural, as desigualdades sociais.

Transformar os territórios urbanos exige olhar para as zonas periféricas, historicamente negligenciadas. Investir na criação e ressignificação de espaços públicos, em soluções de mobilidade acessíveis e sustentáveis e em educação de qualidade é fundamental para promover justiça socioespacial. Tais ações precisam transcender gestões pontuais e consolidar-se como políticas de Estado, garantindo continuidade e impacto real a longo prazo.

Assumir a urgência climática significa reconhecer que o futuro das cidades e do planeta está intrinsecamente ligado à capacidade de agir agora, com responsabilidade e equidade. Cidades mais sustentáveis e justas são parte importante da resposta global para enfrentar a crise climática e assegurar o direito à vida digna para as próximas gerações.

INOVACÃO SOCIAL

e resiliência na governança urbana

CAROLINA ANDION é professora titular do departamento de administração pública da ESAG/UDESC. Possui pós-doutorado em administração pública e governo pela FGV-EAESP e em Economia Social pela Universidade de Valência na Espanha e doutorado em Ciências Humanas pela UFSC na linha Sociedade e Meio-Ambiente. É líder do Núcleo de Inovações Sociais na Esfera Pública (NISP), desde 2010, e coordena o Observatório de Inovação Social de Florianópolis, desde 2017.



O debate sobre o impacto das atividades humanas na vida no planeta já soma mais de meio século, iniciado com obras seminais como Primavera Silenciosa (1962) e Limites do Crescimento (1972), que abriram os olhos da humanidade sobre a crise ecológica e seus efeitos. Desde então, acumulamos vasto conhecimento científico e político sobre os impactos humanos em escala planetária. Contudo, como mostram os recentes relatórios do IPCC, a situação segue se agravando, revelando cenários catastróficos para a humanidade e para a natureza. Mais de cinco décadas depois, torna-se claro que não basta “saber a lição”, mas, como nos lembra Beto Guedes, é preciso aprender e, sobretudo, experimentar novas práticas e modos de vida que assegurem o Bem Viver nos territórios.

Esse desafio nos obriga a repensar a noção tradicional de “inovação”, frequentemente reduzida a uma lógica instrumental. Inspirados no pragmatismo crítico, propomos compreendê-la como forma de instituir, ou seja, fortalecer a democracia para transformar realidades e territórios. Nesse sentido, a inovação social adquire centralidade: não apenas qualifica a inovação, mas lhe confere novo significado, explorando a sua dimensão política e funcionando como chave analítica e vetor de transformação das relações entre os humanos e destes com a natureza. Como defende John Dewey, está, portanto, intrinsecamente ligada à democracia enquanto modo de vida.

Esse processo se potencializa quando há condições de experimentar a democracia ou exercer o “poder com”, no sentido de Mary Parker Follett. Daí a importância de conectar inovação social e governança, já que formas mais ou menos democráticas de governança podem estimular ou bloquear sua emergência. Fomentar a inovação social, neste sentido, implica apoiar processos de co-construção e co-domínio dos problemas públicos complexos que enfrentamos cotidianamente nos territórios, observando e fortalecendo a “política cotidiana” dos diferentes grupos que se mobilizam e agem em torno dos desafios socioambientais.

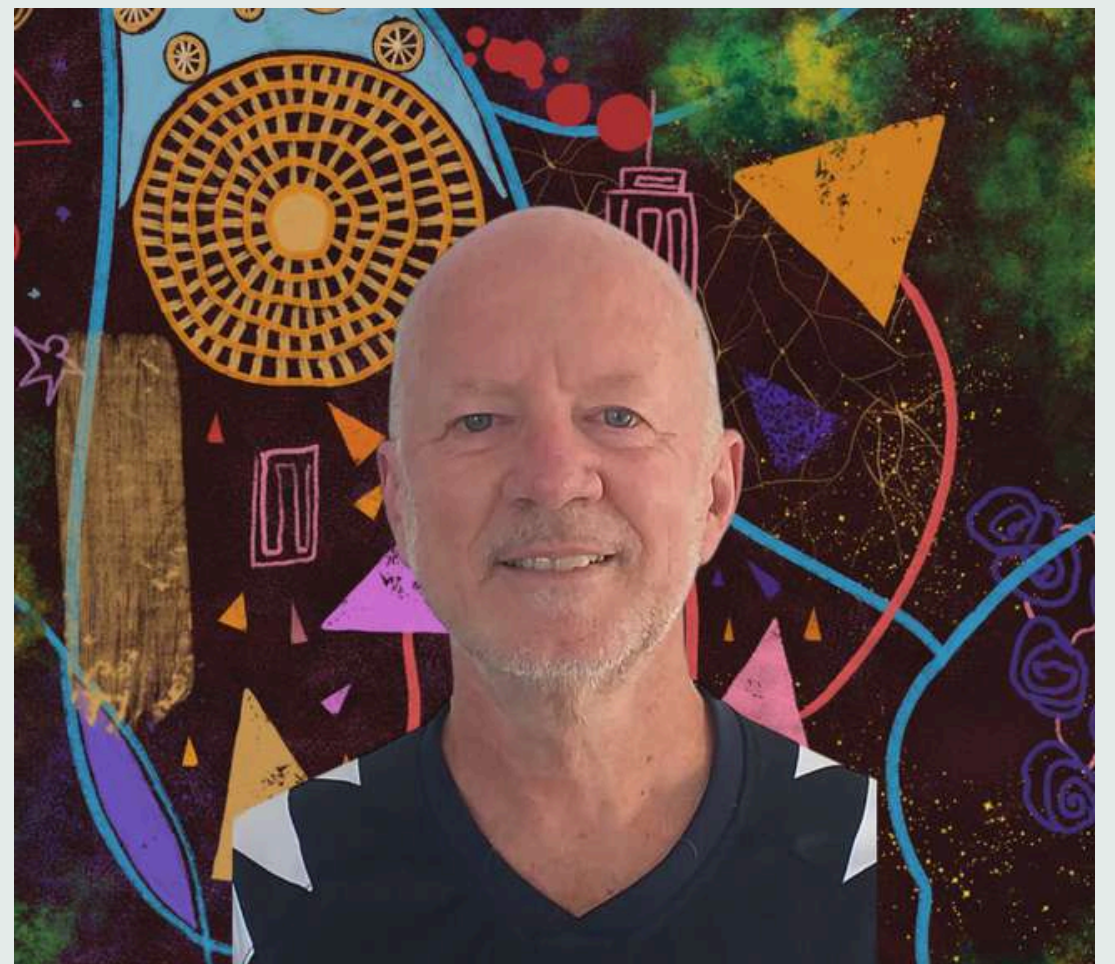
É esse o propósito do Observatório de Inovação Social de Florianópolis (OBISF), criado em 2017, na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). O Observatório se concretiza numa plataforma digital colaborativa (<https://observafloripa.com.br/>) que mapeia, reconhece, acompanha, conecta e apoia mais de 1800 atores do ecossistema local de inovação social da cidade, dando visibilidade e retrazando suas teias e redes, envolvendo iniciativas inovação social (da sociedade civil, dos mercados e governamentais), além de atores de suporte e instrumentos políticas públicas. Mas a plataforma é também viva: mais de 60 iniciativas já receberam apoio de estudantes da graduação em administração pública da UDESC/ESAG, e pesquisadores da pós-graduação têm acompanhado dezenas de arenas públicas da cidade, sistematizando trajetórias, práticas e processos de transformação. O OBISF constitui, assim, um espaço de co-construção de conhecimento e de coprodução de uma ciência cidadã, na qual a Universidade se coloca a serviço de uma governança generativa, capaz de fortalecer a resiliência da e para a cidade.

CIDADE VIVA, JUSTA E RESILIENTE

EUGÊNIO LUIZ GONÇALVES é Coordenador-Geral do Fórum ECOAR – Fórum de Governança Ecosocial dos Bens Comuns dos Distritos de Florianópolis, espaço de articulação comunitária voltado à gestão participativa e à proteção dos bens comuns naturais.

Foi presidente do Conselho Comunitário da Costa de Dentro, onde liderou iniciativas em defesa do abastecimento comunitário de água e da preservação ambiental. Atuou em conselhos municipais e junto ao Ministério Público, destacando-se na proteção da Lagoa do Peri e no enfrentamento aos loteamentos irregulares na região sul da Ilha de Santa Catarina.

Sua trajetória reflete o compromisso com a justiça socioambiental, a democracia participativa e a defesa dos territórios como bens comuns, contribuindo para a construção de um modelo de governança ecológica enraizado nas comunidades locais.



Nós, integrantes do Fórum de Governança Ecosocial dos Bens Comuns dos Distritos de Florianópolis – Fórum ECOAR, afirmamos que a crise climática e a perda acelerada da biodiversidade exigem mais que tecnologias ou políticas inovadoras. Exigem uma virada ética e civilizatória, onde a proteção da vida seja o centro de todas as decisões.

Florianópolis no ponto de inflexão:

A cidade enfrenta hoje escolhas decisivas:

- Mobilidade estrangulada e transporte público insuficiente;
- Verticalização sem infraestrutura de saneamento adequada;
- Expansão urbana desordenada, ocupações irregulares e degradação ambiental;
- Unidades de conservação sem gestão efetiva;
- Falta de parques e espaços verdes de convivência;
- Turismo predatório que ignora a capacidade de suporte dos territórios;
- Serviços públicos ambientais, de saúde e educação insuficientes;
- Políticas desconectadas dos problemas reais, aprofundando desigualdades e vulnerabilidades climáticas.

Bens comuns e virada biocêntrica:

Defendemos o reconhecimento jurídico, político e cultural dos bens comuns — água, florestas, solo, biodiversidade, saberes comunitários, espaços públicos — como patrimônios coletivos que não podem ser privatizados ou destruídos. Inspiramo-nos na pesquisadora Elinor Ostrom, Prêmio Nobel de Economia (2009), que demonstrou que comunidades organizadas podem criar sistemas eficientes de gestão desses bens. Seus princípios — participação ativa, regras coletivas claras, monitoramento local, resolução de conflitos e autonomia organizativa — guiam a atuação do Fórum ECOAR.

Cidades sustentáveis e participação social:

Não aceitamos planos diretores, de saneamento ou mobilidade que:

- Ignorem a crise climática;
- Avancem modelos urbanos excludentes;
- Neguem saneamento, drenagem, áreas verdes, moradia digna e resiliência climática como direitos fundamentais;
- Nossa experiência mostra que a participação comunitária é indispensável para construir cidades justas, resilientes e saudáveis.

O tempo de agir é agora. Nossa voz comunitária, acadêmica e cidadã soma-se neste manifesto, para que a COP30 reconheça que não há futuro para o planeta sem justiça ambiental, social e climática para todos os povos.

INOVAR PARA REGENERAR

MILENA VEIGA é bibliotecária, cientista da informação e pesquisadora com mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integra o grupo VIA Estação Conhecimento, onde atua em projetos voltados à gestão da inovação, empreendedorismo e economia do conhecimento, e é coordenadora do centro de inovação InPETU Hub da UFSC. Sua trajetória combina pesquisa, gestão e articulação de ecossistemas de inovação, com foco em habitats criativos, colaboração interinstitucional e desenvolvimento sustentável.

Apaixonada por conectar pessoas e ideias, dedica-se a fortalecer negócios de impacto e iniciativas que unem conhecimento, propósito e transformação social, contribuindo para a construção de uma nova cultura de inovação com sentido e responsabilidade socioambiental.



A crise socioambiental que vivemos é, antes de tudo, uma crise civilizatória. Nasceu de um regime tecno econômico global que colocou a supremacia do capital acima da vida, transformou a natureza em objeto e reduziu o sentido da existência a valores de mercado. Em apenas dois séculos, essa lógica nos levou à beira de um colapso ecológico, corroendo um tecido de vida que levou 3,8 bilhões de anos para se formar. As grandes conferências do clima, como as COPs, têm tentado reconectar e conter essa trajetória. O insucesso de acordos como a Agenda 21 e o Protocolo de Quioto evidencia que a estratégia dominante — centrada na capitalização da natureza e em “soluções” como os créditos de carbono — tem sido insuficiente e, por vezes, arriscada.

Enfrentar a mudança do clima requer uma transformação radical na forma como entendemos a crise. A resposta não virá do aprofundamento da mesma lógica que a gerou, e sim da adoção de uma nova racionalidade a racionalidade ambiental. Mais do que um paradigma científico, ela propõe princípios ético-políticos para reconstruirmos nossa relação com a vida e com a natureza.

Três ideias a orientam: reconhecer a potência criativa da vida; afirmar uma política da diferença que legitime a diversidade dos seres e modos de existir; e cultivar uma ética da alteridade, aberta ao diálogo entre saberes e mundos de vida distintos.

Essa mudança implica abandonar um modelo antropocêntrico (centrado no humano) e caminhar para um biocêntrico (centrado na vida). No coração dessa virada está a defesa dos bens comuns como patrimônio coletivo da humanidade — inapropriáveis e indestrutíveis. Terra, água, florestas, clima e biodiversidade devem ser compreendidos como bens vitais e compartilhados, e não como mercadorias.

A mercantilização da natureza, impulsionada por interesses privados e financiada por mercados de carbono e créditos de biodiversidade, prolonga o “saque global” que nos trouxe até aqui. A saída passa por recolocar as decisões climáticas em processos verdadeiramente democráticos e comunitários, e não nas salas onde prospera quem lucra com a degradação. É imprescindível ouvir povos indígenas e comunidades tradicionais: seus conhecimentos ancestrais e cosmovisões biocêntricas indicam caminhos concretos para uma convivência mais harmoniosa com a Terra.

Proteger a saúde do planeta é proteger nossa própria saúde. Isso exige construir uma ciência em diálogo com as comunidades e implementar uma justiça ecológica plural e integral. A COP 30, tem diante de si a oportunidade histórica de institucionalizar essa abordagem, inaugurando uma governança ambiental justa, diversa e enraizada nos territórios.

Não há mais espaço para promessas vazias. É preciso coragem para transformar a civilização e escolher o caminho da cura. Todd Southgate, diretor de cinema, lembra que as consequências das mudanças climáticas deixaram de ser uma tragédia distante, acontecem aqui e agora. Precisamos de uma revolução jurídica e social que reconheça os direitos da natureza e nos permita reconstruir o futuro à luz das experiências e saberes de quem sempre soube viver em harmonia com a Terra.

JUSTIÇA CLIMÁTICA, HÍDRICA E AMBIENTAL

ANA PAULA FRACALANZA é professora associada da Universidade de São Paulo (USP), com atuação nos Programas de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM) e em Mudança Social e Participação Política (ProMuSPP). Suas pesquisas concentram-se nos temas de governança da água, justiça ambiental e políticas públicas, com ênfase nas relações entre gestão democrática dos recursos naturais, equidade e sustentabilidade. Reconhecida por sua contribuição à reflexão crítica sobre os desafios socioambientais contemporâneos, Fracalanza foi finalista do Prêmio Jabuti Acadêmico na área ambiental, e tem se destacado na formação de novas gerações de pesquisadores comprometidos com a justiça hídrica e a sustentabilidade urbana.



A forma de ocupação do espaço urbano na sociedade contemporânea vem perpetuando a exploração da Natureza e a desigualdade no acesso aos bens comuns. No caso da água, as condições desiguais de apropriação deste elemento da natureza não só acentuam as dificuldades de uso da água em particular, como também resultam em situações de maior vulnerabilidade ambiental e riscos associados ao uso do território para fins de moradia.

Configuram-se situações de injustiça hídrica, ambiental e climática, nas quais os grupos populacionais que menos contribuem com os problemas hídricos, ambientais e climáticos (grupos minoritários, populações tradicionais, grupos étnicos, populações de baixa renda) são os que mais sofrem com os impactos decorrentes desses problemas.

A distinção entre os valores mercantis da água e os valores de uso da água enquanto substância necessária aos seres vivos e ecossistemas possibilita a discussão e crítica sobre o caráter da água enquanto mercadoria. Este é o ponto central que demanda uma reformulação da agenda de debate, levando ao cerne das reflexões as questões sobre a (re)valorização da água enquanto elemento natural, não considerando apenas o debate quanto ao seu valor econômico.

Em busca de Justiça Ambiental, Hídrica e Climática, e de uma concepção biocêntrica, é fundamental:

- Considerar a água enquanto um bem comum, a que todos devem ter direito e acesso;
- Reconhecer a água como sujeito de direitos;
- Assegurar a água para a manutenção de todos os seres vivos e dos ecossistemas;
- Preservar a diversidade cultural, a interculturalidade e a plurinacionalidade;
- Promover a justiça hídrica, a justiça ambiental e a justiça climática;
- Implementar políticas públicas de prevenção e mitigação de secas e inundações, enquanto eventos extremos;
- Universalizar o acesso à água tratada e ao saneamento enquanto direito das populações humanas;
- Disponibilizar a água para populações que têm dificuldade em obtê-la em padrões de qualidade e em quantidade suficientes para atendimento de suas necessidades.
- Exercer a gestão participativa da água, contando com a participação da população nas decisões sobre os direitos de uso da água e dos territórios nos quais a água se encontra.

A água é um direito, não é uma mercadoria!



EMERGÊNCIA CULTURAL

Por uma Revolução Sementeira

CÉLIO TURINO é historiador, escritor e doutor em Humanidades pela Universidade de São Paulo (USP). Reconhecido por sua atuação na formulação de políticas públicas para a cultura e a cidadania, foi gestor cultural em Campinas, São Paulo e Secretário da Cidadania Cultural do Ministério da Cultura, onde idealizou e implementou o programa Pontos de Cultura, referência internacional em políticas culturais de base comunitária.

Desde 2011, percorre comunidades e territórios culturais na América Latina, registrando experiências de autogestão, redes solidárias e práticas de bem viver. Autor de diversos livros sobre cultura, cidadania e democracia participativa, Turino é uma das vozes mais expressivas da cultura viva comunitária, defendendo o papel da arte e da cultura como forças de transformação social e regeneração do tecido coletivo.



É tempo de levantar, de cantar, de sonhar com os pés no chão. O mundo desaba sob as lógicas do extrativismo, da ganância, do medo e da indiferença. Mas é justamente na fresta, na beira, no canto e na roda, no pé ante o abismo do colapso, que nasce o novo. E o novo vem da Cultura. Vem das mãos que criam, das vozes que narram, dos corpos que celebram.

EMERGÊNCIA CULTURAL como semente, como raiz, como horizonte.

Chega de tratar cultura como adorno. Cultura é o primeiro passo da dignidade. Antes de comer vem o ato de coletar, a estratégia de caçar, o plantio, a criação dos bichos. É o bom e é o ruim. É o ganancioso e é o generoso.

Antes de plantar vem o ato de semear, de lavrar a terra ou domesticar os animais. Extrair, desmatar, explorar, cultivar, domesticar, criar, isso tudo é Cultura. É o processo antes do alimento. Vem antes do prato de comida porque é o modo de cozinhar e temperar.

Antes da casa vem o jeito de morar.

Antes da escola, a vontade de aprender.

Cultura é o que vem antes e o que surge depois. É o solo onde tudo é semeado: solidariedade, consciência, revolução. Também o contrário disso. Depende da semente cultivada, da semente que se espalha.

Nenhuma transformação será sustentável se não for cultural. Não basta trocar governos ou sistemas econômicos. Nem basta protestar. Cultura é mais que poder, é potência.

Potência, substantiva feminina, distribuída, assim como a Cultura. Diferente de Poder, patriarcal, fálico, concentrador. Para realizar a Potência é preciso complementar, distribuir, acolher. Potência é o oposto de Poder. que para ter é preciso tirar.

Transformar pela Cultura é trocar o que nos move por dentro. Ressignificar o tempo, o encontro, o comum. Recuperar o fio da história e revolucionar o imaginário.

EMERGÊNCIA CULTURAL é revolução que vai emergir das bordas. E vai brotar como flor entre os muros do capitalismo, esse sistema apodrecido, ainda mais nesse tempo de ganância exponencial sob as manipulações e censuras algorítmicas, armamentismo, guerras, ódios, mentiras, tecnofeudalismo e Inteligência Artificial.

Cultura é o tambor de dentro que ninguém cala. O grafite que fura o cinza. O sarau que desafia a solidão. A reza no quilombo. A voz na quebrada. A dança nas aldeias. O cortejo dos invisíveis. A criatividade. É a sabedoria dos povos que resistem, que insistem, que existem. É a força da eterna desconhecida. A energia da ciranda dos que juntam mãos com mãos.

EMERGÊNCIA CULTURAL é a recusa ao monocromático, ao monocultivo, ao pensamento único. É a singularidade na multidão, a celebração do diverso, do contraditório, do plural. É o reconhecimento das epistemologias de raiz. É luta de Classes e desafio civilizatório que bate à porta. É cultura ou colapso.

Das lutas sociais às cosmologias originárias, o fio da história está em tudo, por isso emerge. Fazer revolução pela EMERGÊNCIA CULTURAL é partir do ancestral. Mas não parar nele. É inventar o que nem se sabe, o que nunca se viu. Como movimento em espiral, a Cultura cavouca lá no fundo, gira e dá o salto para cavoucar de novo. E saltar novamente, com mais força. É arte!

Arte que está presente na descoberta dos sentidos do Bem Viver, do Ubuntu, nas lutas antirracistas, anticoloniais, na emancipação das mulheres, na coragem dos LGBTQIA+, na consciência e abundância da agroecologia e das agroflorestas. Arte que deve seguir no inconformismo da juventude.

“- Jovens: Sejam revolucionários!”, clamou Papa Francisco.

Inconformismo e revolucionarismo que devem seguir em todos nós.

- Não vamos perder a esperança e o sentido!

E para os jovens em especial:

- Não percam a esperança e o rumo, sejam revolucionários!

Nada menos que isso.

Não se conformem.

Não se amoldem.

Mesmo que sejamos poucos, estaremos aqui para dizer que a chama da revolução não se apaga. Explorados e humilhados do mundo, gente de todos os cantos, gente que se recusa a ser coisa:

- Sejam revolucionários!

Pela Arte e a Literatura nos transportamos ao Outro e exercitamos a Alteridade. Assim nos movemos no tempo e no espaço, ativamos percepções, sensações, emoções, reflexões. Arte é movimento.

Emerjam!

Movam-se!

Revoltem-se!

Chegou a hora de Politizar a Cultura e Culturalizar a Política. Cultura é a indignação contra a opressão e é a lucidez da revolta. Está nos significados e sentidos da luta proletária, nas mãos e mentes das trabalhadoras e trabalhadores, dos que batalham para ganhar a vida, dos que empreendem com seus sonhos e corpos, dos periféricos, ofendidos e abandonados. Pode ser conformismo também. Cultura atravessa tudo. Vive na chama dos imprescindíveis, dos que lutam por toda uma vida, não por necessidade, mas por consciência. Também nas atitudes dos indiferentes, dos exploradores, dos que humilham e exploram.

Politizar a Cultura e Culturalizar a Política é socialismo que se reinventa em Ecosocialismo. É a força dos que não se rendem. É a potência da multidão e a ousadia da revolução. Cultura como imaginação, potência simbólica, ferramenta de emancipação.

O Brasil é solo fértil para uma revolução profunda, diversa, biocultural. Há um país subterrâneo que pulsa nos terreiros, nos Pontos de Cultura, nas cozinhas solidárias, nas bibliotecas comunitárias, nas festas populares, nos saberes esquecidos e na invenção da cultura digital. Nos Mutirões, no Motirô. Há um povo que não se rende. Que canta. Que luta. Que sonha junto. Vamos juntos com esse povo. Nosso povo.

Quando esse povo emergir o Brasil será um país bom, belo e justo para todo mundo.

Quiçá essa emergência venha junto com o emergir de nossos irmãos da América Latina; mais que isso, junto aos povos de todo mundo. Que venha logo esse dia. É urgente e emergente. Povos a darem mãos à humanidade estilhaçada em Gaza e em todos os cantos do planeta em que se mata, se destroça, se despreza, se descarta. Quando a emergência cultural acontecer, todos dirão em coro: Já basta!

Já basta. Emergência cultural é o início da mudança profunda. E toda revolução começa por um ponto. Com um canto, um encontro, uma ideia que se compartilha. Ideia que vira fio a tecer outros fios a comporem um tecido, um pensamento, um sonho comum. Cultura viva, cultura forte, cultura para transformar de verdade. A paciência do mundo esgotou. Os colapsos do clima e da civilização estão aí a demonstrar.

Quem vem junto?

Ainda há tempo, mas o tempo não espera.

A quem acredita na vida antes do lucro, na poesia antes do protocolo, na dignidade antes da mercadoria, faço esse chamado. Urgente sem ser apressado. Histórico sem ser saudosista. Popular sem ser populista. Radical porque vai à raiz. De futuro porque semeia. É tempo de:

- URGÊNCIA HISTÓRICA

- EMERGÊNCIA CULTURAL

- REVOLUÇÃO!

PLANETA.DOC

A PLATAFORMA STREAMING QUE TE AJUDA A MUDAR O MUNDO.

Uma plataforma de ação, que conecta você a oportunidades de voluntariado, empreendedorismo e pesquisa científica

A Planetdoc.org é uma plataforma que conecta cinema, ciência e ação coletiva para promover impacto socioambiental positivo.

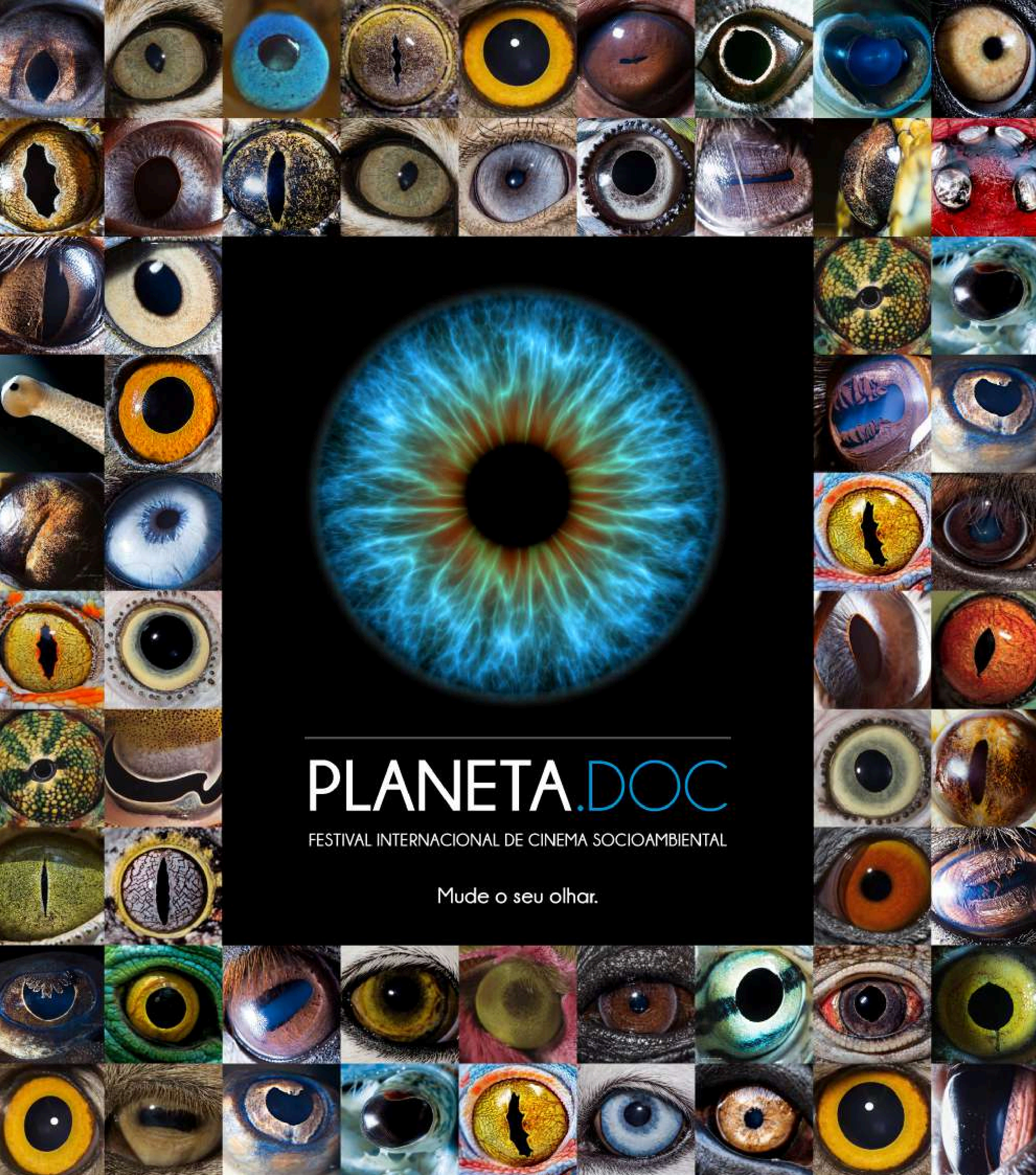
Atua como um hub de mobilização, conectando estudantes a projetos de extensão universitária, oportunidades de voluntariado em organizações sociais e empresas de impacto em todo o Brasil.

Por meio do cinema, visa estimular debates nas universidades, nas salas verdes e nas escolas, fortalecendo o papel da educação como espaço de geração de soluções para os desafios sociais e ambientais do nosso tempo.

Combinando a inspiração da narrativa cinematográfica com a força da ação, a Rede Planetdoc.org se coloca como uma ferramenta transformadora, que impulsiona projetos, fortalece o protagonismo estudantil e forma uma nova geração comprometida com a sustentabilidade e a ética planetária.

Integre a rede nacional de exibição aqui
<https://forms.gle/ki2sbggbBAHh4cxf6>

Publique oportunidades e consiga apoio para a sua instituição.
Acesse: www.planetdoc.org



PLANETA.DOC

FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA SOCIOAMBIENTAL

Mude o seu olhar.

Site Institucional: www.planetadoc.com

Plataforma Educacional: www.planetanaescola.com

Plataforma de Rede Socioambiental e Festival: www.planetdoc.org